

Gestão 2018-2020

Procurador-Geral de Justiça
Paulo Cezar dos Passos
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Jurídico
Humberto de Matos Brittes
Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa
Nilza Gomes da Silva
Procurador-Geral Adjunto de Justiça de Gestão e Planejamento Institucional
Hudson Shiguer Kinashi
Corregedor-Geral do Ministério Público
Marcos Antonio Martins Sottoriva
Corregedor-Geral Substituto do Ministério Público
Antonio Siufi Neto
Ouvidor do Ministério Público
Olavo Monteiro Mascarenhas

COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

Procurador de Justiça <i>Sérgio Luiz Morelli</i>	Procurador de Justiça <i>Marcos Antonio Martins Sottoriva</i>
Procurador de Justiça <i>Mauri Valentim Ricciotti</i>	Procuradora de Justiça <i>Esther Sousa de Oliveira</i>
Procurador de Justiça <i>Hudson Shiguer Kinashi</i>	Procurador de Justiça <i>Aroldo José de Lima</i>
Procurador de Justiça <i>Olavo Monteiro Mascarenhas</i>	Procurador de Justiça <i>Adhemar Mombrum de Carvalho Neto</i>
Procuradora de Justiça <i>Irma Vieira de Santana e Anzoategui</i>	Procurador de Justiça <i>Gerardo Eriberto de Moraes</i>
Procuradora de Justiça <i>Nilza Gomes da Silva</i>	Procurador de Justiça <i>Luis Alberto Safrader</i>
Procurador de Justiça <i>Silvio Cesar Maluf</i>	Procuradora de Justiça <i>Sara Francisco Silva</i>
Procurador de Justiça <i>Antonio Siufi Neto</i>	Procuradora de Justiça <i>Lenirce Aparecida Avellaneda Furuya</i>
Procurador de Justiça <i>Evaldo Borges Rodrigues da Costa</i>	Procuradora de Justiça <i>Mara Cristiane Crisóstomo Bravo</i>
Procuradora de Justiça <i>Marigô Regina Bittar Bezerra</i>	Procurador de Justiça <i>Helton Fonseca Bernardes</i>
Procurador de Justiça <i>Belmires Soles Ribeiro</i>	Procurador de Justiça <i>Gilberto Robalinho da Silva</i>
Procurador de Justiça <i>Humberto de Matos Brittes</i>	Procurador de Justiça <i>Paulo Cezar dos Passos</i>
Procurador de Justiça <i>Miguel Vieira da Silva</i>	Procuradora de Justiça <i>Jaceguara Dantas da Silva</i>
Procurador de Justiça <i>João Albino Cardoso Filho</i>	Procurador de Justiça <i>Rodrigo Jacobina Stephanini</i>
Procuradora de Justiça <i>Lucienne Reis D'Ávila</i>	Procurador de Justiça <i>Silasneiton Gonçalves</i>
Procuradora de Justiça <i>Ariadne de Fátima Cantú da Silva</i>	Procurador de Justiça <i>Sérgio Fernando Raimundo Harfouche</i>
Procurador de Justiça <i>Francisco Neves Júnior</i>	Procurador de Justiça <i>Alexandre Lima Raslan</i>
Procurador de Justiça <i>Edgar Roberto Lemos de Miranda</i>	

EXPEDIENTE EXTERNO:

De 2ª à 6ª feira, das 08 às 11 e 13 às 18 horas.

DISQUE DENÚNCIA

Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça Criminais
(67) 3318-2091 e-mail: caocrim@mpms.mp.br

Centro de Apoio Operacional dos Direitos Constitucionais do Cidadão
e dos Direitos Humanos e das Pessoas com Deficiência
(67) 3318-2160 e-mail: caodh@mpms.mp.br

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA**AVISO Nº 01/2020/PGJ**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso de suas atribuições legais, **comunica aos Promotores de Justiça Auxiliares** que, **dentro do prazo de dois dias**, a contar da publicação deste Aviso, receberá os requerimentos daqueles que pretendam ser designados para a **14ª Promotoria de Justiça de Campo Grande**, em razão de o titular estar em licença para o trato de interesse particular, conforme Portaria nº 1235/2020-PGJ, de 14.4.2020, publicada no DOMP-MS nº 2.185, de 15.4.2020).

Campo Grande, 15 de abril de 2020.

PAULO CEZAR DOS PASSOS
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1233/2020-PGJ, DE 14.4.2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Tornar sem efeito a Portaria nº 4539/2019-PGJ, de 4.12.2019, na parte que concedeu à Promotora de Justiça Suzi Lucia Silvestre da Cruz D'Angelo o 2º período de férias, que seria usufruído de 23.4 a 2.5.2020.

PAULO CEZAR DOS PASSOS
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1236/2020-PGJ, DE 14.4.2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “F” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o 12º Promotor de Justiça da comarca de Dourados, Luiz Eduardo de Souza Sant’Anna Pinheiro, para, sem prejuízo de suas funções, atuar nos feitos e audiências relativos aos cumprimentos das cartas precatórias afetas à Vara da Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher da referida Comarca, a partir de 30.4.2020, pelo período de 1 (um) ano.

PAULO CEZAR DOS PASSOS
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1231/2020-PGJ, DE 14.4.2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Indeferir, por necessidade de serviço, compensação de plantão aos Promotores de Justiça abaixo nominados, nos termos do artigo 140, § 3º, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, com a redação dada pela Lei Complementar nº 227, de 19.10.2016, conforme segue:

PROMOTORES DE JUSTIÇA	QUANTIDADE DE DIAS	PERÍODO INDEFERIDO
Antonio André David Medeiros	30	2 a 31.3.2020
Bianka Machado Arruda Mendes	20	1º a 20.6.2020
Cristiane Amaral Cavalcante	5	4 a 8.5.2020
Nicolau Bacarji Junior	20	11 a 30.3.2020
Radamés de Almeida Domingos	30	9.3 a 7.4.2020

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1240/2020-PGJ, DE 14.4.2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar os seguintes servidores do Quadro do Ministério Público Estadual como gestores e fiscais do convênio decorrente do Processo PGJ/10/0747/2020, nos termos do artigo 67 da Lei nº 8.666/93, conforme segue: 1) Gestor do Contrato – Fabiano Alves Davy, Diretor da Secretaria de Gestão de Pessoas; 1.1) Suplente – Christiane de Oliveira Landgraf Pinto, Chefe do Departamento de Gestão de Pessoas; 2) Fiscal Administrativo – Cristiane da Silva Sena, Técnico I; 2.1) Suplente – Rubia Mara Mayume Suetake, Técnico II.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1241/2020-PGJ, DE 14.4.2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar os seguintes servidores do Quadro do Ministério Público Estadual como gestores e fiscais do Contrato nº 19/PGJ/2020, nos termos do artigo 67 da Lei nº 8.666/93, conforme segue: 1) Gestora do Contrato – Nádia de Moura Mattos, Analista/Administração; 1.1) Suplente – Murilo Rolim Neto, Diretor da Secretaria de Administração; 2) Fiscal Administrativo – Kelly Cristina Mengual Vieira, Chefe do Departamento de Serviços Gerais; 2.1) Suplente - Natanaél Jacinto dos Santos, Auxiliar; 3) Fiscal Técnico – Angelo Maia Marcelo Pirani, Chefe do Departamento de Infraestrutura e Tecnologia; 3.1) Myrian Raquel Rodrigues da Silva, Diretora da Secretaria de Tecnologia da Informação (Processo PGJ/10/0608/2020).

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA N° 0058/2020/AOP/PGJ

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XIII do artigo 30 da Lei Complementar n° 72, de 18 de janeiro de 1994 e artigo 29, inciso IX, da Lei 8.625/93,

RESOLVE:

Delegar ao Promotor de Justiça Michel Maesano Mancuelho, que oficia perante a Promotoria de Justiça da comarca de Coronel Sapucaia-MS, a quem o substituir ou a quem o suceder por promoção ou remoção, a atribuição para, sem prejuízo de suas funções, atuar nos autos de Notícia de Fato n° 01.2020.00000201-7, bem como nos feitos e ações judiciais decorrentes desse procedimento, conforme decisão lançada ao feito.

Campo Grande-MS, 13 de abril de 2020.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA N° 0060/2020/AOP/PGJ

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XIII do artigo 30 da Lei Complementar n° 72, de 18 de janeiro de 1994 e artigo 29, inciso IX, da Lei 8.625/93,

RESOLVE:

Delegar ao Promotor de Justiça Luiz Gustavo Camacho Terçariol, que oficia perante a 16ª Promotoria de Justiça da comarca de Dourados-MS, a quem o substituir ou a quem o suceder por promoção ou remoção, a atribuição para, sem prejuízo de suas funções, atuar nos autos de Notícia de Fato n° 01.2020.00000860-0, bem como nos feitos e ações judiciais decorrentes desse procedimento, conforme decisão lançada ao feito.

Campo Grande-MS, 13 de abril de 2020.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA N° 0061/2020/AOP/PGJ

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XIII do artigo 30 da Lei Complementar n° 72, de 18 de janeiro de 1994 e artigo 29, inciso IX, da Lei 8.625/93,

RESOLVE:

Delegar ao Promotor de Justiça Fernando Marcelo Peixoto Lanza, que oficia perante a 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Três Lagoas-MS, a quem o substituir ou a quem o suceder por promoção ou remoção, a atribuição para, sem prejuízo de suas funções, atuar nos autos de Procedimento Administrativo n° 09.2018.00000866-2, bem como nos feitos e ações judiciais decorrentes desse procedimento, conforme decisão lançada ao feito.

Campo Grande-MS, 13 de abril de 2020.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PROCURADORIA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA

PORTARIA Nº 1232/2020-PGJ, DE 14.4.2020

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso X, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Conceder férias regulamentares aos servidores do Quadro do Ministério Público Estadual abaixo nominados, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016, conforme segue:

NOME	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
		1º PERÍODO (ou integral)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Alasson Saraiva	2019/2020	4 a 13.5.2020	8 a 17.9.2020		29.5 a 7.6.2020
Brauner Murilo de Melo Biscoli	2019/2020	13.10 a 1º.11.2020			18 a 27.5.2020
Bruno Zanatto Macedo	2018/2019	4 a 13.5.2020	8 a 17.9.2020	9 a 18.12.2020	
Carlos Alberto Arguelho	2018/2019	6 a 25.7.2020			1º a 10.5.2020
Carlos Henrique de Brito Gomes	2018/2019	30.9 a 9.10.2020	23.11 a 2.12.2020		4 a 13.5.2020
Catarina Costa da Silva	2017/2018	4 a 13.5.2020	1º a 10.10.2020		14 a 23.5.2020
Elizete Alves da Silva	2019/2020	6 a 15.7.2020	14 a 23.10.2020		15 a 24.5.2020
Fernando Claudy Taveira	2017/2018	24.8 a 2.9.2020	1º a 10.12.2020		10 a 19.4.2020
Flavia Alessandra de Freitas Magalhães	2019/2020	4 a 13.5.2020	10 a 19.12.2020		14 a 25.5.2020
Gabriel Damião Amaral Silveira	2019/2020	24.3 a 2.4.2021	3 a 12.11.2021		20 a 29.5.2020
Ivan Arruda Santos	2018/2019	1º a 10.7.2020	13 a 22.10.2020		13 a 22.5.2020
Jonise Rodrigues Vieira	2017/2018	14 a 23.9.2020	13 a 22.10.2020		4 a 13.5.2020
Juliana Santos Amaral	2019/2020	6 a 25.7.2020			4 a 13.5.2020
Juliano Gonçalves Cortez	2018/2019	4 a 23.5.2020			24.5 a 2.6.2020
Lucas Santana Lima	2019/2020	22.6 a 1º.7.2020	18 a 27.2.2021		18 a 27.5.2020
Moises Yule de Oliveira	2019/2020	22.4 a 1º.5.2020	15 a 24.6.2020	9 a 18.12.2020	
Murilo Rolim Neto	2017/2018	20.5 a 8.6.2020	24.8 a 2.9.2020		
Myrian Raquel Rodrigues da Silva	2018/2019	4 a 13.5.2020	7 a 16.1.2021		1º a 10.2.2021
Nathan Felipe Costa de Oliveira	2019/2020	8 a 17.9.2020	8 a 17.1.2021		10 a 19.4.2020
Paulo Augusto Arantes Vilela	2019/2020	23.11 a 12.12.2020			27.5 a 5.6.2020
Renata Gomes Carpes	2019/2020	6 a 15.7.2020	13 a 22.10.2020		17 a 26.4.2020
Silvana Galeski Salazar	2018/2019	11 a 30.5.2020			1º a 10.6.2020
Silvia Helena Schiavi de Carvalho	2018/2019	20 a 29.10.2020	9 a 18.12.2020		19 a 28.5.2020
Taís Conrad	2017/2018	25.11 a 4.12.2020	7 a 16.6.2021		11 a 20.5.2020
Thayná Arruda de Souza e Silva	2019/2020	29.11 a 18.12.2020			1º a 10.4.2020

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça

PORTARIA N° 1249/2020-PGJ, DE 15.4.2020

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso X, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Alterar as férias dos servidores do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, concedidas por meio das portarias abaixo relacionadas, e suas modificações, nos termos do artigo 9º da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, conforme segue:

Onde consta:

PORTARIA N° 451/2019-PGJ

SERVIDOR (A)	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
		1º PERÍODO (ou integral)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Fernando da Silva Dellamura	2017/2018	1º a 10.10.2019	18 a 27.3.2020		15 a 24.3.2020

PORTARIA N° 2875/2019-PGJ

SERVIDOR (A)	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
		1º PERÍODO (ou integral)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Dayane Nunes Ramos	2017/2018	10 a 19.12.2019	31.3 a 9.4.2020		16 a 25.9.2019

PORTARIA N° 4170/2019-PGJ

SERVIDOR (A)	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
		1º PERÍODO (ou integral)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Claudia Cintra Pereira Neves Regasso	2018/2019	3 a 12.2.2020	8 a 17.9.2020		2 a 11.12.2019

PORTARIA N° 4365/2019-PGJ

SERVIDOR (A)	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
		1º PERÍODO (ou integral)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Alexandra Secco de Almeida Silva	2018/2019	20 a 29.1.2020	30.3 a 8.4.2020	22.4 a 1º.5.2020	
Beatriz dos Reis Medina	2017/2018	20 a 29.1.2020	22.4 a 1º.5.2020	1º a 10.6.2020	

PORTARIA N° 180/2020-PGJ

SERVIDOR (A)	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
		1º PERÍODO (ou integral)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Cecilia Soares de Paiva	2017/2018	20.3 a 8.4.2020			10 a 19.2.2020

PORTARIA N° 462/2020-PGJ

SERVIDOR (A)	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
		1º PERÍODO (ou integral)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Bruno Dantas Sanchez	2018/2019	23.3 a 1º.4.2020	16.11 a 5.12.2020		
Carolina Pontes Andreussi	2018/2019	23.3 a 1º.4.2020	16.11 a 5.12.2020		
Elisman da Costa Vargas	2019/2020	13.4 a 2.5.2020			9 a 18.3.2020

PORTARIA N° 852/2020-PGJ

SERVIDOR (A)	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
		1º PERÍODO (ou integral)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Alexandre Ferreira da Costa	2018/2019	22.4 a 11.5.2020			1º a 10.4.2020
Ana Paula Corrêa Guimarães	2018/2019	27.4 a 6.5.2020	30.9 a 9.10.2020		11 a 20.5.2020
Bruno Pirrony Silva	2018/2019	27.4 a 6.5.2020	30.9 a 9.10.2020		11 a 20.5.2020
Caren Suéli Montagner Lago	2018/2019	22.4 a 1º.5.2020	1º a 10.6.2020	3 a 12.11.2020	

Passe a constar:

PORTARIA Nº 451/2019-PGJ					
SERVIDOR (A)	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
		1º PERÍODO (ou integral)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Fernando da Silva Dellamura	2017/2018	1º a 10.10.2019	26.8 a 4.9.2020		15 a 24.3.2020

PORTARIA Nº 2875/2019-PGJ					
SERVIDOR (A)	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
		1º PERÍODO (ou integral)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Dayane Nunes Ramos	2017/2018	10 a 19.12.2019	9 a 18.12.2020		16 a 25.9.2019

PORTARIA Nº 4170/2019-PGJ					
SERVIDOR (A)	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
		1º PERÍODO (ou integral)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Claudia Cintra Pereira Neves Regasso	2018/2019	3 a 12.2.2020	29.6 a 8.7.2020		2 a 11.12.2019

PORTARIA Nº 4365/2019-PGJ					
SERVIDOR (A)	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
		1º PERÍODO (ou integral)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Alexandra Secco de Almeida Silva	2018/2019	20 a 29.1.2020	22.6 a 1º.7.2020	13 a 22.7.2020	
Beatriz dos Reis Medina	2017/2018	20 a 29.1.2020	13.10 a 1º.11.2020		

PORTARIA Nº 180/2020-PGJ					
SERVIDOR (A)	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
		1º PERÍODO (ou integral)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Cecilia Soares de Paiva	2017/2018	3 a 22.11.2020			10 a 19.2.2020

PORTARIA Nº 462/2020-PGJ					
SERVIDOR (A)	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
		1º PERÍODO (ou integral)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Bruno Dantas Sanchez	2018/2019	15 a 24.6.2020	16.11 a 5.12.2020		
Carolina Pontes Andreussi	2018/2019	15 a 24.6.2020	16.11 a 5.12.2020		
Elisman da Costa Vargas	2019/2020	3 a 22.11.2020			9 a 18.3.2020

PORTARIA Nº 852/2020-PGJ					
SERVIDOR (A)	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
		1º PERÍODO (ou integral)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Alexandre Ferreira da Costa	2018/2019	3 a 22.11.2020			1º a 10.4.2020
Ana Paula Corrêa Guimarães	2018/2019	30.9 a 9.10.2020	3 a 12.2.2021		11 a 20.5.2020
Bruno Pirrony Silva	2018/2019	30.9 a 9.10.2020	3 a 12.2.2021		11 a 20.5.2020
Caren Suéli Montagner Lago	2018/2019	1º a 10.6.2020	8 a 17.9.2020	3 a 12.11.2020	

NILZA GOMES DA SILVA
Procuradora-Geral Adjunta de Justiça

PORTARIA Nº 1250/2020-PGJ, DE 15.4.2020

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso X, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Suspender as férias concedidas ao servidor Luciano Paulo Portella, por meio da Portaria nº 2875/2019-PGJ, de 12.8.2019, que seriam usufruídas no período de 14.10 a 2.11.2020, a serem usufruídas no período de 16.3 a 4.4.2020, em razão de licença para tratamento da própria saúde, nos termos do artigo 10, inciso I, da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça

PORTARIA Nº 1251/2020-PGJ, DE 15.4.2020

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso X, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Alterar a Portaria nº 891/2019-PGJ, de 14.3.2019, com a redação dada pela Portaria nº 2177/2019-PGJ, de 24.6.2019, na parte que concedeu férias à servidora Lais Massuda Albuquerque de Oliveira, de forma que, onde consta: “de 23 a 26.3.2020”, passe a constar: “de 6 a 9.4.2020”.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça

PORTARIA Nº 1252/2020-PGJ, DE 15.4.2020

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso X, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Interromper, por necessidade de serviço, a partir de 13.3.2020, as férias da servidora Maria Eugênia Gomes Antello Abud, concedidas por meio da Portaria nº 2875/2019-PGJ, de 12.8.2019, com a redação dada pela Portaria nº 425/2020-PGJ, 3.2.2020, nos termos do artigo 11 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, a serem usufruídas no período de 2 a 10.6.2020.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça

PORTARIA Nº 1253/2020-PGJ, DE 15.4.2020

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso X, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Suspender as férias concedidas à servidora Roberta de Souza Salgado, por meio da Portaria nº 852/2020-PGJ, de 5.3.2020, que seriam usufruídas no período de 16 a 25.3.2020, a serem usufruídas no período de 20 a 29.4.2020, em razão de necessidade de serviço, nos termos do artigo 10, inciso VIII, da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça

PORTARIA Nº 1214/2020-PGJ, DE 13.4.2020

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso IX, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Designar a servidora Handreza Oviedo Alves Martins, ocupante do cargo efetivo de Técnico I, símbolo MPTE-201, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, lotada nas Promotorias de Justiça de Dourados e designada para prestar serviços na 14ª Promotoria de Justiça, para, sem prejuízo de suas funções, prestar serviços na 15ª Promotoria de Justiça da referida Comarca, no período 16 a 25.3.2020, em razão de férias da servidora Ellen Beatriz do Nascimento Oliveira Rotta.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça

PORTARIA Nº 1215/2020-PGJ, DE 13.4.2020

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso IX, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Designar a servidora Renata Patricia Souza Monteiro Mendes, ocupante do cargo efetivo de Técnico I, símbolo MPTE-201, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, para, sem prejuízo de suas funções, exercer, em substituição, a Função de Confiança - FC5, no período de 18 a 25.3.2020, em razão de licença-luto da servidora Adriana Vargas dos Santos.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça

PORTARIA Nº 1239/2020-PGJ, DE 14.4.2020

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso X, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Conceder ao servidor Pierre Karlos Brito Kitizo, ocupante do cargo efetivo de Analista, símbolo MPAN-101, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, 5 (cinco) dias de licença-paternidade, em razão do nascimento de seu filho, a partir de 28.3.2020, nos termos dos artigos 130, inciso IV, e 148, ambos da Lei nº 1.102, de 10 de outubro de 1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.157, de 26 de outubro de 2000; e 15 (quinze) dias, em prorrogação, nos termos da Resolução nº 21/2017-PGJ, de 28.8.2017.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça

COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

PAUTA PARA REUNIÃO ORDINÁRIA DO COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, QUE SE REALIZARÁ NO DIA 23 DE ABRIL DE 2020, ÀS 14 HORAS, POR TELECONFERÊNCIA.

7. Processo:**7.1. Processo PGJ/10/2131/2019 – Recurso Administrativo**

Recorrente: Servidor do Ministério Público Estadual.

Assunto: Apuração dos fatos envolvendo servidores da Divisão de Transporte.

Advogado: Bruno Terence Romero R. G. Dias – OAB/MS 9.381 e Lais Peixoto Tiburcio – OAB/MS 18.876.

Relatora: Procuradora de Justiça Lucienne Reis D'Ávila.

Revisor: Procurador de Justiça Alexandre Lima Raslan.

8. Assuntos Institucionais:

8.1. Apreciação do **Relatório Anual** das Atividades do Ministério Público do ano 2019.

8.2. Apreciação de outros assuntos de interesse Institucional.

8.3. Referendar a Portaria nº 515/2020-PGJ, de 7.2.2020, que concedeu, *ad referendum* do Colégio de Procuradores de Justiça, ao Corregedor-Geral do Ministério Público Marcos Antonio Martins Sottoriva, 1 (um) dia de compensação pelo exercício da atividade ministerial em plantão, realizada no período de 15 a 22.4.2019, que foi usufruído no dia 7.2.2020.

8.4. Referendar a Portaria nº 771/2020-PGJ, de 27.2.2020, que concedeu, *ad referendum* do Colégio de Procuradores de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça, Paulo Cezar dos Passos, 17 dias de férias remanescentes, referentes ao período aquisitivo 2017/2018, que foram usufruídas no período de 3 a 19.3.2020.

8.5. Referendar a Portaria nº 998/2020-PGJ, de 16.3.2020, que suspendeu, *ex officio, ad referendum* do Colégio de Procuradores de Justiça, por necessidade de serviço, nos dias 6, 11 e 12.3.2020, as férias do Procurador-Geral de Justiça, Paulo Cezar dos Passos, concedidas por meio da Portaria nº 771/2020-PGJ, de 27.2.2020.

8.6. Referendar a Portaria nº 1010/2020-PGJ, de 17.3.2020, que suspendeu, *ex officio, ad referendum* do Colégio de Procuradores de Justiça, por necessidade de serviço, a partir de 17.3.2020, as férias do Procurador-Geral de Justiça, Paulo Cezar dos Passos, concedidas por meio da Portaria nº 771/2020-PGJ, de 27.2.2020.

8.7. Referendar a concessão de diárias ao Procurador-Geral de Justiça, Paulo Cezar dos Passos. (Processos PGJ/10/0372/2020, PGJ/10/0373/2020, PGJ/10/0406/2020 e PGJ/10/0614/2020).

CONSELHO SUPERIOR**DELIBERAÇÕES PROFERIDAS PELO EGRÉGIO CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, NA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 17 DE MARÇO DE 2020.****7. Ordem do dia:****7.1. Matéria administrativa:**

7.1.1. Aprovar *ad referendum* a Portaria nº 377/2020–PGJ, de 30.1.2020, que tornou pública a Lista de Antiguidade dos membros do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, atualizada até 31 de dezembro de 2019, publicada no DOMP-MS nº 2.136, de 31 de janeiro de 2020.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, aprovou a portaria acima referida.

7.1.2. Julgamento de Processo:**1. Procedimento Administrativo nº 09.2019.00003660-7.**

Assunto: Proposta de elaboração de enunciado referente às remessas ao Conselho Superior do Ministério Público, pelos Órgãos de Execução, do Termo de Ajustamento de Conduta firmado em inquérito civil ou homologado pelo Poder Judiciário, nos termos do art. 6º, §§ 1º e 2º, da Resolução CNMP nº 179/2017 (Termo de Ajuste de Conduta) e do art. 6º, § 9º, da Resolução nº 6/2019-CPJ (Termo de Ajuste de Conduta: Improbidade e Leniência).

Relator Conselheiro Alexandre Lima Raslan.

Retirado de pauta.

7.2. Julgamento de Inquéritos Cíveis e Procedimentos:**7.2.1. Processos com prorrogação de prazo:****1. Inquérito Civil nº 06.2018.00003399-4 – SIGILOSO.**

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Anastácio.

Relator Conselheiro Antonio Siufi Neto.

Retirado de pauta em razão da ausência justificada do Relator.

2. Inquérito Civil nº 06.2018.00003392-8 – SIGILOSO.

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Anastácio.

Relator Conselheiro Antonio Siufi Neto.

Retirado de pauta em razão da ausência justificada do Relator.

7.2.2. Processo com pedido de vista:**1. Inquérito Civil nº 06.2018.00002414-0**

46ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Campo Grande

Assunto: Investigar o funcionamento ilegal das entidades governamentais (CRAS, CREAS, Centro de Convivência), quanto aos atendimentos oferecidos às crianças e aos adolescentes, bem como a procrastinação do município em regularizá-las.

Conselheira Relatora: Jaceguara Dantas da Silva

Voto-vista: Edgar Roberto Lemos de Miranda

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - MUNICÍPIO DE CAMPO GRANDE - INVESTIGAÇÃO DO FUNCIONAMENTO DE ENTIDADES GOVERNAMENTAIS DE ATENDIMENTO A CRIANÇAS E ADOLESCENTES - *BIS IN IDEM* - TEMA JUDICIALIZADO E OBJETO DE COMPOSIÇÃO EM SEGUNDA INSTÂNCIA - CRONOGRAMA PARA REGULARIZAÇÃO FORMAL DAS UNIDADES INVESTIGADAS - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO - HOMOLOGAÇÃO. Procede o arquivamento de Inquérito Civil instaurado para investigar o funcionamento ilegal de entidades governamentais de atendimento à crianças e adolescentes, quando se constata, no curso de seu procedimento, que a matéria já estava judicializada, oriunda de outros Inquéritos Cíveis, aliás com diversas ações judiciais já propostas, e em sede de recurso que tramitou perante a Vara da Infância, Adolescência e do Idoso, restou firmado acordo com o Município prevendo cronograma para regularização formal de tais unidades, inclusive com participação de Procurador de Justiça.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto-vista com a concordância da Relatora.

7.2.3. Inquéritos Cíveis e Procedimentos:

7.2.3.1. RELATOR-CONSELHEIRO ANTONIO SIUFI NETO:

1. Inquérito Civil nº 06.2018.00000246-8

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Deodápolis

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Município de Deodápolis e Marcimone Borges de Souza

Assunto: Apurar eventual irregularidade na realização de despesa pública pelo Município de Deodápolis decorrente da participação complementar de serviços privados de saúde.

Retirado de pauta em razão da ausência justificada do Relator.

2. Inquérito Civil nº 06.2017.00000367-4 – SIGILOSO

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Água Clara Requerente: ***Retirado de pauta em razão da ausência justificada do Relator.***

3. Procedimento Preparatório nº 09.2019.00001840-9

1ª Promotoria de Justiça do Consumidor da comarca de Chapadão do Sul

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Tiago Naves Gomes Fortuna

Assunto: Apurar eventual exercício irregular da medicina por optometrista.

Retirado de pauta em razão da ausência justificada do Relator.

4. Inquérito Civil nº 06.2019.00000031-9 – SIGILOSO

31ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande

Retirado de pauta em razão da ausência justificada do Relator.

5. Inquérito Civil nº 06.2019.00001465-7

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Bela Vista

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Fazenda Terra Nova

Assunto: Apurar suposto dano ambiental decorrente da exploração de 43,38 hectares de vegetação nativa na propriedade denominada Fazenda Terra Nova em Caracol/MS.

Retirado de pauta em razão da ausência justificada do Relator.

6. Inquérito Civil nº 06.2019.00000019-6

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Iguatemi

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar eventual ato de improbidade administrativa decorrente da concomitância do gozo de licença médica pelo servidor Lidiomar Vieira, no cargo de operador de máquinas, com o pleno exercício do cargo de vereador no município de Tacuru/MS.

Retirado de pauta em razão da ausência justificada do Relator.

7. Inquérito Civil nº 06.2019.00001919-6

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Três Lagoas

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Maria Aparecida Correa Dias

Assunto: Apurar dano ambiental decorrente de desmatamento de 37,40 ha de vegetação nativa, na Fazenda Bela Vista, situado no município de Selvíria - MS.

Retirado de pauta em razão da ausência justificada do Relator.

8. Inquérito Civil nº 06.2018.00002494-0

16ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Dourados

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: UEMS - Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul e ADUEMS - Associação dos Docentes da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul

Assunto: Apurar eventuais irregularidades praticadas, em tese, pela Associação de Docentes da UEMS - ADUEMS, em virtude da utilização das instalações físicas da UEMS, para o funcionamento de sua sede administrativa.

Retirado de pauta em razão da ausência justificada do Relator.

9. Inquérito Civil nº 06.2018.00002092-2

32ª Promotoria de Justiça da Cidadania da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Campo Grande

Assunto: Apurar a falta de aparelhos e ausência de profissionais da área de saúde, para compor a equipe da Unidade Básica de Saúde da Família UBSF Bonança Distrito Oeste, Campo Grande/MS.

Retirado de pauta em razão da ausência justificada do Relator.

10. Inquérito Civil nº 06.2018.00000594-3

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Dois Irmãos do Buriti

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar denúncia de desvio de dinheiro público em benefício de empreiteiras localizadas no município de Dois Irmãos do Buriti na gestão administrativa 2012.

Retirado de pauta em razão da ausência justificada do Relator.

7.2.3.2. RELATOR-CONSELHEIRO BELMIREZ SOLES RIBEIRO:

1. Inquérito Civil nº 06.2018.00001829-3

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Ponta Porã

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Acompanhar destinação de verba ao projeto de obra de abastecimento de água e esgotamento sanitário da Fundação Nacional de Saúde - FUNASA, Município de Aral Moreira/MS.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - COMARCA DE PONTA PORÃ/MS - ACOMPANHAR DESTINAÇÃO DE VERBA AO PROJETO DE OBRA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E ESGOTAMENTO SANITÁRIO DA FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE - MUNICÍPIO DE ARAL MOREIRA/MS - INSTAURAÇÃO DE PROCEDIMENTO COM OBJETO ESPECÍFICO - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Arquiva-se o Inquérito Civil onde foi apurada a falta de esgotamento sanitário e fornecimento de água potável no Município, ante a constatação de instauração de Inquérito Civil com objeto específico, visando a implantação de efetivo plano de saneamento básico.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.

2. Inquérito Civil nº 06.2019.00000112-9

16ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Dourados

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Fundação de Serviços de Saúde de Dourados/MS – FUNSAUD e Mallone Comércio e Serviços LTDA-ME

Assunto: Apurar responsabilidades em decorrência das irregularidades detectadas no Pregão Presencial nº. 012/2018, Processo de Licitação nº 064/2018 e Pregão Presencial nº 093/2016, Processo de Licitação nº 412/2016.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - 16ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE DOURADOS/MS – APURAR RESPONSABILIDADES EM DECORRÊNCIA DAS IRREGULARIDADES DETECTADAS EM PREGÃO PRESENCIAL - FUNDAÇÃO DE SERVIÇOS DE SAÚDE DE DOURADOS - FUNSAUD - INDÍCIOS DE IRREGULARIDADES - SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE – VERBAS PROVENIENTES DO BLOCO DE FINANCIAMENTO - ATENÇÃO DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE AMBULATORIAL E HOSPITALAR EM URGÊNCIA E EMERGÊNCIA - INTERESSE DA UNIÃO - DECLÍNIO DE ATRIBUIÇÃO AO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL – HOMOLOGAÇÃO. Em sede de apuração, constatou-se que os recursos orçamentários utilizados na execução do Contrato nº 37/2018/FUNSAUD com a empresa Mallone Comércio e Serviços Ltda-ME são advindos do Bloco de Financiamento “Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospital”, razão pela qual homologa-se o pedido de declínio de atribuição em favor do Ministério Público Federal.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou o declínio de atribuição ao Ministério Público Federal, nos termos do voto do Relator.

3. Inquérito Civil nº 06.2017.00001758-0

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Sidrolândia

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Olinto Comparin

Assunto: Apurar eventual dano ambiental ocorrido na Fazenda São Bento, neste município de Sidrolândia/MS, em razão do Auto de Infração IMASUL n. 20727 do 15º BPMA 2º Pelotão de Polícia Militar Ambiental de Jardim.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - COMARCA DE SIDROLÂNDIA/MS - APURAR EVENTUAL DANO AMBIENTAL OCORRIDO NA FAZENDA SÃO BENTO, EM RAZÃO DO AUTO DE INFRAÇÃO IMASUL Nº 20727 - IRREGULARIDADES DEVIDAMENTE SANADAS - VISTORIA *IN LOCO* - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Denota-se que as irregularidades inicialmente constatadas foram sanadas, uma vez que se constatou em vistoria realizada no dia 04.12.2019, que não havia mais embalagens no local, nem resquícios de embalagens de agrotóxicos, tendo sido comprovada a entrega das mesmas na Associação Campograndense das Revendas Agrícolas ACRAA.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.

4. Inquérito Civil nº 06.2019.00000155-1

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Camapuã

Requerente: Conselho de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB.

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar eventual irregularidade na contratação de Euliomar Silva Simões.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - MUNICÍPIO DE CAMAPUÃ - APURAÇÃO DE SUPOSTO CASO DE NEPOTISMO - RECOMENDAÇÃO EXPEDIDA - IRREGULARIDADE SANADA - CONTRATO DEVIDAMENTE INTERROMPIDO – ATUAÇÃO MINISTERIAL RESOLUTIVA - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Promoção de arquivamento merece ser homologada, haja vista que a irregularidade foi devidamente sanada, não restando mais configurada situação de nepotismo, mediante a interrupção do contrato.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.

5. Inquérito Civil nº 06.2018.00003336-1

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Ribas do Rio Pardo

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: SINDIJUS - Sindicato dos Trabalhadores do Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul

Assunto: Apurar eventual ocorrência de dano ambiental na propriedade rural

denominada Clube de Campo da Associação dos Servidores de Justiça/SINDIJUS de Ribas do Rio Pardo.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – COMARCA DE RIBAS DO RIO PARDO – MEIO-AMBIENTE – APURAÇÃO DE DANO AMBIENTAL EM PROPRIEDADE RURAL - INSCRIÇÃO NO CAR-MS – EXECUÇÃO DE PRADA QUE PROPICIA A REGENERAÇÃO AMBIENTAL DA PROPRIEDADE – NECESSIDADE DE PROMOÇÃO DE NOVA DILIGÊNCIA. Promoção de arquivamento não homologada, uma vez que, embora o Requerido tenha adotado medidas para a regularização jurídica (inscrição no CAR-MS) e ambiental de sua propriedade, mediante a apresentação de PRADA (instruído com ART), atendo-se ao Enunciado nº 10, que impõe ao órgão de execução a obtenção de um título executivo (Termo de Ajustamento de Conduta), mesmo diante da apresentação de CAR e PRADA relacionados ao imóvel rural, necessária se faz a celebração de Termo de Ajustamento de Conduta.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, não homologou a promoção de arquivamento, com o consequente retorno dos presentes autos à Promotoria de Justiça de origem para a realização da diligência sugerida nos termos do voto do Relator.

6. Inquérito Civil nº 06.2019.00000854-4

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Miranda

Requerente: Polícia Militar Ambiental

Requerida: Ana Carla de Melo

Assunto: Apurar a ocorrência de irregularidade ambiental no Lote nº 43, do

Assentamento Campina, situado no Município de Bodoquena, consistente em destruir e danificar área de preservação permanente.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - 2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE MIRANDA - MEIO-AMBIENTE - APURAR A OCORRÊNCIA DE IRREGULARIDADE AMBIENTAL NO LOTE Nº 43, DO ASSENTAMENTO CAMPINA, SITUADO NO MUNICÍPIO DE BODOQUENA/MS, CONSISTENTE EM DESTRUIR E DANIFICAR ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE - INSCRIÇÃO NO CAR-MS E PRADA -

NECESSIDADE DE FORMALIZAR TAC – ARQUIVAMENTO NÃO HOMOLOGADO. Promoção de arquivamento não homologada, uma vez que, embora a Requerida tenha adotado medidas para a regularização jurídica (inscrição no CAR-MS) e ambiental de sua propriedade, mediante a apresentação de PRADA (instruído com ART), atendo-se ao Enunciado nº 10, que impõe ao órgão de execução a obtenção de um título executivo (Termo de Ajustamento de Conduta), mesmo diante da apresentação de CAR e PRADA relacionados ao imóvel rural, necessária se faz a celebração de Termo de Ajustamento de Conduta.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, não homologou a promoção de arquivamento, com o consequente retorno dos presentes autos à Promotoria de Justiça de origem para a realização da diligência sugerida nos termos do voto do Relator, impedido o Conselheiro Silasneiton Gonçalves, em razão de ser o genitor da Promotora de Justiça titular da 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Miranda e também da 1ª Promotoria de Justiça de Miranda, em decorrência lógica da substituição.

7. Inquérito Civil nº 06.2018.00002761-5

Promotor de Justiça do Meio Ambiental da comarca de Deodápolis

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Basalto Construtora e Incorporadora Ltda.

Assunto: Apurar eventual dano ambiental noticiado através do Registro de Atendimento nº 05.2018.00017191-9, consistente na suposta falta de captação de águas pluviais adequada no Loteamento Portal dos Ipês.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - COMARCA DE DEODÁPOLIS/MS - APURAR EVENTUAL DANO AMBIENTAL DECORRENTE DE SUPOSTA FALTA DE CAPTAÇÃO DE ÁGUAS PLUVIAIS ADEQUADA NO LOTEAMENTO PORTAL DOS IPÊS - MUNICÍPIO DE DEODAPOLIS - AUSÊNCIA DE IRREGULARIDADES - CONSTATAÇÃO DE PROCEDIMENTOS INSTAURADOS PARA INVESTIGAR DEMAIS LOTEAMENTOS - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Denota-se que não foram constatadas irregularidades no procedimento de aprovação e implantação referentes ao Loteamento Portal dos Ipês, uma vez que os problemas identificados não eram oriundos de tal empreendimento, mas sim de outros parcelamentos de solo existentes no Município de Deodápolis/MS, os quais já são objeto de investigação pelo Parquet. Desse modo, como o problema decorrente de falta de captação de águas pluviais não é oriundo do loteamento aqui investigado, constata-se a necessidade de arquivamento do presente Inquérito Civil, pois a regularidade ambiental dos outros parcelamentos de solo existentes no Município já está sendo acompanhada, com afinco, em procedimentos específicos.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.

7.2.3.3. RELATOR-CONSELHEIRO JOÃO ALBINO CARDOSO FILHO:

1. Inquérito Civil nº 06.2019.00000195-1

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Cassilândia

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Andréia Chagas Barbosa

Assunto: Apurar a eventual prática de ato de improbidade administrativa, consistente na percepção de remuneração, sem comparecimento regular ao expediente, bem como privilégios no âmbito da administração pública por parte da investigada Andréia Chagas Barbosa.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - APURAR DENÚNCIA DE DESCUMPRIMENTO DE JORNADA DE TRABALHO DE PSICÓLOGA - NÃO COMPROVAÇÃO – FALTAS INJUSTIFICADAS - DESCONTADAS NA FOLHA DE PAGAMENTO - RELATÓRIO DE INVESTIGAÇÃO REALIZADO - PROFISSIONAL QUE ATENDE EM VÁRIOS POSTOS DE SAÚDE E EM ACADEMIA DE SAÚDE MUNICIPAL - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO - HOMOLOGAÇÃO. Depreende-se dos presentes autos, que a servidora requerida realiza atendimentos em vários postos de saúde, justificando sua ausência na Academia da Saúde municipal. Ainda, conforme Relatório de Investigação realizado, apenas duas vezes a servidora foi vista em sua clínica particular, entretanto, nos períodos mencionados sua folha frequência apresenta Falta, havendo o devido desconto do valor em seu pagamento. Assim, constata-se que as irregularidades noticiadas não foram comprovadas. Desse modo, voto pela homologação da promoção de arquivamento.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.

2. Inquérito Civil nº 06.2016.00000163-9

Promotoria de Justiça da Habitação e Urbanismo da comarca de Sonora

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Sonora

Assunto: Apurar a formação de loteamento irregular em área pública pertencente ao Município de Sonora/MS.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - OCUPAÇÃO IRREGULAR DE LOTES - CELEBRAÇÃO DE TERMO DE

AJUSTAMENTO DE CONDUTA - TAC DE ACORDO COM O ART. 33 AO 43 DA RESOLUÇÃO N.º 15/2007 - TAC HOMOLOGADO - INSTAURAÇÃO DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO VISANDO ACOMPANHAR E FISCALIZAR SEU CUMPRIMENTO - INCIDÊNCIA DO ART. 39 DA RESOLUÇÃO N.º 15/2012 PGJ - ATUAÇÃO DO *PARQUET* COM RESOLUTIVIDADE - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO - HOMOLOGAÇÃO. Depreende-se dos presentes autos, que o Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) encontra-se de acordo com o regramento capitulado no art. 33 ao art. 43 da Resolução PGJ n.º 15/2007, devendo ser homologado. De outro norte, verifica-se que houve a instauração de procedimento administrativo, com o fim de acompanhar e fiscalizar o cumprimento do Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), conforme preceitua o art. 39 da Resolução n.º 15/2012 da PGJ, tornando-se despiendo o seguimento do presente Inquérito Civil. Desse modo, voto pela homologação do arquivamento.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.

3. Inquérito Civil nº 06.2019.00000102-9

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Nova Andradina

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar eventual ato de improbidade administrativa decorrente de acordo extrajudicial em prejuízo ao erário público, bem como possível ofensa ao art. 100 da Constituição Federal.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA - IRREGULARIDADE EM PAGAMENTO DE DÍVIDA DO MUNICÍPIO - SUPOSTO PAGAMENTO ANTECIPADO DE PRECATÓRIO - NÃO COMPROVAÇÃO - PROPOSTA DE ACORDO DE DÍVIDA - VANTAGEM ECONÔMICA PARA A PREFEITURA DE NOVA ANDRADINA - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO -HOMOLOGAÇÃO. Depreende-se dos presentes autos que a Prefeitura de Nova Andradina realizou acordo de uma dívida, do ano de 2014 que ainda não havia sido transformada em precatório devido à um erro processual. Referido acordo proporcionou vantagem para a Administração Pública que economizou cerca de R\$-38.000,00 (trinta e oito mil reais), bem como parcelou o restante do valor em 24 (vinte e quatro) vezes, evitando ônus exacerbado aos cofres públicos. Em relação aos precatórios, a Prefeitura de Nova Andradina informou que se encontra com a fila quase zerada, devido a realização do pagamento de todos os precatórios no exercício financeiro do ano de 2019, à exceção dos que se encontram em fase recursal. Assim, constata-se que as irregularidades noticiadas não foram comprovadas. Desse modo, voto pela homologação da promoção de arquivamento.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.

4. Inquérito Civil nº 06.2018.00002016-6

11ª Promotoria de Justiça da Habitação e Urbanismo da comarca de Dourados

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Corpore Construtora e Incorporadora Ltda.

Assunto: Apurar as irregularidades verificadas nos processos de aprovação da construção da obra do empreendimento Medical Center, localizado na Avenida Presidente Vargas, esquina com a rua Izzat Bussuan.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - SUPOSTA AUSÊNCIA DE ALVARÁS PARA CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIO - PROJETO DE CONSTRUÇÃO APROVADO - RELATÓRIO DE VISTORIA CONSTATANDO A REGULARIDADE DO EMPREENDIMENTO - ESTUDO DE IMPACTO DE VIZINHANÇA REALIZADO - IRREGULARIDADES SANADAS - ATUAÇÃO DO *PARQUET* COM RESOLUTIVIDADE - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO - HOMOLOGAÇÃO. Depreende-se dos presentes autos que após a atuação do órgão ministerial, a Secretaria Municipal de Planejamento verificou a regularidade do edifício e realizou a aprovação do Estudo de Impacto de Vizinhança. Ainda, conforme Relatório de Vistoria, todas as irregularidades constatadas durante a aprovação do Projeto de Construção foram corrigidas. Desse modo, ante o saneamento das irregularidades inicialmente constatadas, voto pela homologação da promoção de arquivamento.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.

5. Inquérito Civil nº 06.2018.00001415-3

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Rio Brilhante

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Cisa Agropecuária Ltda.

Assunto: Apurar eventual prática de conduta lesiva ao meio ambiente na propriedade rural denominada Fazenda Campana, localizada no território do Município de Rio Brilhante/MS, de propriedade de Cisa Agropecuária Ltda, pessoa jurídica de direito privado, representada por Lacy Coelho Barbosa e Arthur Coelho Barbosa, consistente no cômputo de áreas de veredas na reserva legal, ausência de cobertura vegetal em parte delas e desempenho de atividades agrícolas em espaço destinado à Reserva Legal.

Advogados: Daniel Castro Gomes da Costa – OAB/MS nº 12.480; Thiago Machado Grilo – OAB/MS 12.212 e Vinícius Menezes dos Santos – OAB/MS nº 14.977.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - DANO AMBIENTAL - SUPOSTA AUSÊNCIA DE ÁREA DE APP EM VEREDAS - NÃO COMPROVAÇÃO - LAUDO TÉCNICO CONSTATANDO A INEXISTÊNCIA DE VEREDAS NA PROPRIEDADE RURAL - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO - HOMOLOGAÇÃO. Depreende-se dos presentes autos que, conforme Parecer realizado pelo CAOMA, a propriedade rural não apresenta Veredas que necessitem de área de APP, inexistindo desse modo, dano ambiental a ser reparado. Além disso, não foi constatado irregularidades na Reserva Legal do local, bem como há inscrição do imóvel rural no CAR/MS. Desse modo, voto pela homologação da promoção de arquivamento.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.

6. Inquérito Civil nº 06.2016.00000606-7

16ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Dourados

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Reitoria da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul

Assunto: Apurar eventual ato de improbidade administrativa consistente na admissão de “servidores fantasmas” pela reitoria da Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - AUSÊNCIA DE FORMALIDADE NA CONTRATAÇÃO DE SERVIDOR COMMISSIONADO - CELEBRAÇÃO DE TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA - TAC DE ACORDO COM O ART. 33 AO 43 DA RESOLUÇÃO N.º 15/2007 – TAC HOMOLOGADO - INSTAURAÇÃO DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO VISANDO ACOMPANHAR E FISCALIZAR SEU CUMPRIMENTO INCIDÊNCIA DO ART. 39 DA RESOLUÇÃO N.º 15/2012 PGJ - ATUAÇÃO DO *PARQUET* COM RESOLUTIVIDADE - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO - HOMOLOGAÇÃO. Depreende-se dos presentes autos, que o Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) encontra-se de acordo com o regramento capitulado no art. 33 ao art. 43 da Resolução PGJ n.º 15/2007, devendo ser homologado. De outro norte, verifica-se que houve a instauração de procedimento administrativo, com o fim de acompanhar e fiscalizar o cumprimento do Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), conforme preceitua o art. 39 da Resolução n.º 15/2012 da PGJ, tornando-se despiendo o seguimento do presente Inquérito Civil. Desse modo, voto pela homologação do arquivamento.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.

7. Inquérito Civil nº 06.2018.00001899-3

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Sidrolândia

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Moacyr Lagni

Assunto: Apurar eventual dano ambiental causado na propriedade denominada Chácara Chaleira da Prata, no município de Sidrolândia/MS.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – DANO AMBIENTAL - CELEBRAÇÃO DE TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA - TAC DE ACORDO COM O ART. 33 AO 43 DA RESOLUÇÃO N.º 15/2007 - TAC HOMOLOGADO - INSTAURAÇÃO DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO VISANDO ACOMPANHAR E FISCALIZAR SEU CUMPRIMENTO - INCIDÊNCIA DO ART. 39 DA RESOLUÇÃO N.º 15/2012/PGJ - INQUÉRITO POLICIAL INSTAURADO PARA APURAR CRIME AMBIENTAL - ATUAÇÃO DO *PARQUET* COM RESOLUTIVIDADE - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO - HOMOLOGAÇÃO. Depreende-se dos presentes autos, que o Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) encontra-se de acordo com o regramento capitulado no art. 33 ao art. 43 da Resolução PGJ n.º 15/2007, devendo ser homologado. De outro norte, verifica-se que foi instaurado inquérito policial para apurar o crime ambiental, bem como houve a instauração de procedimento administrativo, com o fim de acompanhar e fiscalizar o cumprimento do Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), conforme preceitua o art. 39 da Resolução n.º 15/2012 da PGJ, tornando-se despiendo o seguimento do presente Inquérito Civil. Desse modo, voto pela homologação do arquivamento.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.

8. Inquérito Civil nº 06.2019.00001216-0

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Chapadão do Sul

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Rosemeire Duch e Siegfried Spieler

Assunto: Promover a intervenção ambiental adequada para recuperação das nascentes nº 93 e 94, da Fazenda Estiva, localizada no município de Chapadão do Sul.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – DANO AMBIENTAL - CELEBRAÇÃO DE TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA - TAC DE ACORDO COM O ART. 33 AO 43 DA RESOLUÇÃO N.º 15/2007 - TAC HOMOLOGADO - INSTAURAÇÃO DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO VISANDO ACOMPANHAR E FISCALIZAR SEU CUMPRIMENTO - INCIDÊNCIA DO ART. 39 DA RESOLUÇÃO Nº 15/2012 PGJ - INQUÉRITO POLICIAL INSTAURADO PARA APURAR CRIME AMBIENTAL - ATUAÇÃO DO *PARQUET* COM RESOLUTIVIDADE - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO - HOMOLOGAÇÃO. Depreende-se dos presentes autos, que o Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) encontra-se de acordo com o regramento capitulado no art. 33 ao art. 43 da Resolução PGJ n.º 15/2007, devendo ser homologado. De outro norte, verifica-se que foi instaurado inquérito policial para apurar o crime ambiental, bem como houve a instauração de procedimento administrativo, com o fim de acompanhar e fiscalizar o cumprimento do Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), conforme preceitua o art. 39 da Resolução n.º 15/2012 da PGJ, tornando-se despropositado o seguimento do presente Inquérito Civil. Desse modo, voto pela homologação do arquivamento.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.

9. Inquérito Civil nº 06.2018.00000989-4

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Sonora

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Sonora

Assunto: Apurar representação dando conta de possível descumprimento da Lei da Transparência (Lei n.º 12.527/2011) pelo Poder Legislativo do Município de Sonora/MS, consubstanciado na insuficiência dos dados cadastrados em seu Portal da Transparência.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - IRREGULARIDADES NO PORTAL DA TRANSPARÊNCIA DE SONORA/MS - ADEQUAÇÕES REALIZADAS - IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE INFORMAÇÃO DO CIDADÃO – SIC PRESENCIAL E VIRTUAL - IRREGULARIDADE SANADA - ATUAÇÃO DO *PARQUET* COM RESOLUTIVIDADE - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO - HOMOLOGAÇÃO. Depreende-se dos presentes autos que, consoante informações prestadas pela Câmara Municipal de Sonora/MS, houve a adequação do Portal da Transparência do órgão e a implantação do Sistema de Informação do Cidadão SIC presencial e virtual. Ademais, após a análise simplificada realizada pelo Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça CAO, verificou-se significativa melhora na inserção de dados do portal da transparência da Câmara dos Vereadores do município. Desse modo, ante o saneamento das irregularidades inicialmente constatadas, voto pela homologação da promoção de arquivamento.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.

10. Inquérito Civil nº 06.2018.00002033-3

Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Bandeirantes

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar as condições de funcionamento do Conselho Tutelar de Jaraguari/MS.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - IRREGULARIDADES NO CONSELHO TUTELAR DO MUNICÍPIO DE JARAGUARI/MS - FALTA DE ESTRUTURA CONDIZENTE COM AS ATIVIDADES PRESTADAS - LOCAÇÃO DE NOVO IMÓVEL E CONserto DO VEÍCULO UTILIZADO - AQUISIÇÃO DE COMPUTADORES E IMPLANTAÇÃO DO SERVIÇO DE INTERNET - IRREGULARIDADES SANADAS – ATUAÇÃO DO *PARQUET* COM RESOLUTIVIDADE - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO - HOMOLOGAÇÃO. Depreende-se dos presentes autos que, consoante informações prestadas pela Prefeitura de Jaraguari, houve a locação de novo imóvel com estrutura condizente para a atuação do Conselho Tutelar, bem como o conserto do veículo utilizado nos atendimentos. Ademais, realizou-se a implantação dos serviços de internet no local, bem como a entrega de computadores. Desse modo, ante o saneamento das irregularidades inicialmente constatadas, voto pela homologação da promoção de arquivamento.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.

7.2.3.4. RELATOR-CONSELHEIRO FRANCISCO NEVES JUNIOR:

1. Inquérito Civil nº 06.2018.00002627-1

1ª Promotoria de Justiça dos Direitos Constitucionais do Cidadão da comarca de Ponta Porã

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Antônio João

Assunto: Apurar as condições de funcionamento da rede de atenção básica de saúde no Município de Antônio João, buscando-se aferir a adequação e eficiência do serviço público prestado.

Advogado: Rodrigo Fabian Fernandes de Campos – OAB/MS nº 12.640.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – CIDADANIA – SAÚDE PÚBLICA – ATENÇÃO BÁSICA – EFICIÊNCIA COMPROMETIDA – NECESSIDADE DE REGULARIZAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS E DE PESSOAL – TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA FIRMADO – PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO INSTAURADO PARA ACOMPANHAR O ADIMPLEMENTO DA AVENÇA – ARQUIVAMENTO DO APURATÓRIO DE ORIGEM – HOMOLOGAÇÃO. A par das alterações introduzidas pela Resolução n.º 005/2015-CPJ, sobrevindo a celebração de termo de ajustamento de conduta, com obrigações suficientes à regularização da situação acoimada ilegal, cujo cumprimento será aquilatado em procedimento administrativo específico, através do sistema de processo eletrônico SAJ/MS, o arquivamento do apuratório de origem é medida que se impõe.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.

2. Inquérito Civil nº 06.2016.00000849-8

32ª Promotoria de Justiça de Saúde Pública da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Estado de Mato Grosso do Sul e outro

Assunto: Apurar se o programa de atenção humanizada à gravidez, ao parto e ao puerpério, bem como à criança o direito ao nascimento seguro e ao crescimento e ao desenvolvimento saudáveis, denominado “Rede Cegonha”, instituído no âmbito do SUS e regulamentado pela Portaria n.º 1.459/2011, do Ministério da Saúde, se encontra regularmente implementado nas unidades básicas de atendimento e nos nosocômios do município.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – CIDADANIA – IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS AFETAS À ÁREA DA SAÚDE – OPERACIONALIZAÇÃO DA “REDE CEGONHA” – PORTARIA n.º 1.459/2011/GM/MS – ATUAÇÃO POSITIVA E EFICAZ DO MUNICÍPIO NO CUMPRIMENTO DOS SEUS DEVERES CONSTITUCIONAIS – FALTA DE JUSTA CAUSA PARA A ATUAÇÃO DO *PARQUET* – ARQUIVAMENTO – HOMOLOGAÇÃO. Esgotadas todas as diligências com a demonstração de que o programa de atenção humanizada à gravidez, ao parto e ao puerpério, bem como à criança o direito ao nascimento seguro e ao crescimento e ao desenvolvimento saudáveis, denominado “Rede Cegonha”, instituída pela Portaria n.º 1.459/2011/GM/MS, encontra-se regularmente implementada na rede municipal de saúde, exsurge imponente o convencimento da inexistência de fundamento para a tutela coletiva pelo *Parquet*.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.

3. Inquérito Civil nº 06.2018.00000540-0

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Ponta Porã

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Anderson Ovidio Ely

Assunto: Apurar a regularidade jurídico-ambiental da propriedade Fazenda Tagy, bem como o exercício de atividades potencialmente poluidoras em seu interior desprovidas de licenciamento ambiental.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – MEIO AMBIENTE – QUEIMA DE RESÍDUOS TÓXICOS A CÉU ABERTO – ARMAZENAMENTO DE COMBUSTÍVEL SEM AUTORIZAÇÃO DO ÓRGÃO COMPETENTE – IRREGULARIDADES SANADAS – TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA FIRMADO – COMPENSAÇÃO FINANCEIRA DOS DANOS – INSTAURAÇÃO DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO ESPECÍFICO PARA ACOMPANHAR O ADIMPLEMENTO DA AVENÇA – ARQUIVAMENTO DO APURATÓRIO DE ORIGEM – HOMOLOGAÇÃO. Sobrevindo, na *démarche* inquisitorial, o saneamento das irregularidades objeto da investigação, bem como a celebração de termo de ajustamento de conduta para a compensação financeira dos danos causados, cujo cumprimento será aquilatado em procedimento administrativo específico, através do sistema de processo eletrônico SAJ/MS, o arquivamento do apuratório de origem é medida que se impõe.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.

4. Inquérito Civil nº 06.2019.00001192-7

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Nioaque

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Luciano Marcatto Bassan

Assunto: Apurar o desmatamento de 9,04 hectares de vegetação nativa, no imóvel rural denominado Fazenda Paraíso, de propriedade de Luciano Marcatto Bassan.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – MEIO AMBIENTE – SUPRESSÃO VEGETAL SEM AUTORIZAÇÃO DO ÓRGÃO COMPETENTE – TERMO DE AJUSTAMENTO FIRMADO – COMPENSAÇÃO FINANCEIRA DOS DANOS E INSCRIÇÃO DO IMÓVEL NO CAR/MS – TAC INTEGRALMENTE CUMPRIDO – AUSÊNCIA DE INTERESSE

DE AGIR – ATUAÇÃO RESOLUTIVA DO *PARQUET* DE PISO – PERDA SUPERVENIENTE DE OBJETO – ARQUIVAMENTO – HOMOLOGAÇÃO. Sobrevindo, na *démarche* inquisitorial, o cumprimento satisfatório das obrigações pactuadas mediante compromisso de ajustamento de conduta, sem que subsista prejuízo ecológico ou cenário movediço de risco ao meio ambiente, exsurge imponente o convencimento da perda superveniente do interesse de agir do *Parquet* para a tutela coletiva.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.

5. Inquérito Civil nº 06.2018.00002491-8

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Ivinhema

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Agência Estadual de Gestão de Empreendimentos - AGESUL

Assunto: Apurar eventuais irregularidades na obra para recuperação de trecho da Rodovia MS-475, km 16,5, via de acesso do Município de Novo Horizonte do Sul à Rodovia MS-141.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA – LICITAÇÕES E CONTRATOS – EXECUÇÃO DE OBRAS DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE RODOVIAS ESTADUAIS – DESMORONAMENTOS SUCESSIVOS DA MALHA VIÁRIA DEVIDO À INCIDÊNCIA DE CHUVAS – MALVERSAÇÃO DE RECURSOS PÚBLICOS NÃO CONSTATADA – FALTA DE JUSTA CAUSA PARA A ATUAÇÃO FUNCIONAL DO *PARQUET* – ARQUIVAMENTO – HOMOLOGAÇÃO. Esgotadas todas as diligências com a demonstração de que a intervenção antrópica aliada à modificação no uso do solo em local com relevo propício à acumulação de águas contribuiu para a ocorrência de sucessivos desmoronamentos na rodovia objeto da investigação, oportunamente acautelada pelo ente público responsável, que, no legítimo exercício do seu poder-dever de fiscalização, atestou a compatibilidade entre as obras que foram executadas para sua manutenção e aquilo que estava previsto no orçamento, exsurge imponente o convencimento da inexistência de fundamento para a atuação funcional do *Parquet*.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.

6. Procedimento Preparatório nº 06.2018.00001515-2

Grupo de Apoio Especial da Execução Penal - GAEP

Requerente: 22ª Promotoria de Justiça de Campo Grande

Requerida: AGEPEN/MS

Assunto: Apurar os fatos narrados no Ofício nº 0020/2018/22PJ/CGR, consistente na irregularidade de avaliação de impedimentos para cumprimento de alvará de soltura.

EMENTA: PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO – EXECUÇÃO PENAL – CENTRAL DE ALVARÁS – SOLTURAS INDEVIDAS – FALHAS OPERACIONAIS QUE NÃO COMPROMETEM A HIGIEDEZ DO SISTEMA PENITENCIÁRIO ESTADUAL – FALTA DE JUSTA CAUSA PARA A ATUAÇÃO FUNCIONAL DO *PARQUET* – ARQUIVAMENTO – HOMOLOGAÇÃO. Esgotadas todas as diligências com a demonstração de que as solturas indevidas encontram justificativa na existência de falhas cadastrais e indisponibilidades não programadas nos sistemas de consulta, sem que subsista violação à efetividade da execução da pena ou cenário movediço de risco à higidez do sistema prisional do Estado, de modo a justificar a tutela coletiva pelo *Parquet*.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.

7. Procedimento Preparatório nº 06.2019.00001253-7

2ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Três Lagoas

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar possível prática que caracteriza improbidade administrativa, decorrente do descumprimento da sentença proferida na Ação Civil Pública n.º 0002808-22.2011.8.12.0021, que condenou, solidariamente, o Estado de Mato Grosso do Sul e o Município a viabilizar, no prazo de 30 (trinta) dias, a realização de exame de Colangiopancreatografia Endoscópica Retrógrada – CPRE, em favor dos usuários da rede local de saúde.

EMENTA: PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO – IMPROBIDADE – DESCUMPRIMENTO DE ORDEM JUDICIAL – PROVIDÊNCIA DE NATUREZA COMPOSTA – PRAZO EXÍGUO – AUSÊNCIA DE DOLO – FALTA DE JUSTA CAUSA – ARQUIVAMENTO – HOMOLOGAÇÃO. Restando evidente, na *démarche* inquisitorial, que o descumprimento noticiado encontra justificativa na necessidade de se harmonizar as providências determinadas pela autoridade judicial com as rotinas administrativas, mormente em se considerando a natureza composta das medidas a serem implementadas e a exiguidade do prazo assinalado para sua efetivação, tem-se por afastada a omissão deliberada passível de responsabilização por ato de improbidade administrativa.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.

8. Inquérito Civil nº 06.2018.00003039-7

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Água Clara

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Município de Água Clara e Câmara Municipal de Água Clara

Assunto: Fiscalizar o cumprimento das disposições contidas na Lei n.º 12.527/11 e a efetiva implementação do programa “Brasil Transparente” no âmbito dos poderes executivo e legislativo municipais.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – PATRIMÔNIO PÚBLICO – LEI DE ACESSO A INFORMAÇÃO – DIVULGAÇÃO DE DADOS DE INTERESSE PÚBLICO – DESATUALIZAÇÃO E INCOMPLETUDE – PORTAL DE TRANSPARÊNCIA – RECOMENDAÇÃO MINISTERIAL ATENDIDA – IRREGULARIDADES SANADAS – AUSÊNCIA DE INTERESSE DE AGIR – ATUAÇÃO RESOLUTIVA DO *PARQUET* DE PISO – ARQUIVAMENTO – HOMOLOGAÇÃO. Esgotadas todas as diligências com a demonstração de que os requeridos, tão logo advertidos de que seu comportamento estava em desconformidade com a Lei n.º 12.527/11, acolheram as asserções formuladas na recomendação ministerial e perfilharam todas as medidas necessárias para regularização da situação vergastada, exsurge imponente o convencimento da perda superveniente do interesse de agir do *Parquet*.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.

9. Inquérito Civil nº 06.2018.00003665-8

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Coxim

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Antonio João Ferreira Neto

Assunto: Apurar a ocorrência de dano ambiental no imóvel rural denominado "Fazenda São Bento", em virtude da constatação de desmatamento de 2,94 hectares, assim como a irregularidade de extração de cascalho.

Advogados: Henrique Lima – OAB/MS nº 9.979, Paulo de Tarso Pegolo – OAB/MS nº 10.789 e Guilherme Ferreiro de Brito – OAB/MS nº 9.982.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – MEIO AMBIENTE – SUPRESSÃO VEGETAL SEM AUTORIZAÇÃO DO ÓRGÃO COMPETENTE – TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA FIRMADO – COMPENSAÇÃO FINANCEIRA – INSTAURAÇÃO DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO ESPECÍFICO PARA ACOMPANHAR O ADIMPLENTO DA AVENÇA – ARQUIVAMENTO DO APURATÓRIO DE ORIGEM – HOMOLOGAÇÃO. A par das alterações introduzidas pela Resolução n.º 005/2015-CPJ, sobrevivendo a celebração de termo de ajustamento de conduta com obrigações suficientes à compensação financeira dos danos rutilados e à tutela *in integrum* do bem ambiental objeto da investigação, cujo cumprimento será aquilatado em procedimento administrativo específico, através do sistema de processo eletrônico SAJ/MS, o arquivamento do apuratório de origem é medida que se impõe.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.

10. Inquérito Civil nº 06.2017.00000120-0

2ª Promotoria de Justiça dos Direitos Constitucionais do Cidadão da comarca de Camapuã

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Camapuã

Assunto: Apurar eventual omissão no Atendimento Médico no Hospital Municipal, no Município de Camapuã-MS.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, converteu o julgamento em diligência, determinando o retorno dos autos à Promotoria de Justiça de origem, nos termos do voto do Relator.

7.2.3.5. RELATOR-CONSELHEIRO EDGAR ROBERTO LEMOS DE MIRANDA:**1. Inquérito Civil nº 06.2019.00000440-4**

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Deodápolis

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Deodápolis

Assunto: Apurar eventual ato de improbidade administrativa consistente na omissão quanto ao controle sobre a concessão de licenças para tratamento de saúde para os servidores públicos municipais de Deodápolis.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - MUNICÍPIO DE DEODÁPOLIS - APURAÇÃO DE EVENTUAL ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA - OMISSÃO NO CONTROLE DA CONCESSÃO DE LICENÇAS PARA TRATAMENTO DE SAÚDE DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS - EXPEDIÇÃO DE RECOMENDAÇÃO MINISTERIAL - ACOLHIMENTO E CUMPRIMENTO INTEGRAL - ATUAÇÃO RESOLUTIVA DO *PARQUET* - OBJETO EXAURIDO - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO – HOMOLOGAÇÃO. Quando as diligências empreendidas pelo Órgão de Execução são suficientes para solucionar o relato de omissão no controle da concessão de licenças para tratamento de saúde dos servidores públicos municipais, o arquivamento do alusivo Inquérito Civil é medida

de rigor, devido ao esgotamento de seu objeto, diante da atuação resolutiva ministerial dada com o acolhimento e cumprimento integral da recomendação expedida, sendo natural sua homologação.

Deliberação: *O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.*

2. Inquérito Civil nº 06.2017.00001439-3

Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Bandeirantes

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Jaraguari

Assunto: Apurar eventual irregularidade na ausência de vistoria dos veículos responsáveis pelo transporte escolar no Município de Jaraguari.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - MUNICÍPIO DE JARAGUARI - NECESSIDADE DE ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DE INSPEÇÕES SEMESTRAIS DE VEÍCULOS DA FROTA MUNICIPAL DESTINADO AO TRANSPORTE ESCOLAR - INADEQUAÇÃO DA VIA ELEITA - POLÍTICA PÚBLICA DE CARÁTER PERMANENTE SUJEITA A PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO – APLICAÇÃO DOS ARTS. 1º E 3º, INCISO VI DA RESOLUÇÃO N. 005/2012/CPJ - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Dá-se o arquivamento do Inquérito Civil quando constatada a necessidade de acompanhamento e fiscalização de inspeções semestrais de veículos da frota municipal destinado ao transporte escolar, porquanto se trata de atividade de política pública de caráter permanente não sujeita a Inquérito Civil, mas que deve ser realizada por meio de Procedimento Administrativo, conforme determinado nos arts. 1º e 3º, inciso VI, da Resolução n. 005/2012/CPJ, mormente quando a fiscalização é motivada por ocorrência de incêndio em veículo escolar.

Deliberação: *O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.*

3. Inquérito Civil nº 06.2018.00000701-9

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Nioaque

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Bela Vista

Assunto: Apurar o desmatamento de vegetação nativa em propriedade rural identificada por CARMS n. 29.733.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - MUNICÍPIO DE NIOAQUE - APURAÇÃO DE DESMATAMENTO DE VEGETAÇÃO NATIVA EM PROPRIEDADE RURAL - DUPLICIDADE DE INVESTIGAÇÃO COM IDENTIDADE DE OBJETO E DE PARTES - PROCEDIMENTO MAIS RECENTE ARQUIVADO APÓS CELEBRAÇÃO DE TAC E INSTAURAÇÃO DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO, COM HOMOLOGAÇÃO DO CSMP, APÓS DECISÃO DESTES MESMO CSMP, HÁ EXATOS 30 DIAS ANTES, NO SENTIDO DE QUE A CELEBRAÇÃO DE TAC E DEMAIS ATOS OCORRESSEM NO IC MAIS ANTIGO E NÃO NESSE MAIS NOVO - PRIMEIRA DECISÃO DESTES CSMP DE NÃO ARQUIVAMENTO PREJUDICADA - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO - HOMOLOGAÇÃO. Afigura-se de rigor o arquivamento de Inquérito Civil instaurado para apurar desmatamento de vegetação nativa em propriedade rural, no curso do qual verificou-se que se trata de objeto idêntico de procedimento mais recente arquivado após homologação do CSMP – onde no entanto houve o aperfeiçoamento de TAC e instauração de PA para acompanhamento do cumprimento das cláusulas ajustadas, há exatos trinta dias após decisão deste mesmo Conselho, para que o IC mais antigo tivesse prioridade no andamento, em prejuízo do mais novo, o que não ocorreu. No caso, torna-se prejudicada a execução da decisão deste CSMP, por ainda não haver programa de computação que identifique a identidade de partes e objeto, estabelecendo a conexão e a prevenção da Relatoria neste CSMP, tornando inócua a migração dos elementos probatórios do procedimento mais recente para o mais remoto, por aquele já se encontrar arquivado, impossibilitando a execução da decisão de p. 38 a 42 nestes autos.

Deliberação: *O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.*

4. Inquérito Civil nº 06.2018.00001048-0

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Ponta Porã

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Luiza Keiko Okamoto Kato

Assunto: Apurar a regularidade jurídico ambiental da propriedade rural denominada Fazenda Bom Futuro.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - MUNICÍPIO DE PONTA PORÃ – ATUAÇÃO MINISTERIAL DE OFÍCIO – APURAÇÃO DE REGULARIDADE JURÍDICO AMBIENTAL DE PROPRIEDADE RURAL - IMÓVEL REGISTRADO NO CAR/MS - AUSÊNCIA DE PASSIVO AMBIENTAL - INTELIGÊNCIA DO ENUNCIADO N. 10/2017/CSMP - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO - HOMOLOGAÇÃO. 1 - Homologa-se a promoção de arquivamento do Inquérito Civil instaurado, de ofício, com o fim de investigar a regularidade jurídico ambiental de propriedade rural, no bojo do qual restou comprovada a inscrição do imóvel no CAR/MS, bem como constatada a ausência

de passivo ambiental que justifique a formulação de PRADA. 2 Inteligência do Enunciado n. 10/2017/CSMP, o qual determina que, inexistindo dano ambiental, o procedimento de investigação poderá ser arquivado mediante apresentação de CAR pelo proprietário rural.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.

5. Inquérito Civil nº 06.2018.00001877-1

3ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Sidrolândia

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Marlon Batista Gabriel

Assunto: Verificar conduta de servidor público municipal.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - MUNICÍPIO DE SIDROLÂNDIA – DENÚNCIA ANÔNIMA - APURAÇÃO DE NOTÍCIA DE ACÚMULO DE FUNÇÃO REMUNERADA POR CONSELHEIRO TUTELAR - AUSÊNCIA DE OUTRA ATIVIDADE REMUNERADA – INOCORRÊNCIA - APURAÇÃO DE NOTÍCIA DE RECEBIMENTO DE VALOR CORRESPONDENTE A PLANTÃO ENQUANTO EM GOZO DE PERÍODO DE LICENÇA MÉDICA - PAGAMENTO INDEVIDO - AUSÊNCIA DE DOLO POR PARTE DO SERVIDOR – DESCONTO EM FOLHA - ATO ÍMPROBO NÃO COMPROVADO - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO – HOMOLOGAÇÃO. 1 - Arquiva-se o Inquérito Civil no qual se verifica a inexistência de qualquer elemento de convicção que demonstre justa causa para a continuidade das investigações, diante da inexistência de improbidade/ilegalidade no exercício de atividade comercial não remuneratória por Conselheiro Tutelar enquanto em gozo de licença médica, diante da inexistência de violação à legislação pertinente. 2 Cabível o arquivamento de Inquérito Civil no qual se apura que o investigado recebeu do Município quantia referente a três plantões como Conselheiro Tutelar durante período de licença médica, quando o pagamento indevido é objeto de desconto em folha, e a falta se constatou do Município, e não do servidor investigado.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.

6. Inquérito Civil nº 06.2018.00002731-5

34ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: ENGEPAR e outro

Assunto: Apurar a responsabilidade pelo passivo ambiental proveniente do aterro clandestino localizado na MS 455, na Gameleira.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - MUNICÍPIO DE CAMPO GRANDE - APURAÇÃO DA RESPONSABILIDADE PELO PASSIVO AMBIENTAL PROVENIENTE DE ATERRO SANITÁRIO CLANDESTINO - FORMALIZAÇÃO DE TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA COM UMA DAS EMPRESAS REQUERIDAS - ACORDO FISCALIZADO EM PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO - HOMOLOGAÇÃO DO ARQUIVAMENTO QUANTO À EMPRESA JFA - COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO - NECESSIDADE DE PROSSEGUIMENTO DAS INVESTIGAÇÕES COM RELAÇÃO À OUTRA PARTE REQUERIDA ENGEPAR - ENGENHARIA E PARTICIPAÇÕES LTDA. - HOMOLOGAÇÃO PARCIAL DE ARQUIVAMENTO - RETORNO DOS AUTOS À PROMOTORIA DE ORIGEM. Procede a homologação parcial de arquivamento do Inquérito Civil instaurado para apurar a responsabilidade de dois empreendimentos pelo passivo ambiental proveniente de aterro sanitário clandestino, quando um deles ajusta conduta, assinando o respectivo termo, no caso, a empresa JFA - Comércio de Materiais de Construção, o que não ocorreu com a outra pessoa jurídica, carecendo de mais investigações, ENGEPAR – Engenharia e Participações Ltda., devendo os autos retornar à Promotoria de Origem, prosseguindo apenas em face desta.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou parcialmente o arquivamento do presente inquérito civil, quanto à pessoa jurídica JFA – Comércio de Materiais de Construção, conforme prevê o Enunciado nº 9/2016 do CSMP, devolvendo os autos à Promotoria de Justiça de origem, a fim de continuar suas investigações e até mesmo a elaboração de também um TAC em relação à empresa ENGEPAR - Engenharia e Participações Ltda., se assim entender pertinente, nos termos do artigo 26, caput, da Resolução n. 015/2007/PGJ, nos termos do voto do Relator.

7. Inquérito Civil nº 06.2018.00002076-6

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Itaquiraí

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Diuquéblea Inês da Silva Ismail

Assunto: Apurar faltas injustificadas de servidora municipal, bem como eventual acumulação indevida de função pública e mandato eletivo.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - ITAQUIRAÍ - APURAÇÃO DE FALTAS INJUSTIFICADAS DE SERVIDORA MUNICIPAL - EVENTUAL ACUMULAÇÃO INDEVIDA DE CARGO PÚBLICO E MANDATO ELETIVO -

IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA - FORMALIZAÇÃO DE COMPROMISSO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA - APLICAÇÃO DA RESOLUÇÃO N. 006/2019/CPJ - INSTAURAÇÃO DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO PARA FISCALIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DO ACORDO - APLICAÇÃO DO ART. 39, CAPUT E §2º DA RESOLUÇÃO N. 15/2007/PGJ - INTELIGÊNCIA DO ENUNCIADO N. 09/2016/CSMP - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO – HOMOLOGAÇÃO É de rigor o arquivamento de Inquérito Civil instaurado para apurar faltas injustificadas de servidora municipal e eventual acumulação indevida de cargo público e mandato eletivo, quando em seu curso formaliza-se compromisso de ajustamento de conduta com a pessoa física investigada pela prática de atos de improbidade administrativa, como medida de resolução consensual do conflito, restando ao *Parquet* apenas sua fiscalização, sendo que, para tanto, já se instaurou Procedimento Administrativo para o devido acompanhamento das obrigações assumidas.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.

8. Inquérito Civil nº 06.2018.00002512-8

10ª Promotoria de Justiça dos Direitos Constitucionais do Cidadão da comarca de Dourados

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Laguna Carapã

Assunto: Apurar as condições de funcionamento da rede de atenção básica do Município de Laguna Carapã, buscando-se aferir a adequação e eficiência do serviço público de saúde.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - MUNICÍPIO DE LAGUNA CARAPÃ - APURAÇÃO DA CONDIÇÃO DE FUNCIONAMENTO DAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE - ADEQUAÇÃO DO SERVIÇO PÚBLICO DE SAÚDE - ATUAÇÃO RESOLUTIVA DO *PARQUET* - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO - HOMOLOGAÇÃO. É de rigor o arquivamento de Inquérito Civil instaurado para apurar a condição de funcionamento das Unidades Básicas de Saúde, quando a partir da intervenção ministerial verifica-se sanado o objeto de apuração do feito.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.

9. Inquérito Civil nº 06.2019.00001338-0

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Nioaque

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Eduardo Nolasco Basso

Assunto: Apurar o desmatamento de 3,74 hectares de vegetação nativa no imóvel rural denominado Fazenda Mercedes.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - MUNICÍPIO DE NIOAQUE - DESMATAMENTO DE VEGETAÇÃO NATIVA – INEXISTÊNCIA DE AUTORIZAÇÃO DO ÓRGÃO COMPETENTE - FORMALIZAÇÃO DE TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA - PAGAMENTO DE IMPORTÂNCIA PECUNIÁRIA EM FAVOR DE ENTIDADE BENEFICIÁRIA DE INTERESSE SOCIAL - ATUAÇÃO MINISTERIAL RESOLUTIVA - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Correto o arquivamento de Inquérito Civil instaurado com o fim de apurar supressão de vegetação nativa, quando no curso dos autos verifica-se que, em cumprimento ao TAC, houve o pagamento de importância pecuniária em favor de Entidade Beneficiária de Interesse Social do Município, a título de indenização pelo dano ambiental decorrente.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.

10. Inquérito Civil nº 06.2019.00001201-5

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Nioaque

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Nelci Dembogurski Berti

Assunto: Apurar o desmatamento de 10.12 hectares de vegetação nativa no imóvel rural denominado Fazenda Sertãozinho.

Advogado: Aniel Amaral Couto de Souza – OAB/MS nº 10.253.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - MUNICÍPIO DE NIOAQUE – SUPRESSÃO INDEVIDA DE VEGETAÇÃO NATIVA - INEXISTÊNCIA DE AUTORIZAÇÃO DO ÓRGÃO RESPONSÁVEL – FORMALIZAÇÃO DE TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA – CLÁUSULAS OBRIGACIONAIS FISCALIZADAS EM PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO - APLICAÇÃO DAS RESOLUÇÕES 005/2012/CPJ E 015/2007/PGJ - INTELIGÊNCIA DO ENUNCIADO 09/2016/CSMP - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO - HOMOLOGAÇÃO. Procede o arquivamento de Inquérito Civil instaurado com o fim de apurar supressão de vegetação nativa sem autorização ambiental para tanto, quando no curso dos autos verifica-se que houve a formalização de Termo de Ajustamento de Conduta e a instauração de Procedimento Administrativo para fiscalizar o cumprimento das cláusulas obrigacionais.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.

11. Inquérito Civil nº 06.2019.00001076-1

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Coxim

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Rio Corrente Agropastoril S/A

Assunto: Apurar a ocorrência de dano ambiental decorrente do desmatamento de 53,25 ha, sem autorização do órgão ambiental competente, no imóvel rural denominado Fazenda da Serra.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - MUNICÍPIO DE COXIM - SUPRESSÃO DE VEGETAÇÃO NATIVA - AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL DE PARTE DA ÁREA SUPRIMIDA - FORMALIZAÇÃO DE TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA - CLÁUSULAS OBRIGACIONAIS FISCALIZADAS EM PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO - APLICAÇÃO DAS RESOLUÇÕES 005/2012/CPJ E 015/2007/PGJ - INTELIGÊNCIA DO ENUNCIADO 09/2016/CSMP - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO - HOMOLOGAÇÃO. É de rigor o arquivamento de Inquérito Civil instaurado com o fim de apurar a indevida supressão vegetal de parte de área rural, quando no curso dos autos formaliza-se Termo de Ajustamento de Conduta e instaura-se Procedimento Administrativo para fiscalização das cláusulas obrigacionais.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.

12. Inquérito Civil nº 06.2019.00001519-0

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Nova Andradina

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: José Joaquim de Oliveira

Assunto: Apurar a regularização ambiental da propriedade rural denominada Sítio São José.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - MUNICÍPIO DE NOVA ANDRADINA - SITUAÇÃO JURÍDICO-AMBIENTAL DE PROPRIEDADE RURAL - DIVERGÊNCIA DO LAUDO DE EMPRESA PRIVADA COM DE OUTRA EMPRESA CONTRATADA PELA PARTE REQUERIDA - NECESSIDADE DE VISTORIA PELA POLÍCIA MILITAR AMBIENTAL - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO NÃO HOMOLOGADA - RETORNO DOS AUTOS PARA DILIGÊNCIAS COMPLEMENTARES. Não se homologa a promoção de arquivamento de Inquérito Civil instaurado para apurar a situação jurídico-ambiental de propriedade rural, quando há divergência de relatório técnico de empresa privada e da manifestação apresentada por outra empresa, esta contratada pela parte requerida, acerca do cumprimento de medidas mitigadoras para correção das irregularidades encontradas, fazendo-se necessária a realização de vistoria pela Polícia Militar Ambiental, órgão oficial e isento, para demonstração do cumprimento da legislação ambiental.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, não homologou a promoção de arquivamento e determinou o retorno dos autos para diligências complementares, nos termos do voto do Relator.

13. Inquérito Civil nº 06.2015.00000245-6

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Ponta Porã

Requerente: Ministério Público junto ao Tribunal de Contas

Requerida: Lúcia Regina da Cruz Butkevicius

Assunto: Apurar a prática de eventual ato de improbidade administrativa consistente na violação ao artigo 42 da Lei Complementar n. 101/00 no exercício financeiro do ano de 2012.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - MUNICÍPIO DE ANTÔNIO JOÃO - APURAÇÃO DAS CONTAS MUNICIPAIS REJEITADAS PELO TCE/MS - EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2012 – APROVAÇÃO DAS CONTAS COMO REGULARES COM RESSALVA PELA CÂMARA MUNICIPAL - IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA - AFASTAMENTO - INEXISTÊNCIA DE PREJUÍZO AO ERÁRIO – PRESCRIÇÃO - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO – HOMOLOGAÇÃO. Correto o arquivamento de inquérito civil instaurado para apurar as contas municipais inicialmente rejeitadas pelo TCE/MS, quando, após diligências do Órgão de Execução, verificou-se a aprovação das contas como regulares com ressalva pela Câmara Municipal, inexistindo prejuízo aos cofres públicos a serem sanados, além do que se deu a prescrição para a propositura da ação civil pública no ano de 2017.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.

14. Procedimento Preparatório nº 06.2019.00000903-2

3ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Sidrolândia

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Sidrolândia

Assunto: Apurar a forma de recebimento do serviço de implantação e manutenção do sistema de informática do Município de Sidrolândia.

EMENTA: PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO - DENÚNCIA ANÔNIMA - APURAÇÃO DA FORMA DE

RECEBIMENTO DO SERVIÇO DE IMPLANTAÇÃO E MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE INFORMÁTICA DO MUNICÍPIO DE SIDROLÂNDIA - INOCORRÊNCIA DE IRREGULARIDADE - PAGAMENTO LÍCITO - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO - HOMOLOGAÇÃO. Arquiva-se o Procedimento Preparatório no qual se verifica a inexistência de qualquer elemento de convicção que demonstre justa causa para a continuidade das investigações, diante da regularidade no pagamento do serviço de implantação de manutenção do sistema de informática, inexistindo até mesmo qualquer sombra de ato ímprobo a ser apurado, constatada a completa ausência de verossimilhança na denúncia anônima formulada.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.

15. Inquérito Civil nº 06.2018.00001997-0

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Sete Quedas

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar indícios de irregularidades referentes ao pagamento de diárias a vereadores da Câmara Municipal de Paranhos.

Advogada: Adriana Cavalcante Araújo Alves – OAB/MS nº 9.219.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - MUNICÍPIO DE PARANHOS - PAGAMENTO INDEVIDO DE DIÁRIAS A VEREADORES - APENAS UMA IRREGULARIDADE ENCONTRADA E SANADA - RESSARCIMENTO AO ERÁRIO - ATUAÇÃO RESOLUTIVA DO ÓRGÃO MINISTERIAL - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO - HOMOLOGAÇÃO. Arquiva-se o Inquérito Civil instaurado para apurar pagamento indevido de diárias a vereadores, quando após atuação resolutiva do órgão ministerial, constata-se o ressarcimento ao erário público, de diária paga a mais equivocadamente, ausente o dolo e a má-fé.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.

16. Recurso em Notícia de Fato n. 01.2019.00011110-2

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Iguatemi

Recorrente: Cristhian Eloi de Souza

Recorrido: Ministério Público Estadual

Assunto: Apuração preliminar do teor da representação formalizada por Cristhian Eloi de Souza.

EMENTA: RECURSO EM NOTÍCIA DE FATO - MUNICÍPIO DE IGUATEMI - EVENTUAL IRREGULARIDADE NA ESCALA DE MOTORISTAS PARA ATENDIMENTO DE EMERGÊNCIAS - SERVIÇO PÚBLICO DE SAÚDE EFETIVAMENTE PRESTADO - INEXISTÊNCIA DE LESÃO A INTERESSES TUTELADOS PELO *PARQUET* - EVENTUAL PREJUÍZO AO SERVIDOR NA CONFECÇÃO DA ESCALA É DE NATUREZA ESTRITAMENTE INDIVIDUAL E PESSOAL - RECURSO DESPROVIDO. Procede o arquivamento de Notícia de Fato instaurada a partir de denúncia de irregularidade na Secretaria Municipal de Saúde na organização da escala de motoristas para atendimento de emergências, vez que se trata de assunto a ser gerido pela Administração Pública Municipal, conforme sua conveniência e oportunidade, não se configurando lesão a ser tutelado pelo órgão ministerial. Eventual prejuízo ao servidor na confecção de escala de trabalho é de natureza individual, não alcançado pela tutela do órgão ministerial. Recurso não provido.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, votou pelo improvimento do recurso, nos termos do voto do Relator.

17. Procedimento Preparatório n. 06.2019.00001396-9

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Caarapó

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Hilton Alves Machado

Assunto: Apurar eventual irregularidade ambiental em criadouro de aves.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - MUNICÍPIO DE CAARAPÓ – FUNCIONAMENTO DE CRIADOURO DE AVES DA CLASSE PASSERIFORME - INEXISTÊNCIA DE AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL – FORMALIZAÇÃO DE TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA - CLÁUSULAS OBRIGACIONAIS FISCALIZADAS EM PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO - APLICAÇÃO DAS RESOLUÇÕES 005/2012/CPJ E 015/2007/PGJ - INTELIGÊNCIA DO ENUNCIADO 09/2016/CSMP - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO -HOMOLOGAÇÃO. Procede o arquivamento de Inquérito Civil instaurado para apurar irregularidade ambiental consistente no funcionamento de criadouro de aves da classe passeriforme sem autorização do órgão responsável, quando, no curso de seu trâmite, formaliza-se Termo de Ajustamento de Conduta visando ao registro de acervo faunístico e movimentação de plantel em sistema informatizado de controle de fauna, e instaura-se Procedimento Administrativo para fiscalizar o cumprimento das cláusulas obrigacionais.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.

18. Inquérito Civil nº 06.2016.00001399-0

1ª Promotoria de Justiça da Habitação e Urbanismo da comarca de Ponta Porã

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Ponta Porã

Assunto: Apurar as condições de trafegabilidade da estrada vicinal localizada no portão amarelo, comunidade do Casarão, Rodovia MS-164, km 81,5, a qual dá acesso à sede do Assentamento Itamarati II.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - MUNICÍPIO DE PONTA PORÃ – APURAÇÃO DAS CONDIÇÕES DE TRAFEGABILIDADE DE ESTRADA VICINAL - IRREGULARIDADES SANADAS – ATUAÇÃO RESOLUTIVA DO ÓRGÃO MINISTERIAL - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO – HOMOLOGAÇÃO. Quando as diligências empreendidas pelo Órgão de Execução são suficientes para esclarecer e solucionar as condições de trafegabilidade de estrada vicinal, o arquivamento do alusivo Inquérito Civil é medida que se impõe, diante da atuação resolutiva ministerial.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.

19. Inquérito Civil nº 06.2016.00001427-8

1ª Promotoria de Justiça dos Direitos Constitucionais do Cidadão da comarca de Ponta Porã

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Ponta Porã

Assunto: Apurar o descumprimento injustificável pelo Município de Ponta Porã em dar efetividade à execução do Programa dos Centros de Testagens e Aconselhamento (CTA), que foi aprovado pelo Conselho Municipal de Saúde.

RETIRADO DE PAUTA A PEDIDO DO RELATOR.

7.2.3.6. RELATORA-CONSELHEIRA JACEGUARA DANTAS DA SILVA:**1. Inquérito Civil nº 06.2018.00002623-8**

32ª Promotoria de Justiça da Cidadania da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Secretaria de Estado de Saúde Pública de Mato Grosso do Sul

Assunto: Apurar a efetiva contratualização entre a Maternidade Cândido Mariano e a Secretaria de Estado de Saúde Pública de Mato Grosso do Sul, para a prestação do Serviço de UTI Neonatal.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - COMARCA DE CAMPO GRANDE - SAÚDE PÚBLICA - APURAR A EFETIVA CONTRATUALIZAÇÃO ENTRE A MATERNIDADE CÂNDIDO MARIANO E A SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA - MEDIDAS ADOTADAS PERDA DO OBJETO - ATUAÇÃO RESOLUTIVA - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. A Secretaria de Estado de Saúde de Mato Grosso do Sul firmou Convênio n. 28935/2018 com a Associação de

Amparo à Maternidade e à Infância AAMI para prestação de serviço de UTI Neonatal, o qual está ativo e em pleno funcionamento. Perda do objeto. Falta de justa causa para o prosseguimento da investigação. Vota-se pela homologação da promoção de arquivamento.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora.

2. Inquérito Civil nº 06.2016.00000350-4

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Itaporã

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Itaporã

Assunto: Apurar eventual prática de improbidade administrativa na contratação de shows e no emprego de recursos públicos para o evento denominado “EXPOITA 2015”, realizado no Município de Itaporã/MS.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - COMARCA DE ITAPORÃ - APURAR EVENTUAL PRÁTICA DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA NA CONTRATAÇÃO DE SHOWS E NO EMPREGO DE RECURSOS PÚBLICOS PARA O EVENTO DENOMINADO EXPOITA - ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA NÃO COMPROVADO - PERDA DO OBJETO - ATUAÇÃO RESOLUTIVA - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. A denúncia anônima carece de verossimilhança, pois de acordo com as informações prestadas pelos servidores públicos lotados no setor de Licitação, não há que se falar em irregularidade nos procedimentos licitatórios realizados pelo Município de Itaporã para realização do evento denominado “EXPOITA 2015”. Ausência do elemento subjetivo dolo. Ato de improbidade administrativa não comprovado. Perda do objeto. Vota-se pela homologação da promoção de arquivamento.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora.

3. Inquérito Civil nº 06.2018.00001108-9

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Ponta Porã

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Elder dos Santos Martinez

Assunto: Apurar a regularidade jurídico-ambiental e ainda suposto desmatamento ilegal de área de preservação permanente da Chácara Bela Ideia localizada no município de Antônio João.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - COMARCA DE PONTA PORÃ - MEIO AMBIENTE - APURAR A REGULARIDADE JURÍDICO-AMBIENTAL E AINDA SUPOSTO DESMATAMENTO ILEGAL DE ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE DA CHÁCARA BELA IDEIA LOCALIZADA NO MUNICÍPIO DE ANTÔNIO JOÃO - TAC FIRMADO - INSTAURAÇÃO DE PA NOS MOLDES DO ART 38, DA RESOLUÇÃO Nº 015/2007-PGJ ENUNCIADO Nº 09/2016 DO CSMP - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA - ATUAÇÃO RESOLUTIVA. Celebração de Termo de Ajustamento de Conduta com o requerido. Instauração de Procedimento Administrativo para acompanhar e fiscalizar o integral cumprimento das obrigações assumidas no Termo de Ajustamento de Conduta, consoante o artigo 38, da Resolução nº 015/2007-PGJ, com redação dada pela Resolução nº 014/2017-CPJ, de 18 de dezembro de 2017. Vota-se pela homologação da promoção de arquivamento.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora.

4. Inquérito Civil nº 06.2018.00003120-8

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Bandeirantes

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Bandeirantes

Assunto: Apurar possível existência de “funcionários fantasmas”, consistente no recebimento de remuneração dos servidores públicos municipais Elizabeth Cândida Ramos e Alur Rodrigues de Souza, sem, no entanto, nunca terem desempenhado funções no município de Bandeirantes.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - COMARCA DE BANDEIRANTES - APURAR POSSÍVEL EXISTÊNCIA DE FUNCIONÁRIOS FANTASMAS CONSISTENTE NO RECEBIMENTO DE REMUNERAÇÃO DE SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS SEM NUNCA TEREM DESEMPENHADO FUNÇÕES NO MUNICÍPIO - ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA NÃO COMPROVADO - PERDA DO OBJETO - ATUAÇÃO RESOLUTIVA - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. A denúncia anônima carece de verossimilhança, porquanto os servidores públicos Elizabeth Cândida Ramos e Alur Rodrigues de Souza não se tratavam de “funcionários fantasmas”, pois prestaram serviços regularmente à Secretaria Municipal de Saúde de Bandeirantes. Ausência do elemento subjetivo dolo. Ato de improbidade administrativa não comprovado. Perda do objeto. Promoção de arquivamento homologada.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora.

5. Procedimento Preparatório nº 06.2019.00000605-7

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Glória de Dourados

Requerentes: Ministério Público Estadual e Mauro Denadai

Requerido: Município de Glória de Dourados

Assunto: Apurar eventual responsabilidade do município de Glória de Dourados em razão da falta de conservação da estrada vicinal localizada na Linha Barreirão, km 17/18, nascente, sentido Guassulândia.

EMENTA: PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO - COMARCA DE GLÓRIA DE DOURADOS - IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA – APURAR EVENTUAL RESPONSABILIDADE DO MUNICÍPIO EM RAZÃO DA FALTA DE CONSERVAÇÃO DA ESTRADA VICINAL LOCALIZADA NA LINHA BARREIRÃO - IRREGULARIDADE SANADA - PERDA DO OBJETO - ATUAÇÃO RESOLUTIVA PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. A estrada localizada na Linha Barreirão, KM 17/18, Nascente, sentido Guassulândia/Jateí/MS, sofreu manutenção, reparos e atualmente não há empecilho para transitar. Perda do objeto. Vota-se pela homologação da promoção de arquivamento.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora.

7.2.3.7. RELATOR-CONSELHEIRO SILASNEITON GONÇALVES:**1. Inquérito Civil nº 06.2018.00000537-6**

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Ponta Porã

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Aral Moreira

Assunto: Apurar a legalidade do termo aditivo realizado no Pregão n. 009/2017 pelo Município de Aral Moreira que aumentou a linha 10 do transporte escolar (Fazenda Santa Genoveva) em 68 Km diários, havendo indícios de que referida

linha situa-se em território paraguaio.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL. APURAR A LEGALIDADE DO TERMO ADITIVO REALIZADO NO PREGÃO N. 009/2017 PELO MUNICÍPIO DE ARAL MOREIRA QUE AUMENTOU A LINHA 10 DO TRANSPORTE ESCOLAR (FAZENDA SANTA GENOVEVA) EM 68 KM DIÁRIOS, HAVENDO INDÍCIOS DE QUE REFERIDA LINHA SITUA-SE EM TERRITÓRIO PARAGUAIO. IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA NÃO CONFIGURADA. IRREGULARIDADES NÃO CONSTATADAS. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Compulsando os autos, verifica-se que não ficou comprovado no presente procedimento improbidade administrativa ou irregularidades no termo aditivo firmado entre o Município de Aral Moreira e a empresa Maxuel Juliano Thomas de Brum EPP, uma vez que, conforme exposto em Promoção de Arquivamento, o “aumento baseou-se na necessidade de atender número maior de alunos, bem como diminuir o tempo de espera dos mesmos pelos coletivos de transporte escolar, estando, dessa forma, justificado à luz do interesse público” (fl. 1080). Portanto, vota-se pela homologação da promoção de arquivamento.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.

2. Inquérito Civil nº 06.2019.00000341-6

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Sidrolândia

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar eventual dano ambiental causado pelo descarte de esgoto humano doméstico na rede pluvial da Prefeitura Municipal de Sidrolândia, localizada na rua Leôncio de Souza Brito, entre as ruas Generoso Ponce e Pedro Celestino, bairro São Bento, neste município.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL. APURAR EVENTUAL DANO AMBIENTAL CAUSADO PELO DESCARTE DE ESGOTO HUMANO DOMÉSTICO NA REDE PLUVIAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SIDROLÂNDIA, LOCALIZADA NA RUA LEÔNCIO DE SOUZA BRITO, ENTRE AS RUAS GENEROSO PONCE E PEDRO CELESTINO, BAIRRO SÃO BENTO, NESTE MUNICÍPIO. IRREGULARIDADES NÃO CONSTATADAS NO PROCEDIMENTO. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Compulsando os autos, verifica-se que os fatos afirmados na denúncia não se confirmaram, uma vez que não foi constatado mau cheiro no local indicado pelo denunciante, bem como não restou constatado uso irregular da rede pluvial para descarte de esgoto. Assim, considerando que o Município de Sidrolândia afirmou que está em andamento a instalação da rede de esgoto na cidade pela SANESUL, além de que o procedimento não pode se estender indefinidamente, inexistem razões suficientes para o prosseguimento deste procedimento e/ou para a propositura de ação civil pública, sendo o arquivamento do feito medida de rigor.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.

3. Inquérito Civil nº 06.2018.00000814-0

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Dois Irmãos do Buriti

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Zeilton da Silva Xavier

Assunto: Apurar possível prática de ato de improbidade administrativa consistente em determinar a realização de obras de melhorias em estradas rurais particulares utilizando-se de recursos públicos e mediante o prévio recebimento de valores indevidos dos proprietários beneficiados.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL. APURAR POSSÍVEL PRÁTICA DE ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA CONSISTENTE EM DETERMINAR A REALIZAÇÃO DE OBRAS DE MELHORIAS EM ESTRADAS RURAIS PARTICULARES UTILIZANDO-SE DE RECURSOS PÚBLICOS E MEDIANTE O PRÉVIO RECEBIMENTO DE VALORES INDEVIDOS DOS PROPRIETÁRIOS BENEFICIADOS. DENÚNCIA GENÉRICA E DESPROVIDA DE ELEMENTOS MÍNIMOS DE PROVA. FALTA DE JUSTA CAUSA PARA O PROSSEGUIMENTO DAS INVESTIGAÇÕES. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.

4. Inquérito Civil nº 06.2019.00000667-9

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Angélica

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Angélica/MS

Assunto: Averiguar eventual irregularidade no Pregão nº 044/2018, realizado pela Prefeitura Municipal de Angélica/MS.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL. AVERIGUAR EVENTUAL IRREGULARIDADE NO PREGÃO Nº 044/2018, REALIZADO PELA PREFEITURA MUNICIPAL DE ANGÉLICA/MS. SUPOSTO DIRECIONAMENTO NA CONTRATAÇÃO DA EMPRESA DE DOUGLAS H. V. RODRIGUES PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE

MECÂNICA, TORNO E SOLDA DE VEÍCULOS LEVES, UTILITÁRIOS E PESADOS. PROCEDIMENTO LICITATÓRIO OBSERVOU AS EXIGÊNCIAS LEGAIS. AUSÊNCIA DE PROVAS MÍNIMAS DOS FATOS APONTADOS NA DENÚNCIA. INEXISTÊNCIA DE IRREGULARIDADES A SEREM SANADAS. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Compulsando os autos, tem-se que o objeto do feito resta esgotado, porquanto não há elementos nos autos que apontem indícios de favorecimento/direcionamento na contratação da empresa de Douglas H. V. Rodrigues por meio do Pregão nº 044/2018, uma vez que o procedimento licitatório, a toda evidência, observou as exigências legais. Além disso, verifica-se que fora encaminhada cópia integral do pregão para apreciação pelo Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul. Por essas razões, vota-se pela homologação da promoção de arquivamento.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.

5. Procedimento Preparatório nº 06.2019.00001036-1

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Cassilândia

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar o eventual pagamento de valor exorbitante em desapropriação de imóvel (matrícula nº 298 do CRI local).

EMENTA: PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO. APURAR O EVENTUAL PAGAMENTO DE VALOR EXORBITANTE EM DESAPROPRIAÇÃO DE IMÓVEL (MATRÍCULA Nº 298 DO CRI LOCAL). AÇÃO DE DESAPROPRIAÇÃO Nº 0800439-3.2019.8.12.0007, REFERENTE AO IMÓVEL OBJETO DO PRESENTE PROCEDIMENTO, EM ANDAMENTO. QUANTUM INDENIZATÓRIO DEVIDO AO EXPROPRIADO AINDA NÃO DEFINIDO. IMPOSSIBILIDADE DE ANALISAR SE O VALOR É EXORBITANTE OU NÃO. NECESSIDADE DE AGUARDAR O ENCERRAMENTO DA AÇÃO. IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA NÃO CONFIGURADA NOS AUTOS. FALTA DE JUSTA CAUSA PARA A CONTINUIDADE DAS INVESTIGAÇÕES. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.

6. Inquérito Civil nº 06.2017.00002341-5

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Dois Irmãos do Buriti

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar a prática de ato de improbidade administrativa (art. 10, IX e XI, da Lei nº 8.429/92) na prestação de contas Convênio nº 6367/2005, firmado entre a Secretaria de Estado de Saúde de Mato Grosso do Sul e a Prefeitura de Dois Irmãos do Buriti, tendo por objeto a transferência de recursos financeiros da Secretaria Estadual de Saúde para a Prefeitura de Dois Irmãos do Buriti para serem utilizados em despesas de custeio, destinados para a contratação de serviços de terceiros – pessoa física para atendimento do Hospital Cristo Rei e Postos de Saúde das Aldeias Indígenas e Assentamentos, conforme Plano de Trabalho.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL. APURAR A PRÁTICA DE ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA (ART. 10, IX E XI, DA LEI Nº 8.429/92) NA PRESTAÇÃO DE CONTAS CONVÊNIO Nº 6367/2005, FIRMADO ENTRE A SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DE MATO GROSSO DO SUL E A PREFEITURA DE DOIS IRMÃOS DO BURITI, TENDO POR OBJETO A TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS FINANCEIROS DA SECRETARIA ESTADUAL DE SAÚDE PARA A PREFEITURA DE DOIS IRMÃOS DO BURITI PARA SEREM UTILIZADOS EM DESPESAS DE CUSTEIO, DESTINADOS PARA A CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA FÍSICA PARA ATENDIMENTO DO HOSPITAL CRISTO REI E POSTOS DE SAÚDE DAS ALDEIAS INDÍGENAS E ASSENTAMENTOS, CONFORME PLANO DE TRABALHO. IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA NÃO CONFIGURADA. FALTA DE JUSTA CAUSA PARA O PROSSEGUIMENTO DAS INVESTIGAÇÕES. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Compulsando os autos, a denúncia encaminhada para a Promotoria de Justiça é vaga, sem indicação de quem foi favorecido com o enriquecimento ilícito, bem como eventual dano causado ao erário. Após diligências, não restou comprovado nenhum ato de improbidade administrativa, até porque o próprio órgão que encaminhou as documentações ao Ministério Público Estadual julgou regular e lícita a prestação de contas apresentada. Dessa forma, ausentes os fundamentos necessários para a continuidade das diligências ou instauração de ação judicial cabível, o arquivamento é medida que se impõe. Por essas razões, vota-se pela homologação da promoção de arquivamento.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.

7. Inquérito Civil nº 06.2018.00002074-4

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Fátima do Sul

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Usina Agroenergética S/A Álcool e Açúcar e Grupo Zumira Ambiental

Assunto: Averiguar notícia indicativa de disposição inadequada de resíduos na Usina Agroenergética de Fátima do Sul.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL. AVERIGUAR NOTÍCIA INDICATIVA DE DISPOSIÇÃO INADEQUADA DE RESÍDUOS NA USINA AGROENERGÉTICA DE FÁTIMA DO SUL. IRREGULARIDADES SANADAS. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Compulsando os autos, verifica-se que o objeto do feito está esgotado, porquanto as irregularidades constatadas pelo DAEX no Relatório de Vistoria Técnica nº 082/DAEX/CORTEC-PGJ/2017 (fls. 6-22), referente ao armazenamento de resíduos sólidos pela Usina Agroenergética S/A Álcool e Açúcar, foram devidamente sanadas, conforme constatado pelo próprio DAEX, no Relatório de Vistoria Técnica nº 066/DAEX/CORTEC- MA/2019 (fls. 208-221), após nova visita realizada na Usina, no dia 11 de abril de 2019. Dessa forma, tendo em vista que o DAEX concluiu que os depósitos construídos pela Usina Agroenergética S/A Álcool e Açúcar atendem as medidas de controle da poluição e minimização de riscos de danos ambientais, verifica-se que não há causa para justificar o prosseguimento do feito, uma vez que os motivos que ensejaram sua instauração não persistem mais. Assim, vota-se pela homologação da promoção de arquivamento.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.

8. Procedimento Preparatório nº 06.2020.00000088-5

2ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Três Lagoas

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Selvíria

Assunto: Apurar eventual ilegalidade no denunciado aditivo de quase meio milhão em obra acabada, no qual a contrapartida do Município de Selvíria foi diminuta de R\$ 26.000,00.

EMENTA: PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO. APURAR EVENTUAL ILEGALIDADE NO DENUNCIADO ADITIVO DE QUASE MEIO MILHÃO EM OBRA ACABADA, NO QUAL A CONTRAPARTIDA DO MUNICÍPIO DE SELVÍRIA FOI DIMINUTA DE R\$ 26.000,00. LITISPENDÊNCIA. OBSERVÂNCIA AO ENUNCIADO Nº 18/CSMP. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Compulsando os autos, verifica-se que o objeto do presente procedimento está abrangido pelo objeto Procedimento Preparatório nº 06.2019.00001853-1, o qual foi instaurado em data anterior a do presente procedimento, devendo permanecer o procedimento mais antigo, consoante disposto no Enunciado nº 18 do Conselho Superior do Ministério Público. Assim, vota-se pela homologação da promoção de arquivamento.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.

9. Inquérito Civil nº 06.2019.00000032-0

2ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Jardim

Requerente: Ministério Público do Estadual

Requerido: Presidente da Câmara Municipal de Vereadores do Município de Guia Lopes da Laguna MS.

Assunto: Apurar eventuais irregularidades no convite nº 04/2014 e compras de valores menores que 8 mil reais realizadas sem processo de dispensa de licitação, no ano de 2014, na Câmara Municipal de Vereadores de Guia Lopes da Laguna/MS, conforme auditoria nº 04/2015 do TCE.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL. APURAR EVENTUAIS IRREGULARIDADES NO CONVITE Nº 04/2014 E COMPRAS DE VALORES MENORES QUE 8 MIL REAIS REALIZADAS SEM PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO, NO ANO DE 2014, NA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE GUIA LOPES DA LAGUNA/MS, CONFORME AUDITORIA Nº 04/2015 DO TCE. IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA NÃO CONFIGURADA. FALTA DE JUSTA CAUSA PARA O PROSSEGUIMENTO DAS INVESTIGAÇÕES. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Compulsando os autos, não há indicação de quem foi favorecido com o enriquecimento ilícito, bem como eventual dano causado ao erário. Após diligências, não se provou a existência de atos de improbidade administrativa, em especial, dano ao erário, ou algum ato doloso do então Presidente da Câmara Municipal de Guia Lopes da Laguna no sentido de lesar a administração pública. Dessa forma, ausentes os fundamentos necessários para a continuidade das diligências ou instauração de ação judicial cabível, o arquivamento é medida que se impõe. Por essas razões, vota-se pela homologação da promoção de arquivamento.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.

10. Inquérito Civil nº 06.2018.00000135-8

26ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar denúncias de irregularidades jurídico-ambientais nas obras de pavimentação da Rodovia MS 040, que liga Campo Grande-MS a Santa Rita do Pardo-MS, consistente na notícia de que suas obras de execução vem sendo desenvolvidas sem a aplicação de técnicas de engenharia adequada e/ou sem os cuidados básico para se evitar carreamento de terra, erosão e assoreamento de corpos d'água e veredas que margeiam referida obra.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL. APURAR DENÚNCIAS DE IRREGULARIDADES JURÍDICO-AMBIENTAIS NAS OBRAS DE PAVIMENTAÇÃO DA RODOVIA MS 040, QUE LIGA CAMPO GRANDE-MS A SANTA RITA DO PARDO-MS, CONSISTENTE NA NOTÍCIA DE QUE SUAS OBRAS DE EXECUÇÃO VEM SENDO DESENVOLVIDAS SEM A APLICAÇÃO DE TÉCNICAS DE ENGENHARIA ADEQUADA E/OU SEM OS CUIDADOS BÁSICO PARA SE EVITAR CARREAMENTO DE TERRA, EROSÃO E ASSOAREAMENTO DE CORPOS D'ÁGUA E VEREDAS QUE MARGEIAM REFERIDA OBRA. DEGRADAÇÕES AMBIENTAIS REPARADAS POR SEUS POLUIDORES. INEXISTINDO RAZÕES SUFICIENTES PARA O PROSSEGUIMENTO DESTES PROCEDIMENTOS E/OU PARA A PROPOSITURA DE AÇÃO CIVIL PÚBLICA. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Compulsando os autos, verifica-se que na intersecção da rodovia MS-040 com os córregos Desbarrancado, Pouso Triste, da Pedra e Monte Alegre, os passivos ambientais dantes existentes foram solucionados, em atenção às observações feitas pelo DAEX, não existindo mais danos a serem reparados. Com relação ao Córrego Moita, verifica-se que a empresa responsável pela obra atribuiu à proprietário de imóvel rural lindeiro os danos ambientais que ainda persistem no local, ante a não realização de medidas de conservação do solo, razão pela qual foi instaurado novo procedimento para investigação dessa irregularidade, sendo o Inquérito Civil n. 06.2019.00001804-2, o qual possui como objeto "apurar a existência de processos erosivos e assoreamento no Córrego Moita, localizado no Km 71, lado direito da rodovia estadual MS/40, compreendidos entre as coordenadas geográficas (Datum WGS84) de latitude S 20°54'28,01 e longitude W 54°08'00,73" até as coordenadas de latitude S 20°55'02,73 e longitude W 54°07'52,34", nesta capital, ocasionados pela falta de conservação de água e solo pelo imóvel particular lindeiro". Dessa forma, com exceção do Córrego Moita que será investigado em outro procedimento, verifica-se que as degradações ambientais anteriormente verificadas nas obras de pavimentação da Rodovia MS 040 foram reparadas por seus poluidores (empresas particulares e AGESUL fiscalização), inexistindo, assim, razões suficientes para o prosseguimento deste procedimento e/ou para a propositura de ação civil pública, o arquivamento do feito medida de rigor. Assim, vota-se pela homologação da promoção de arquivamento.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.

7.2.3.8. RELATOR-CONSELHEIRO ALEXANDRE LIMA RASLAN:

1. Inquérito Civil nº 06.2016.00000685-6

32ª Promotoria de Justiça da Cidadania da comarca de Campo Grande

Requerente: Associação Beneficente de Campo Grande – Santa Casa

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar superlotação da área de pré-ortopedia no Pronto Atendimento do Hospital Santa Casa.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – APURAR SUPERLOTAÇÃO DA ÁREA DE PRÉ-ORTOPEDIA NO PRONTO ATENDIMENTO DO HOSPITAL SANTA CASA – DILIGÊNCIAS CONCLUÍDAS – IRREGULARIDADES CONSTATADAS E SANADAS – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. As irregularidades objeto da portaria do inquérito civil foram sanadas sem a necessidade de celebração de ajuste de conduta ou de ação civil pública; 2. Nota-se que houve a implementação da Unidade do Trauma na Santa Casa de Campo Grande, sendo abertos 51 novos leitos de ortopedia, o que contribuiu para a redução do número de pacientes da ortopedia mantidos no Pronto Atendimento Médico; 3. Ademais, constatou-se que serão instalados novos leitos na Unidade do Trauma para que opere com 100% de sua capacidade, o que está sendo apurado no Inquérito Civil nº 06.2018.00002647-1, cujo objeto é "apurar a integral implementação/funcionamento da Unidade do Trauma do Hospital Santa Casa de Campo Grande"; 4. Além disso, foi firmado Termo de Cooperação Técnica nº 1/2017- MPF/PR/MS/GABPRDC, em que o Hospital Universitário UFMS/HUMAP passou a receber parte dos pacientes da ortopedia que necessitam de atendimento cirúrgico; 5. A homologação da promoção do arquivamento pelo Conselho Superior do Ministério Público não impede, com o surgimento de fato novo, posterior prosseguimento das investigações ou a propositura da ação civil pública, nos termos do art. 28 e parágrafo único da Resolução nº 15/2007-PGJ (Inquérito Civil); 6. Promoção de arquivamento homologada.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.

2. Inquérito Civil nº 06.2018.00002538-3

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Angélica

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Associação Beneficente de Angélica

Assunto: Apurar eventual prática de nepotismo pelo Diretor Administrativo da Associação Beneficente de Angélica

(ABA), o Sr. Adalberto Nogueira, e por sua esposa, Elizângela Maria da Silva, enfermeira na referida instituição que gere o Hospital Beneficente de Angélica.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – APURAR EVENTUAL PRÁTICA DE NEPOTISMO PELO DIRETOR ADMINISTRATIVO DA ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE DE ANGÉLICA (ABA), O SR. ADALBERTO NOGUEIRA, E POR SUA ESPOSA, ELIZÂNGELA MARIA DA SILVA, ENFERMEIRA NA REFERIDA INSTITUIÇÃO QUE GERE O HOSPITAL BENEFICENTE DE ANGÉLICA – DILIGÊNCIAS CONCLUÍDAS – IRREGULARIDADES CONSTATADAS E SANADAS – RECOMENDAÇÃO ATENDIDA – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. As irregularidades objeto da portaria do inquérito civil foram sanadas sem a necessidade de celebração de ajuste de conduta ou de ação civil pública; 2. O órgão de execução expediu Recomendação devidamente fundamentada ao Sr. Adalberto Nogueira, à Sra. Elizângela Maria da Silva e ao Presidente da Associação Beneficente de Angélica, sendo integralmente atendida, tendo em vista que a Sra. Elizângela Maria da Silva foi desligada da Associação Beneficente de Angélica; 3. A homologação da promoção do arquivamento pelo Conselho Superior do Ministério Público não impede, com o surgimento de fato novo, posterior prosseguimento das investigações ou a propositura da ação civil pública, nos termos do art. 28 e parágrafo único da Resolução nº 15/2007-PGJ (Inquérito Civil); 4. Promoção de arquivamento homologada.

Deliberação: *O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.*

3. Inquérito Civil nº 06.2019.00000479-2

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Mundo Novo

Requerente: Antonio Marcos Martins Pires

Requeridos: Município Mundo Novo e América Latina S/A. - Distribuidora de Petróleo

Assunto: Apurar possíveis irregularidades na transmissão de titularidade, pelo Município de Mundo Novo-MS à empresa América Latina Petróleo LTDA, dos lotes de matrículas 576 e 914, Gleba 01, situados neste Município, bem como averiguar se a municipalidade adotou as medidas necessárias para receber os valores definidos no acordo homologado judicialmente envolvendo os mencionados imóveis.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – APURAR POSSÍVEIS IRREGULARIDADES NA TRANSMISSÃO DE TITULARIDADE, PELO MUNICÍPIO DE MUNDO NOVO-MS À EMPRESA AMÉRICA LATINA PETRÓLEO LTDA, DOS LOTES DE MATRÍCULAS 576 E 914, GLEBA 01, SITUADOS NESTE MUNICÍPIO, BEM COMO AVERIGUAR SE A MUNICIPALIDADE ADOTOU AS MEDIDAS NECESSÁRIAS PARA RECEBER OS VALORES DEFINIDOS NO ACORDO HOMOLOGADO JUDICIALMENTE ENVOLVENDO OS MENCIONADOS IMÓVEIS – DILIGÊNCIAS CONCLUÍDAS – NÃO CONSTATAÇÃO DE IRREGULARIDADES – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. As diligências empreendidas não constataram as irregularidades objeto da portaria do inquérito civil, nem parcialmente; 2. Nota-se que a questão já foi objeto de ação judicial em que houve um acordo, homologado judicialmente, cujo trânsito em julgado se deu em 14.10.2008, autorizando o município outorgar à empresa Brascal Calcário do Brasil Ltda., ou a quem esta indicar, a escritura de compra e venda ou de doação dos imóveis em questão; 3. Restou demonstrado que o município repassou a titularidade à empresa América Latina Petróleo Ltda., com base no referido acordo judicial, com a anuência da empresa Brascal Calcário do Brasil Ltda. Sendo assim, a empresa América Latina Petróleo Ltda. ficou responsável pelo pagamento dos valores ao município e à Eletrosul S/A, de acordo com as cláusulas n. 7.1 e 7.9 do contrato firmado; 4. Ademais, o município informou que ficou um saldo pendente de pagamento, o que já é objeto de cumprimento de sentença nos autos n. 0000047-24.1997.8.12.0016, em trâmite perante a 2ª Vara Cível da Comarca de Mundo Novo; 5. A homologação da promoção do arquivamento pelo Conselho Superior do Ministério Público não impede, com o surgimento de fato novo, posterior prosseguimento das investigações ou a propositura da ação civil pública, nos termos do art. 28 e parágrafo único da Resolução nº 15/2007-PGJ (Inquérito Civil); 6. Promoção de arquivamento homologada.

Deliberação: *O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.*

4. Inquérito Civil nº 06.2016.00001560-0

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Terenos

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar possível dano ambiental em área de preservação permanente da Fazenda Santa Mônica, localizada no Município de Terenos/MS.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – APURAR POSSÍVEL DANO AMBIENTAL EM ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE DA FAZENDA SANTA MÔNICA, LOCALIZADA NO MUNICÍPIO DE TERENOS/MS – DILIGÊNCIAS CONCLUÍDAS – DECLÍNIO DE ATRIBUIÇÃO AO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. No curso do inquérito civil, concluiu-se ser atribuição do Ministério Público Federal para atuar no feito; 2. Nota-se que a titularidade

do domínio da fazenda Santa Mônica pertence ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), autarquia federal, competindo, portanto, à Justiça Federal processar e julgar o feito, consoante disposto no art. 109, inc. I, da Constituição Federal, a Justiça Federal; 3. Enunciado nº 16 do Conselho Superior do Ministério Público. Declínio de atribuição ao Ministério Público Federal.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou o declínio de atribuição ao Ministério Público Federal, nos termos do voto do Relator.

5. Inquérito Civil nº 06.2018.00002769-2

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Porto Murtinho

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Porto Murtinho

Assunto: Apurar eventuais irregularidades na execução do contrato administrativo de prestação de serviço, utilizados em eventos musicais patrocinados pelo Município de Porto Murtinho, celebrado com a Empresa Luiz Quirino de Oliveira – Eventos Musicais-ME, referentes ao IC n. 11/2016.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – APURAR EVENTUAIS IRREGULARIDADES NA EXECUÇÃO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO, UTILIZADOS EM EVENTOS MÚSICAIS PATROCINADOS PELO MUNICÍPIO DE PORTO MURTINHO, CELEBRADO COM A EMPRESA LUIZ QUIRINO DE OLIVEIRA - EVENTOS MÚSICAIS-ME, REFERENTES AO IC N. 11/2016 – RETORNO DE DILIGÊNCIAS – DILIGÊNCIAS CONCLUÍDAS – NÃO CONSTATAÇÃO DE IRREGULARIDADES – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. As diligências empreendidas não constataram as irregularidades objeto da portaria do inquérito civil, nem parcialmente; 2. Nota-se que a empresa Luiz Quirino de Oliveira – Eventos Musicais – ME prestou de forma efetiva os serviços contratados pela Prefeitura Municipal de Porto Murtinho, conforme relatórios mensais das atividades realizadas; 3. Restou demonstrado que houve a devida fiscalização das obrigações contratuais da prestadora de serviços pela administração pública municipal, de acordo com boletins de medições, relatórios fotográficos e demais documentos juntados aos autos; 4. O Tribunal de Contas Estadual analisou as contratações e declarou a regularidade e legalidade dos processos licitatórios e execução financeira dos contratos; 5. A homologação da promoção do arquivamento pelo Conselho Superior do Ministério Público não impede, com o surgimento de fato novo, posterior prosseguimento das investigações ou a propositura da ação civil pública, nos termos do art. 28 e parágrafo único da Resolução nº 15/2007-PGJ (Inquérito Civil); 6. Promoção de arquivamento homologada.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.

6. Inquérito Civil nº 06.2018.00002684-9

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Iguatemi

Requerente: Héllen Melez Martins Santana

Requerida: Raquel Melez Martins

Assunto: Apurar a ocorrência de dano ambiental no Sítio Floripa, localizado em Iguatemi, e viabilizar sua integral reparação.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – APURAR A OCORRÊNCIA DE DANO AMBIENTAL NO SÍTIO FLORIPA, LOCALIZADO EM IGUATEMI, E VIABILIZAR SUA INTEGRAL REPARAÇÃO – DILIGÊNCIAS CONCLUÍDAS – IRREGULARIDADES CONSTATADAS E SANADAS – CELEBRAÇÃO E CUMPRIMENTO DE TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. As irregularidades objeto da portaria do inquérito civil foram sanadas mediante celebração e cumprimento de ajuste de conduta. 2. Houve a celebração de Termo de Ajuste de Conduta (TAC) com as compromissárias, que se obrigaram a cumprir integralmente o PRADA já apresentado, assegurar a regularidade da inscrição do imóvel no Cadastro Ambiental Rural n. 55433, bem como apresentar o CAR retificado em razão da não inclusão de uma das matrículas; 3. Em cumprimento à obrigações firmadas, as compromissárias apresentaram Recibo de Inscrição do Imóvel no Cadastro Ambiental Rural retificado, bem como documento fotográfico demonstrando a realização de curvas de nível e nivelamento de estradas; 4. Ademais, constatou-se que uma das causas do processo erosivo era o lançamento inadequado das águas pluviais do sistema de drenagem municipal, o que foi devidamente solucionado por meio de obras de recuperação da área afetada realizadas pelas proprietárias em conjunto com o município; 5. A homologação da promoção do arquivamento pelo Conselho Superior do Ministério Público não impede, com o surgimento de fato novo, posterior prosseguimento das investigações ou a propositura da ação civil pública, nos termos do art. 28 e parágrafo único da Resolução nº 15/2007-PGJ (Inquérito Civil); 6. Promoção de arquivamento homologada.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.

7. Inquérito Civil nº 06.2017.00001372-8

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de São Gabriel do Oeste

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: José Alcebíades Vargas Sarmento

Assunto: Apurar a supressão a corte raso de 4 hectares de vegetação de origem nativa, bem como sua queima, em área de preservação permanente, sem autorização do órgão ambiental.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – APURAR A SUPRESSÃO A CORTE RASO DE 4 HECTARES DE VEGETAÇÃO DE ORIGEM NATIVA, BEM COMO SUA QUEIMA, EM ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE, SEM AUTORIZAÇÃO DO ÓRGÃO AMBIENTAL – DILIGÊNCIAS CONCLUÍDAS – IRREGULARIDADES CONSTATADAS E SANADAS – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. As irregularidades objeto da portaria do inquérito civil foram sanadas sem a necessidade de celebração de ajuste de conduta ou de ação civil pública; 2. Nota-se que o requerido adotou as medidas para recuperação da área degradada na Fazenda Sonho Meu, bem como juntou cópia do Certificado de Inscrição do imóvel rural no CARMS nº 26736; 3. A Polícia Militar Ambiental realizou vistoria no local, constatando que a área onde ocorreu a supressão irregular de vegetação de origem nativa em área de preservação permanente se encontra em adiantado estágio de regeneração natural e isolada a fim de evitar o acesso de animais domésticos; 4. A homologação da promoção do arquivamento pelo Conselho Superior do Ministério Público não impede, com o surgimento de fato novo, posterior prosseguimento das investigações ou a propositura da ação civil pública, nos termos do art. 28 e parágrafo único da Resolução nº 15/2007-PGJ (Inquérito Civil); 5. Promoção de arquivamento homologada.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.

8. Inquérito Civil nº 06.2018.00002348-5

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Chapadão do Sul

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Chapadão do Sul

Assunto: Adotar medidas visando esclarecer a real situação estrutural do Canil municipal bem como o real cumprimento das leis ambientais no Município, sem prejuízo de outras providências.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – ADOTAR MEDIDAS VISANDO ESCLARECER A REAL SITUAÇÃO ESTRUTURAL DO CANIL MUNICIPAL BEM COMO O REAL CUMPRIMENTO DAS LEIS AMBIENTAIS NO MUNICÍPIO, SEM PREJUÍZO DE OUTRAS PROVIDÊNCIAS. (MIGRADO DO CIC - IC 2/2015) – INSTRUÇÃO CONCLUÍDA – CELEBRAÇÃO DE TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. Ao final da instrução, houve a celebração de Termo de Ajuste de Conduta às exigências legais, mediante cominações, nos termos dos arts. 33 e 34 da Resolução nº 15/2007-PGJ (Inquérito Civil), para a resolução das seguintes irregularidades: o atual canil municipal apresenta estrutura insuficiente para a adequada realização do serviço, devendo ser transformado em Unidade de Vigilância de Zoonoses, além de estar edificado indevidamente em área verde do Loteamento Julimar, a qual se encontra consolidada; 2. Para a fiscalização do cumprimento do pactuado no ajustamento de conduta, houve a instauração do Procedimento Administrativo nº 09.2020.00000627-9, nos termos dos arts. 38 e 39 da Resolução nº 15/2007-PGJ (Inquérito Civil); 3. Enunciado nº 9 do Conselho Superior do Ministério Público. Promoção de arquivamento homologada.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.

Campo Grande, 15 de abril de 2020.

ALEXANDRE LIMA RASLAN

Procurador de Justiça

Secretário do Conselho Superior do MP

PAUTA DA 8ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, QUE SE REALIZARÁ NO DIA 28 DE ABRIL DE 2020, ÀS 14 HORAS, POR TELECONFERÊNCIA.

6. Expedientes:

6.1. Expedientes encaminhados para apreciação:

1. Corregedoria-Geral do Ministério Público:

- Ofício nº 0163/2020/CGMP/MS, de 4.3.2020.
- Ofício n. 0150/2020/CGMP/MS, de 4.3.2020.
- Ofício n. 0146/2020/CGMP/MS, de 9.3.2020.
- Ofício n. 0154/2020/CGMP/MS, de 10.3.2020.
- Ofício n. 0221/2020/CGMP/MS, de 20.3.2020.

6.2. Comunicação das promoções de arquivamento de Procedimentos Administrativos, para ciência:

1. 44ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

- Procedimento Administrativo nº 09.2019.00002357-8.
- Procedimento Administrativo nº 09.2019.00002154-7.
- Procedimento Administrativo nº 09.2019.00001057-2.
- Procedimento Administrativo nº 09.2019.00000774-5.
- Procedimento Administrativo nº 09.2019.00002093-7.
- Procedimento Administrativo nº 09.2019.00003202-2.
- Procedimento Administrativo nº 09.2019.00000752-3.
- Procedimento Administrativo nº 09.2020.00000164-0.
- Procedimento Administrativo nº 09.2019.00004305-2.
- Procedimento Administrativo nº 09.2019.00004243-1.
- Procedimento Administrativo nº 09.2019.00004142-1.
- Procedimento Administrativo nº 09.2019.00003946-0.
- Procedimento Administrativo nº 09.2019.00003819-3.
- Procedimento Administrativo nº 09.2019.00003803-8.
- Procedimento Administrativo nº 09.2019.00003778-3.
- Procedimento Administrativo nº 09.2019.00003579-6.
- Procedimento Administrativo nº 09.2019.00003484-2.
- Procedimento Administrativo nº 09.2019.00003270-0.
- Procedimento Administrativo nº 09.2019.00004024-4.
- Procedimento Administrativo nº 09.2019.00002374-5.
- Procedimento Administrativo nº 09.2019.00000632-4.
- Procedimento Administrativo nº 09.2019.00003771-7.
- Procedimento Administrativo nº 09.2019.00003109-0.
- Procedimento Administrativo nº 09.2019.00004251-0.
- Procedimento Administrativo nº 09.2019.00002664-0.
- Procedimento Administrativo nº 09.2019.00001753-2.

2. 26ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

- Procedimento Administrativo nº 09.2015.00000483-2.

3. 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Aquidauana:

- Procedimento Administrativo nº 09.2017.00002388-1.

4. 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Costa Rica:

- Procedimento Administrativo nº 09.2017.00002963-1.
- Procedimento Administrativo nº 09.2019.00002097-0.

5. 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Ponta Porã:

- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00004191-7.

6. 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Três Lagoas:

- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00001924-8.
- Procedimento Administrativo nº 09.2019.00003958-1.
- Procedimento Administrativo nº 09.2019.00000053-0.

7. 5ª Promotoria de Justiça da comarca de Ponta Porã:

- Procedimento Administrativo nº 09.2020.00000881-1.
- Procedimento Administrativo nº 09.2020.00000880-0.
- Procedimento Administrativo nº 09.2020.00000879-9.
- Procedimento Administrativo nº 09.2020.00000878-8.

8. 7ª Promotoria de Justiça da comarca de Corumbá:

- Procedimento Administrativo nº 09.2019.00001184-9.
- Procedimento Administrativo nº 09.2019.00001183-8.

9. Promotoria de Justiça da comarca de Itaporã:

- Procedimento Administrativo nº 09.2019.00002742-0.

10. Promotoria de Justiça da comarca de Nioaque:

- Procedimento Administrativo nº 09.2019.00000883-3.

11. 33ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

- Procedimento Administrativo nº 09.2019.00000357-1.
- Procedimento Administrativo nº 09.2019.00001875-3.
- Procedimento Administrativo nº 09.2019.00002789-6.
- Procedimento Administrativo nº 09.2019.00002790-8.
- Procedimento Administrativo nº 09.2019.00003322-1.
- Procedimento Administrativo nº 09.2019.00003492-0.
- Procedimento Administrativo nº 09.2019.00003503-0.
- Procedimento Administrativo nº 09.2019.00003615-1.
- Procedimento Administrativo nº 09.2019.00004029-9.
- Procedimento Administrativo nº 09.2019.00004185-4.
- Procedimento Administrativo nº 09.2020.00000134-0.

12. Promotoria de Justiça da comarca de Ribas do Rio Pardo:

- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00000828-4.

13. 67ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

- Procedimento Administrativo nº 09.2019.00004070-0.
- Procedimento Administrativo nº 09.2019.00000360-5.
- Procedimento Administrativo nº 09.2019.00000586-9.

14. 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Amambai:

- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00001039-0.

15. 76ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

- Procedimento Administrativo nº 09.2020.00000885-5.

16. 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Naviraí:

- Procedimento Administrativo nº 09.2020.00000988-7.
- Procedimento Administrativo nº 09.2019.00004166-5.
- Procedimento Administrativo nº 09.2020.00001193-8.

6.3. Expedientes encaminhados ao Conselho Superior para análise em bloco das prorrogações de prazo de inquéritos civis e procedimentos preparatórios, conforme o art. 122 do Regimento Interno do CSMP:**6.3.1. CONSELHEIRO SILVIO CESAR MALUF:**

1. 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Caarapó:

- Inquérito Civil nº 06.2019.00000091-9.

2. Promotoria de Justiça da comarca de Brasilândia:

- Inquérito Civil nº 06.2018.00003361-7.

3. 29ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

- Inquérito Civil nº 06.2017.00000139-8.

4. Promotoria de Justiça da comarca de Angélica:

- Inquérito Civil nº 06.2019.00000179-5.
- Inquérito Civil nº 06.2019.00000222-8.

5. Promotoria de Justiça da comarca de Ribas do Rio Pardo:

- Inquérito Civil nº 06.2019.00000171-8.

6. 31ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

- Procedimento Preparatório nº 06.2017.00001457-9.

7. 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Naviraí:

- Inquérito Civil nº 06.2017.00001286-2.

8. Promotoria de Justiça da comarca de Água Clara:

- Inquérito Civil nº 06.2018.00003493-8.

9. Promotoria de Justiça da comarca de Rio Verde de Mato Grosso:

- Inquérito Civil nº 06.2019.00000249-4.

6.3.2. CONSELHEIRO ANTONIO SIUFI NETO:**1. Promotoria de Justiça da comarca de Ribas do Rio Pardo:**

- Procedimento Preparatório nº 06.2019.00001746-5.

2. 3ª Promotoria de Justiça da comarca de Corumbá:

- Inquérito Civil nº 06.2017.00001444-9.

3. 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Três Lagoas.

- Inquérito Civil nº 06.2017.00000952-4

4. 1º Promotoria de Justiça da comarca de Chapadão do Sul:

- Inquérito Civil nº 06.2017.00000321-9.

6.3.3. CONSELHEIRO BELMIREZ SOLES RIBEIRO:**1. 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Caarapó:**

- Inquérito Civil nº 06.2017.00001459-3.

2. Promotoria de Justiça da comarca de Ribas do Rio Pardo:

- Inquérito Civil nº 06.2018.00002646-0.

3. 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Jardim:

- Inquérito Civil nº 06.2019.00000314-9.

4. 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Camapuã:

- Inquérito Civil nº 06.2019.00000393-8.

6.3.4. CONSELHEIRO JOÃO ALBINO CARDOSO FILHO:**1. 31ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:**

- Inquérito Civil nº 06.2017.00000908-0.

2. Promotoria de Justiça da comarca de Bela Vista:

- Inquérito Civil nº 06.2018.00000254-6.

3. 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Caarapó:

- Inquérito Civil nº 06.2019.00000377-1.

4. Promotoria de Justiça da comarca de Rio Verde do Mato Grosso:

- Inquérito Civil nº 06.2017.00001633-6.

5. 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Camapuã:

- Inquérito Civil nº 06.2019.00000396-0.

6.3.5. CONSELHEIRO FRANCISCO NEVES JÚNIOR:**1. 31ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:**

- Inquérito Civil nº 06.2019.00000027-4.

6.3.6. CONSELHEIRO EDGAR ROBERTO LEMOS DE MIRANDA:**1. 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Jardim:**

- Inquérito Civil nº 06.2018.00000303-4.

2. 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Rio Brillhante:

- Inquérito Civil nº 06.2018.00003550-4.

3. Promotoria de Justiça da comarca de Água Clara:

- Inquérito Civil nº 06.2017.00001604-7.

4. 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Camapuã:

- Inquérito Civil nº 06.2018.00000451-1.

5. 32ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

- Inquérito Civil nº 06.2019.00000065-2.

6.3.7. CONSELHEIRA JACEGUARA DANTAS DA SILVA:**1. 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Chapadão do Sul:**

- Inquérito Civil nº 06.2019.00000070-8.

2. Promotoria de Justiça da comarca de Itaporã:

- Inquérito Civil nº 06.2019.00000178-4.
- Inquérito Civil nº 06.2019.00000229-0.

3. 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Camapuã:

- Inquérito Civil nº 06.2015.00000033-6.

4. 34ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

- Inquérito Civil nº 06.2018.00000455-5.

6.3.8. CONSELHEIRO SILASNEITON GONÇALVES:**1. 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Naviraí:**

- Inquérito Civil nº 06.2017.00000178-0.

2. Promotoria de Justiça da comarca de Bela Vista:

- Inquérito Civil nº 06.2018.00000661-0
- Inquérito Civil nº 06.2019.00000384-9

3. Promotoria de Justiça da comarca de Itaporã:

- Inquérito Civil nº 06.2019.00000246-1

6.3.9. CONSELHEIRO ALEXANDRE LIMA RASLAN:**1. 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Naviraí:**

- Inquérito Civil nº 06.2017.00002413-6.

2. Promotoria de Justiça da comarca de Itaporã:

- Inquérito Civil nº 06.2017.00001395-0.

7. Ordem do dia:**7.1. Matéria Administrativa:****7.1.1. Expedientes:**

- **Portaria nº 1068/2020-PGJ**, de 20.3.2020, conceder, *ad referendum* do Conselho Superior, à Promotora de Justiça Fernanda Proença de Azambuja licença para frequentar, sem prejuízo de suas funções, curso do Programa de Pós-Graduação Mestrado em Direito da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, UFMS, todas as segundas-feiras, das 7h às 12h, no período de 16.3 a 29.6.2020, e terças-feiras, das 7h30min às 12h, no período de 17.3 a 30.6.2020, nos termos do artigo 158 da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, e da Resolução nº 1/2016-CSMP, de 20.9.2016.
- **Portaria nº 1086/2020-PGJ**, de 25.3.2020, revogar, *ad referendum* do Conselho Superior, a partir de 24.3.2020, a Portaria nº 2251/2019-PGJ, de 27.6.2019, que concedeu à 7ª Promotora de Justiça da comarca de Corumbá, Ludmila de Paula Castro Silva, licença para frequentar Curso de Doutorado Interinstitucional da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul e da Universidade de São Paulo, UFMS/USP.
- **Portaria nº 1160/2020-PGJ**, de 3.4.2020, agregar ao Gabinete do Procurador-Geral de Justiça, no interesse do serviço, o 37º Promotor de Justiça de Campo Grande, Alexandre Magno Benites de Lacerda, para, com prejuízo de suas funções, desempenhar atribuições de assessoramento, a partir de 6.4.2020, até ulterior deliberação.
- **Portaria nº 1163/2020-PGJ**, de 3.4.2020, agregar ao Gabinete do Procurador-Geral de Justiça, no interesse do serviço, o 71º Promotor de Justiça de Campo Grande, Ricardo de Melo Alves, para, com prejuízo de suas funções, desempenhar atribuições de assessoramento, a partir de 6.4.2020, até ulterior deliberação.
- **Portaria nº 1164/2020-PGJ**, de 3.4.2020, agregar ao Gabinete do Procurador-Geral de Justiça, no interesse do serviço, o 34º Promotor de Justiça de Campo Grande, Paulo César Zeni, para, com prejuízo de suas funções, desempenhar atribuições de assessoramento, a partir de 6.4.2020, até ulterior deliberação.

7.1.2. Promoção:**1. Processo PGJ/10/0816/2020**

Requerente: Ministério Público Estadual

Assunto: Aviso nº 02/2020/CSMP, de 14.2.2020, publicado no DOMPMS nº 2.147, de 17.2.2020, que trata da promoção, pelo critério de merecimento, para a 72ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande, entrância especial.

Inscritos para promoção: Promotores de Justiça Clarissa Carlotto Torres, Rosana Suemi Fuzita Irikura, Arthur Dias Júnior, Daniella Costa da Silva, Oscar de Almeida Bessa Filho, Simone Almada Góes, Estéfano Rocha Rodrigues da Silva, Douglas Silva Teixeira, Daniel do Nascimento Britto, Lindomar Tiago Rodrigues, Fernanda Proença de Azambuja, Pedro de Oliveira Magalhães e Karina Ribeiro dos Santos Vedoatto.

Relator Conselheiro João Albino Cardoso Filho.

7.2. Julgamento de Inquéritos Cíveis e Procedimentos:**7.2.1. RELATOR-CONSELHEIRO SILVIO CESAR MALUF:****1. Inquérito Civil nº 06.2017.0000082-2**

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Camapuã

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: J. O. D.

Assunto: Apurar eventual ato de improbidade administrativa, consistente no recebimento irregular de valores por parte do médico Dr. José de Oliveira Dias.

2. Inquérito Civil nº 06.2016.00001091-6

1ª Promotoria de Justiça do Consumidor da comarca de Camapuã

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Banco Bradesco

Assunto: Apurar eventual má-prestação de serviço aos clientes do Posto de Atendimento do Banco do Bradesco, na cidade de Figueirão.

3. Inquérito Civil nº 06.2017.00002104-0

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Sidrolândia

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Valter José Anziliero

Assunto: Apurar eventual dano ambiental ocorrido na Fazenda Imbira, em Sidrolândia, conforme consta no Auto de Infração nº 20.728 do 15º BPMA.

4. Inquérito Civil nº 06.2018.00000255-7

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Miranda

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Fazenda Cinco de Junho

Assunto: Apurar a ocorrência de irregularidades ambientais consistentes em suprimir área de vegetação nativa bem como explorar espécies de árvores protegidas por lei, todas as atividades em desacordo com a autorização/licença do órgão ambiental competente, na Fazenda Cinco de Junho, situada no município de Miranda.

Advogados: Ana Laura Nunes da Cunha Ribeiro – OAB/MS nº 7.561, Marcelo Henrique Mattos – OAB/MS nº 7.018.

5. Inquérito Civil nº 06.2018.00000414-4 – SIGILOSO

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público da comarca de Dois Irmãos do Buriti

6. Inquérito Civil nº 06.2018.00000587-6

7ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Corumbá

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Corumbá

Assunto: Apurar a situação dos alunos que utilizam transporte escolar nos Assentamentos Taquaral, Tamarineiro II Sul e Paiolzinho, tendo em vista a notícia de que, em épocas de chuvas, a precária situação das estradas impede o deslocamento do ônibus escolar para alguns pontos destes assentamentos.

7. Inquérito Civil nº 06.2018.00000609-7

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Dois Irmãos do Buriti

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar omissão da AGEPEM em garantir condições mínimas de segurança dos internos do Estabelecimento Penal de Dois Irmãos do Buriti em razão da falta de recarga dos extintores existentes em seu interior desde o ano de 2008.

8. Inquérito Civil nº 06.2018.00000482-2

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Deodápolis

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Maria das Dores de Oliveira Viana

Assunto: Apurar eventual ato de improbidade administrativa praticado, em tese, pela ex-Prefeita Municipal de Deodápolis, a Sra. Maria das Dores de Oliveira Viana, em razão de supostas irregularidades no Relatório de Gestão Fiscal referente ao ano de 2013.

9. Inquérito Civil nº 06.2018.00001092-4 – SIGILOSO

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Nioaque

10. Inquérito Civil nº 06.2018.000000926-1

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Dois Irmãos do Buriti

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Prefeitura de Dois Irmãos do Buriti

Assunto: Apurar supostas irregularidades envolvendo a Prefeitura de Dois Irmãos do Buriti (nepotismo na contratação para cargos em comissão na administração municipal, desvio de verba e superfaturamento nº Processo Administrativo nº 24/2013 Pregão Presencial nº 12/2013).

11. Inquérito Civil nº 06.2018.00001107-8

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Ponta Porã

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Estado de Mato Grosso do Sul e outro.

Assunto: Apurar notícia de falta de policiamento e segurança no Hospital e Maternidade Municipal Santa Luzia, no Município de Aral Moreira.

12. Inquérito Civil nº 06.2018.00002314-1

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Porto Murtinho

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Porto Murtinho

Assunto: Apurar possíveis irregularidades na execução do processo de Convênio e Subsídios a Habitação de Interesses Sociais - PSH.

Advogada: Maisa Oviedo Milandri – OAB/MS nº 17.666.

13. Inquérito Civil nº 06.2018.00001600-7

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Nioaque

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar a falta de regularidade nos trailers de Luiz Alberto Gazote e em todas as lanchonetes fixadas na praça XV de novembro, notadamente quanto às licenças de funcionamento certificado dos bombeiros e vigilância sanitária, além do cumprimento da Lei do Silêncio.

14. Inquérito Civil nº 06.2018.00002546-1

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Água Clara

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar a ocorrência de supostas irregularidades/favorecimentos na concessão de casa popular na cidade de Água Clara, que dão conta de possíveis práticas de atos de improbidade administrativa.

15. Inquérito Civil nº 06.2018.00002778-1

67ª Promotoria de Justiça dos Direitos Humanos da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: 1º Serviço Notarial de Campo Grande

Assunto: Apurar e tomar providências sobre eventual falta de acessibilidade para pessoas com deficiência e/ou mobilidade reduzida no 1º Serviço Notarial de Campo Grande.

16. Inquérito Civil nº 06.2018.00003172-0

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Angélica

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Angélica

Assunto: Apurar eventual omissão da Prefeitura e da Câmara Municipal de Angélica no exercício de suas funções institucionais relativas à gestão, ao controle e à fiscalização da ocupação e da conservação das estradas vicinais e das faixas de domínio das estradas vicinais do Município de Angélica.

17. Inquérito Civil nº 06.2018.00003564-8 - SIGILOSO

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Nova Alvorada do Sul

18. Inquérito Civil nº 06.2019.00000468-1

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Batayporã

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Gilberto Donizetti Araújo

Assunto: Apurar ilícito ambiental praticado pelo proprietário do imóvel rural denominado Fazenda Espírito Santo, tendo em vista a supressão vegetal de 37,900 ha, sem autorização do órgão ambiental competente.

19. Inquérito Civil nº 06.2019.00001093-9

43ª Promotoria de Justiça do Consumidor da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Clínica Carandá S/S Ltda

Assunto: Apurar possível lesão a direitos coletivos dos consumidores em razão de irregularidades sanitárias constatadas na Clínica Carandá pela Coordenadoria Estadual de Vigilância Sanitária e Departamento de Fiscalização do Conselho Regional de Medicina do Mato Grosso do Sul.

20. Inquérito Civil nº 06.2019.00001788-7

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Maracaju

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar a legalidade/constitucionalidade do processo de doação de terrenos no município de Maracaju.

21. Inquérito Civil nº 06.2019.00001825-3

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Coronel Sapucaia

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Espólio de Abílio Cardoso

Assunto: Apurar notícia de degradação ambiental na Fazenda Curussu Amba, em Coronel Sapucaia, em especial, decorrente da falta de conservação da área de preservação permanente e presença de voçorocas e erosões.

22. Inquérito Civil nº 06.2019.00001122-7

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Eldorado

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Arlete Rosalina Kraemer

Assunto: Apurar suposto dano ambiental em Área de Preservação Permanente localizada no distrito do Morumbi, em Eldorado, às margens do Rio Paraná, especificamente no que tange à RPPN Ernesto Vargas Baptista, em decorrência da conduta de Arlete Kraemer.

23. Inquérito Civil nº 06.2017.00002139-4

Promotoria de Justiça dos Direitos Constitucionais do Cidadão da comarca de Anastácio

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar suposta ocorrência de falha no atendimento no Hospital Regional Doutor Estácio Muniz.

24. Procedimento Preparatório nº 06.2019.00001898-6

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Costa Rica

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Registrar a autuação da Polícia Militar Ambiental do Município de Costa Rica em desfavor de Maurício Honório de Carvalho pela prática do crime de pesca predatória.

25. Procedimento Preparatório nº 06.2019.00001921-9

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Cassilândia

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Secretaria Municipal de Educação

Assunto: Apurar eventual desvio de função de professores utilizados em regime de suplência para ministrar a disciplina de "Artes" na rede de ensino municipal.

26. Inquérito Civil nº 06.2018.00002498-4

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Ponta Porã

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Ponta Porã

Assunto: Apurar as condições de funcionamento da rede de atenção básica de saúde do Município de Ponta Porã/MS, buscando-se aferir a adequação e eficiência do serviço público prestado.

27. Inquérito Civil nº 06.2019.0000198-4

1ª Promotoria de Justiça da Execução Penal da comarca de Ivinhema

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: AGEPEN

Assunto: Apurar eventuais ilegalidade no Estabelecimento Penal de Ivinhema/MS, em razão de irregularidades constatadas durante visita técnica realizada pelo Órgão de Execução de origem, notadamente a falta de disponibilidade aos presos de assistência à saúde, social e educacional, bem como, falta de procedimento administrativo disciplinar.

28. Inquérito Civil nº 06.2018.00001527-4

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Coxim

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Coxim

Assunto: Apurar eventual irregularidade na utilização de verba pública no pagamento de passagens aéreas pela Prefeitura Municipal de Coxim e eventual ato de improbidade administrativa daí decorrente.

Advogado: Flavio Garcia da Silveira – OAB/MS nº 6.742.

29. Recurso em Notícia de Fato nº 01.2020.00000352-7

2ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Três Lagoas

Recorrente: Idevaldo Garcia Leal Junior

Recorrido: Município de Três Lagoas

Assunto: Reclamação formulada por Idevaldo Garcia Leal Júnior tratando de possível manobra do Executivo local "para supostamente evitar a tomada do meu (seu) Depoimento na Sindicância n. 047/2019.

30. Procedimento Preparatório nº 06.2019.00001360-3 – SIGILOS

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Terenos

31. Inquérito Civil nº 06.2019.00001200-4

26ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Rogério Cardozo Moreira dos Santos

Assunto: Apurar possível degradação ambiental em área de preservação permanente no Lote 15, localizado na Rua Neuza Vargas de Alencar, 266, nesta capital, cadastrado em nome de Maria Auxiliadora da Silva, e a atuação do Município de Campo Grande em efetivar a fiscalização e a recomposição dos danos existentes.

32. Inquérito Civil nº 06.2019.00001181-6

26ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Rogério Cardozo Moreira dos Santos

Assunto: Apurar possível degradação ambiental em área de preservação permanente no Lote 2, localizado na Rua Sílex, 24, nesta capital, cadastrado em nome de Rogério Cardozo Moreira Santos, e a atuação do Município de Campo Grande em efetivar a fiscalização e a recomposição dos danos existentes.

33. Inquérito Civil nº 06.2019.00001129-3

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da Comarca de Coxim

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Maria Helena de Oliveira Silva

Assunto: Apurar eventual dano ambiental decorrente do desmatamento de 2,16 ha, sem autorização expedida pelo órgão competente, ocorrido na Fazenda Buriti Alegre, de propriedade de Maria Helena de Oliveira Silva.

34. Inquérito Civil nº 06.2019.00001128-2

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Coxim

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Antônio Viana Silva Neto

Assunto: Apurar eventual dano ambiental decorrente do desmatamento de 3,41 há, sem autorização ambiental, ocorrido nas Fazendas São Pedro e Santo Antônio da Pólvora, de propriedade de Antônio Viana Silva Neto.

35. Inquérito Civil nº 06.2019.00000974-3

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Coxim

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Espólio José Garcia da Silva

Assunto: Apurar eventual dano ambiental ocorrido na Fazenda Nossa Senhora da Guia, situada em Alcínópolis/MS, em razão do desmatamento de 36,27 hectares, sem autorização do órgão ambiental competente.

36. Inquérito Civil nº 06.2017.00001773-5

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Iguatemi

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Ilza Jandira Andreis

Assunto: Apurar a ocorrência de dano ambiental na Fazenda Maria Luiza, em Iguatemi-MS, e viabilizar sua integral reparação.

37. Inquérito Civil nº 06.2016.00000889-8

10ª Promotoria de Justiça dos Direitos Constitucionais do Cidadão da Comarca de Dourados

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Secretaria Municipal de Saúde de Dourados

Assunto: Apurar eventual deficiência da dinâmica de funcionamento da Central Municipal de Regulação de Leitos, especialmente quando em casos de solicitação de transferência de vagas para o Hospital Universitário de Dourados, assim como as reais causas das eventuais negativas apresentadas pelo último.

38. Inquérito Civil nº 06.2016.00001033-8

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Anastácio

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar supostas irregularidades na Escola Municipal Aracy Moreira dos Santos.

39. Inquérito Civil nº 06.2017.00000740-4

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Porto Murtinho

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Prefeitura Municipal de Porto Murtinho

Assunto: Apurar eventual contratação irregular de professores na Rede de Ensino Municipal.

40. Inquérito Civil nº 06.2018.00001975-9

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Eldorado

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar a irregularidade jurídica ambiental do imóvel rural denominado Fazenda São José do Morumbi.

41. Inquérito Civil nº 06.2018.00002524-0 – SIGILOSO

31ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande

42. Inquérito Civil nº 06.2018.00003029-7

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Ponta Porã

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Ponta Porã

Assunto: Apurar a desorganização no sistema de compra e distribuição de medicamentos em razão da ausência estrutural da Assistência Farmacêutica no âmbito da Secretaria Municipal de Saúde de Ponta Porã.

43. Inquérito Civil nº 06.2017.00001172-0

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Bandeirantes

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Apurar

Assunto: Apurar eventual supressão irregular de vegetação nativa na Fazenda Mimosal, em Bandeirantes.

7.2.2. RELATOR-CONSELHEIRO ANTONIO SIUFI NETO:**1. Inquérito Civil nº 06.2019.00001738-7**

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Mundo Novo

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Ricardo Kenji Utida

Assunto: Apurar informações sobre o desmatamento, possivelmente ilegal, de 2,0 ha, denominado ID 753 no arquivo digital, ocorrido no Lote Rural 58, 165, 165-1 E 166, denominada "Agropecuária Utida", localizado em Mundo Novo/MS.

2. Inquérito Civil nº 06.2019.00000639-0

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Porto Murtinho

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Porto Murtinho

Assunto: Apurar eventual dano ao patrimônio público consubstanciado na destruição dos marcos divisórios adquiridos pelo Município de Porto Murtinho, utilizados para demarcação intermunicipal, localizados nas Terras Indígenas Kadwéu.

Advogada: Maisa Oviedo Milandri – OAB/MS nº 17.666.

3. Recurso em Notícia de Fato nº 01.2020.00001335-8

29ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande

Recorrente: Erick Augusto Franco Alcarva

Recorrido: Ministério Público Estadual

Assunto: Apurar irregularidades no resultado definitivo do Teste de Aptidão Física do Concurso Público de Polícia e Bombeiro Militar.

4. Inquérito Civil nº 06.2019.00001448-0

Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Camapuã

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Camapuã

Assunto: Apurar eventual falta de transporte escolar devido a precariedade das pontes Membeca, Sertãozinho e Corgão, abrangidas pela linha escolar denominada Córrego Fundo, no município de Camapuã/MS.

5. Inquérito Civil nº 06.2018.00000963-9

Promotoria de Justiça da Habitação e Urbanismo da comarca de Itaporã

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Itaporã/MS

Assunto: Apurar existência de suposto loteamento clandestino ou irregular em área de 1223,394 m², localizado no Município de Itaporã/MS.

6. Inquérito Civil nº 06.2018.00003273-0

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Nova Andradina

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Luis Antonio Teodoro

Assunto: Apurar eventual ato de improbidade administrativa praticado, em tese, por L.A.T., decorrente de possível acúmulo de função no ESF Santa Luzia de Batayporã e no Centro de Especialidades Médicas de Nova Andradina.

Advogado: Ilson Roberto Morão Cherumbim – OAB/MS nº 8.251.

7. Procedimento Preparatório nº 06.2017.00000586-1

29ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Heloísa Gomes Puccini / TCE

Assunto: Apurar possível irregularidade praticada pela servidora Heloisa Gomes Puccini que, em tese, não cumpriria corretamente sua jornada de trabalho junto ao Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.

8. Procedimento Preparatório nº 06.2019.00001564-5

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Ribas do Rio Pardo

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar eventuais irregularidades decorrentes de pagamento irregular pelo Executivo municipal aos Diretores de Escola no município de Ribas do Rio Pardo.

9. Inquérito Civil nº 06.2018.00002886-9

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Bonito

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Waltezer Scherer Fazenda América

Assunto: Apurar a existência de plantio irregular na Fazenda América consistente na presença de cultivares a menos de 500 metros do limite do Parque Nacional da Serra da Bodoquena.

10. Inquérito Civil nº 06.2018.00000541-0

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Ponta Porã

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Fazenda Morro Alto - Altamir João Dalla Corte

Assunto: Apurar irregularidade ambiental decorrente de armazenamento de madeira nativa na propriedade sem a cobertura de Documento de Origem Florestal.

11. Inquérito Civil nº 06.2018.00002289-7

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Ponta Porã

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Fazenda Retiro Da Serra - Eloir Horst

Assunto: Apurar irregularidade decorrente de possível supressão de vegetação nativa em área de 20,97 hectares, na propriedade Retiro da Serra.

12. Inquérito Civil nº 06.2018.00001160-1

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Paranaíba

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Fazenda Espírito Santo - Ildefonso Figueira Dantas Junior

Assunto: Apurar a ocorrência de dano ambiental em Área de Preservação Permanente na Fazenda Espírito Santo localizada no município de Paranaíba/MS.

7.2.3. RELATOR-CONSELHEIRO BELMIREZ SOLES RIBEIRO:

1. Inquérito Civil nº 06.2016.00000845-4

10ª Promotoria de Justiça dos Direitos Constitucionais do Cidadão da comarca de Dourados

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar eventuais irregularidades e entraves para a disponibilização de 17 leitos de UTI via SUS, pelo Hospital Evangélico, oriundos do Convênio nº 774072/2012, celebrado com o Ministério da Saúde.

2. Recurso em Notícia de Fato nº 01.2019.00012286-5

29ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da Comarca de Campo Grande

Recorrente: Erick Augusto Franco Alcarva

Recorrido: Ministério Público Estadual.

Assunto: Apurar eventual irregularidade na contratação das empresas que realizam o serviço de parcelamento de débito aos usuários, que utilizam de toda infraestrutura do DETRAN/MS.

3. Inquérito Civil nº 06.2018.00001650-7

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Bela Vista

Requerente: DAEX

Requeridas: Alindo Buss e outra

Assunto: Apurar dano ambiental causado no imóvel Fazenda Ajuricaba, localizada às margens do Rio Apa, de propriedade de Alindo Buss e outra.

Retirado de pauta na reunião do dia 4.2.2020, a pedido do Relator.

4. Inquérito Civil nº 06.2018.00003045-3

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Porto Murtinho

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Secretaria Municipal de Saúde da Comarca de Porto Murtinho

Assunto: Apurar eventual desvio de finalidade na aplicação de verba encaminhada por emenda parlamentar e destinada ao Município de Porto Murtinho, via Fundo Municipal de Saúde, no valor de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais), para a aquisição de van para transporte de pacientes e um aparelho de raio-x.

Advogada: Maisa Oviedo Milandri – OAB/MS nº 17.666.

5. Inquérito Civil nº 06.2018.00000646-4

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Dois Irmãos do Buriti

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Município de Dois Irmãos do Buriti

Assunto: Apurar possíveis contratações irregulares de servidores pelo Município de Dois Irmãos do Buriti/MS.

6. Inquérito Civil nº 06.2018.00002628-2 – SIGILOSO

3ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Sidrolândia

7. Procedimento Preparatório nº 06.2018.00002786-0 – SIGILOSO

Promotoria de Justiça do Idoso da comarca de Dois Irmãos do Buriti

8. Inquérito Civil nº 06.201800002887-0

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Bonito

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar a ocorrência de danos ambientais na propriedade denominada Fazenda América, de propriedade da Agropecuária Rio Formoso.

9. Inquérito Civil nº 06.2018.00000468-8

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Deodápolis

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Ana L. A. de Souza e Dácio Q. do Nascimento

Assunto: Apurar eventual ato de improbidade administrativa praticado, em tese, pela funcionária pública municipal Ana Lúcia de Souza, consistente na acumulação irregular de cargo público e emprego privado, com incompatibilidade de horários.

10. Inquérito Civil nº 06.2018.00001435-3

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Itaporã

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Denise Paco

Assunto: Apurar a situação jurídico-funcional da servidora pública Denise Paco, em face do Convênio nº 047/2017, avençado entre o Governo do Estado Sul-matogrossense e a Municipalidade de Itaporã.

11. Inquérito Civil nº 06.2018.00002897-0 – SIGILOSO

2ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da Comarca de Naviraí

12. Inquérito Civil nº 06.2017.00000404-0

29ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar as condições de uso e manutenção dos ônibus escolares de propriedade do Município de Aral Moreira, bem como apurar a legalidade das contratações de empresas terceirizadas para realizar referido serviço.

13. Inquérito Civil nº 06.2018.00000969-4

1ª Promotoria de Justiça do Consumidor da comarca de Ponta Porã

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Net Link Assinantes Ltda.-ME e outros

Assunto: Apurar supostas práticas abusivas e desleais perpetradas por empresas de publicidade de comunicação “na captação fraudulenta de clientela, no Município de Ponta Porã/MS.

14. Inquérito Civil nº 06.2016.00000897-6

10ª Promotoria de Justiça dos Direitos Constitucionais do Cidadão da comarca de Dourados

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Secretaria Municipal de Saúde de Dourados

Assunto: Averiguar as condições higiênico-sanitárias, físico-estruturais e dos procedimentos operacionais do Centro de Atenção Psicossocial II (CAPS II).

15. Inquérito Civil nº 06.2018.00002465-1

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Bandeirante

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Fazenda Arrependido

Assunto: Apurar possível supressão irregular de vegetação nativa ocorrida em parte da Fazenda Arrependido, Boa Vista, Perdigueira, propriedade de AIRTON MOTTL, situada em Jaraguari/MS.

16. Inquérito Civil nº 06.2017.00001134-1

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Pedro Gomes

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Gustavo Giantomassi Gomes

Assunto: Apurar possível crime ambiental informado por meio do Ofício nº 0214.000583/2016-11 NUCOF/MS/IBAMA, referente ao corte raso de 6,89 hectares de vegetação natural sem a autorização legal na Fazenda Três Barras, de propriedade de Gustavo Giantomassi e outros (evolução do PP nº 018/2016).

7.2.4. RELATOR-CONSELHEIRO JOÃO ALBINO CARDOSO FILHO:

1. Inquérito Civil nº 06.2018.00003413-8

Promotoria de Justiça do Controle Externo da Atividade Policial da comarca de Anastácio

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar os fatos narrados no Pedido de Providências nº 088/2014 MP, no que concerne à Delegacia de Polícia Civil de Anastácio/MS.

2. Inquérito Civil nº 06.2018.00000621-0

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Naviraí

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Fazenda Bom Jesus, áreas 01, 02 e 03.

Assunto: Apurar a regularidade ambiental de propriedade rural.

3. Inquérito Civil nº 06.2019.00000554-7

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Miranda

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar suposto recebimento de diárias pelo legislativo, Emerson Luna Bonfim e do salário integral como servidor.

4. Inquérito Civil nº 06.2018.00001393-2

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Pedro Gomes

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar eventual utilização indevida de maquinários doados no âmbito da segunda fase do Programa de Aceleração do Crescimento PAC2 pelo Município de Pedro Gomes/MS.

5. Inquérito Civil nº 06.2017.00001631-4

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de São Gabriel do Oeste

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: IMASUL/Proprietários das áreas que foram objeto de diagnóstico do Rio Aquidauana na comarca de São

Gabriel do Oeste/MS Assunto: Analisar a regularidade jurídico-ambiental das propriedades localizadas ao longo do Rio Aquidauana, no Município de São Gabriel do Oeste/MS, que foram objeto de diagnóstico ambiental.

6. Inquérito Civil nº 06.2016.00001132-6

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Anastácio

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Ernandes Peixoto de Miranda

Assunto: Apurar eventual acúmulo ilícito de cargos praticados por Ernandes Peixoto de Miranda, que estaria recebendo remuneração simultaneamente como professor da rede estadual e do Município de Anastácio.

7. Procedimento Preparatório nº 06.2019.00001819-7 – SIGILOSO

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Terenos

8. Inquérito Civil nº 06.2019.00001343-6

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Naviraí

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Flávia Medeiros Penachin

Assunto: Apurar o armazenamento irregular de agrotóxicos na propriedade rural denominada Fazenda Jequitibá, localizada no município de Naviraí/MS.

9. Inquérito Civil nº 06.2018.00003456-0

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Aquidauana

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Mauro Resnoto

Assunto: Verificar a ocorrência de queima de material lenhoso proveniente de desmatamento de 230 hectares na Fazenda Campo Formoso, bem como verificar a regularização da reserva do referido.

10. Inquérito Civil nº 06.2017.00001497-1

42ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar a regularidade da área de preservação permanente do Córrego Imbirussu, na Quadra 23, área reservada 3, lote A-10.

11. Inquérito Civil nº 06.2018.00002036-6

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Ponta Porã

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Município de Ponta Porã e Caixa Econômica Federal

Assunto: Apurar a ilegalidade na alienação e locação de casas populares no conjunto habitacional Kamel Saad.

12. Inquérito Civil nº 06.2018.00003166-3

31ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Flávio Esgaib Kayatt

Assunto: Apurar possíveis irregularidades e atos de improbidade administrativa nos procedimentos licitatórios realizados pelo Município de Ponta Porã/MS, nos anos de 2009 a 2012, para a aquisição de materiais gráficos e contratação de prestação de publicidade institucional

7.2.5. RELATOR-CONSELHEIRO FRANCISCO NEVES JÚNIOR:

1. Inquérito Civil nº 06.2019.00000881-1

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Bataguassu

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Oscar de Oliveira Gomes

Assunto: Apurar eventual ocorrência de dano ambiental, referente ao AI n. 20919, consistente na intervenções em uma área de preservação permanente consistente na escavação de 07 (sete) tanques para piscicultura à margem direita do Córrego Sapé, e construção de 01 (uma) barragem feita com sacos de rafia preenchidos com areia, com o objetivo de represar o curso hídrico para captação de água, na propriedade rural denominada Chácara Cantinho dos Sonhos, localizada

nesta cidade e Comarca de Bataguassu/MS pertencente ao Sr. Oscar de Oliveira Gomes, em desacordo com a legislação vigente.

2. Inquérito Civil nº 06.2019.00000323-8

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Bandeirantes

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Bandeirantes

Assunto: Apurar as condições de funcionamento da escola Municipal Leontina Luciana da Silva.

3. Inquérito Civil nº 06.2017.00001302-8 – SIGILOSO

Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Bandeirantes

4. Procedimento Preparatório nº 06.2019.00001782-1

1ª Promotoria de Justiça da Execução Penal da comarca de Cassilândia

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Direção do Estabelecimento Prisional de Cassilândia

Assunto: Apurar o não encaminhamento de aparelhos de telefonia móvel à Autoridade Policial apreendidos no contexto de infrações penais dentro do presídio local, em desacordo com a sistemática do Código de Processo Penal (artigo 6º, incisos II e III e artigo 158).

7.2.6. RELATORA-CONSELHEIRA JACEGUARA DANTAS DA SILVA:

1. Inquérito Civil nº 06.2018.00001634-0

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Bela Vista

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Fazenda São José do Apa, Espólio de Natal Armando Merli, Leandro Godoy Merli

Assunto: Apurar dano ambiental causado no imóvel Fazenda São José do Apa de propriedade do espólio de Natal Armando Merli, às margens do Rio Apa.

2. Recurso em Notícia de Fato nº 01.2019.00008661-9 – SIGILOSO

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Eldorado

3. Procedimento Preparatório nº 06.2019.00000436-0

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Terenos

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar possível dano ambiental consistente no desmatamento de vegetação nativa sem a devida licença ambiental nas propriedades de Fermino Ascêncio da Silva e João Martins.

7.2.7. RELATOR-CONSELHEIRO SILASNEITON GONÇALVES:

1. Inquérito Civil nº 06.2018.00001778-3 – SIGILOSO

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Bela Vista

2. Inquérito Civil nº 06.2017.00000256-4

10ª Promotoria de Justiça dos Direitos Constitucionais do Cidadão da comarca de Dourados

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Dourados

Assunto: Averiguar eventual demora injustificada/não disponibilização de exames básicos de diagnóstico em Oncologia na rede pública de saúde do município de Dourados.

3. Inquérito Civil nº 06.2018.00002993-5

Promotoria de Justiça da comarca de Batayporã

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar eventual prática de ato improprio, tendo em vista o possível desrespeito ao termo administrativo de cessão de uso n. 106/2011 e ao termo de responsabilidade de terceiros n. 127/2010, no âmbito do Município de Batayporã, haja vista que os equipamentos cedidos a Secretaria Municipal tiveram, a priori, destinação diversa da estabelecida

4. Inquérito Civil nº 06.2018.00001944-8

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Itaquiraí

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Agropecuária Provanil Ltda

Assunto: Apurar a situação jurídico ambiental da Fazenda Caburé-y-parte IV, que margeia o Rio Amambai, localizado neste município, como também a adoção de medidas necessárias à regularização do referido imóvel de acordo com as normas ambientais vigentes.

5. Inquérito Civil nº 06.2018.00001687-3

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Pedro Gomes

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Câmara Municipal de Pedro Gomes

Assunto: Apurar o gasto a título de diárias em favor dos parlamentares municipais de Pedro Gomes, gestão 2017-2020, e eventuais atos de improbidade administrativa daí decorrentes.

6. Procedimento Preparatório nº 06.2019.00000255-0

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Dois Irmãos do Buriti

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apuração de possível assédio moral e desvio de função do servidor municipal Valdir de Lima Amorim, no Município de Dois Irmãos do Buriti.

7. Inquérito Civil nº 06.2018.00003016-4

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Angélica

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Câmara Municipal de Angélica/MS

Assunto: Apurar eventual ato de improbidade administrativa, consistente em enriquecimento ilícito de servidor público que percebe remuneração dos cofres públicos sem a devida contraprestação.

8. Inquérito Civil nº 06.2017.00001494-9

42ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Orley Torres de Rezende e Maria Helena Bolzan de Rezende

Assunto: Apurar a regularidade da área de preservação permanente do Córrego Imbirussu na Quadra 23, área reservada 3, Lote A-7.

9. Procedimento Preparatório nº 06.2020.00000096-3

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Chapadão do Sul

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Thiago Carmo de Almeida e Município de Paraíso das Águas

Assunto: Apurar eventual cessão irregular de servidor público do município de Paraíso das Águas ao Estado de Mato Grosso do Sul.

10. Inquérito Civil nº 06.2018.00000982-8

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente comarca de Paranaíba

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Construtora Aliança Yasbek Ltda e Ademar Paulino da Silva

Assunto: Apurar eventual dano ambiental no Sítio Vitória Régia, no município de Paranaíba.

7.2.8. RELATOR-CONSELHEIRO ALEXANDRE LIMA RASLAN:**1. Inquérito Civil nº 06.2017.00001183-0**

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Sidrolândia

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Corpal Sidrolândia SPE Ltda.

Assunto: Apurar dano ambiental constatado no auto de infração IMASUL n. 16198 e Laudo de Constatação n. 2958 da Polícia Militar Ambiental/CPE.

2. Inquérito Civil nº 06.2018.00002018-8

3ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Sidrolândia

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Câmara Municipal de Sidrolândia

Assunto: Apurar denúncia de improbidade administrativa, conforme manifestação da Ouvidora MP/MS nº 11.2018.00001658-3.

3. Inquérito Civil nº 06.2018.00003482-7

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Bandeirantes

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar possível superfaturamento na licitação entabulada entre a empresa Candido Tonet-ME (Posto Carretão) e o Município de Jaraguari, bem como seus reflexos na seara da improbidade administrativa.

4. Inquérito Civil nº 06.2019.00001547-8 – SIGILOS

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Nova Alvorada do Sul

5. Recurso em Procedimento Administrativo nº 09.2019.00001300-3

1ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Ribas do Rio Pardo

Requerente: João Alfredo Danieze

Requerido: Município de Ribas do Rio Pardo

Assunto: Fiscalizar eventual descumprimento do calendário escolar e ano letivo de 2018 pelo Município de Ribas do Rio Pardo.

6. Recurso em Notícia de Fato nº 01.2020.00000061-9 – SIGILOS

31ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social de Campo Grande

7. Inquérito Civil nº 06.2018.00001431-0

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Coxim

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Coxim

Assunto: Recomendar regulamentação do uso de veículos oficiais alocados no Município de Coxim, ante a ausência de controle quanto à circulação e abastecimento destes conforme apurado no relatório nº 391/09 SES.

8. Inquérito Civil nº 06.2019.00000539-1

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Ribas do Rio Pardo

Requerente: Jacson Sales de Souza

Requerido: Fundação de Apoio à Pesquisa, ao Ensino e à Cultura de Mato Grosso do Sul - FAPEC, Município de Ribas do Rio Pardo

Assunto: Apurar ilegalidades atinentes a prova prática e prova de títulos do concurso público realizado pela FAPEC para provimento efetivo do cargo de motorista do Município de Ribas do Rio Pardo no ano de 2019.

9. Inquérito Civil nº 06.2018.00002751-5

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Pedro Gomes

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Pedro Gomes e Secretaria Municipal de Saúde

Assunto: Apurar o cometimento de eventuais irregularidades nas licitações e contratos celebrados pela Secretaria Municipal de Saúde para a aquisição de medicamentos pelo Fundo Municipal de Saúde.

10. Inquérito Civil nº 06.2018.00000261-3

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Bonito

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Cleyton Biagi de Oliveira

Assunto: Apurar eventual supressão de espécies vegetais nativas, sem licença ambiental, no Rancho Nipo Brasileiro, localizado em Bonito/MS.

Advogados: Luís Guilherme Flores de Figueiredo – OAB/MS nº 22.182 e Thais Cristine da Costa – OAB/MS nº 22.191.

11. Inquérito Civil nº 06.2018.00003271-8 – SIGILOSO

43ª Promotoria de Justiça do Consumidor da comarca de Campo Grande

12. Inquérito Civil nº 06.2018.00001583-0

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Bela Vista

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Rancho Campestre, João Aires Martins Brunel

Assunto: Apurar dano ambiental causado no imóvel Rancho Campestre, às margens do Rio Apa.

13. Inquérito Civil nº 06.2018.00002083-3

2ª Promotoria de Justiça dos Direitos Constitucionais do Cidadão da comarca de São Gabriel do Oeste

Requerente: Ministério Público Estadual, Conselho Regional de Medicina de Mato Grosso do Sul - CRM/MS

Requerido: Município de São Gabriel do Oeste

Assunto: Apurar a existência de irregularidades de infraestrutura e aparelhamento médico junto ao CAPS – I de São Gabriel do Oeste/MS.

14. Procedimento Preparatório nº 06.2019.00001458-0

3ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Sidrolândia

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Estado de Mato Grosso do Sul, Município de Sidrolândia – MS

Assunto: Averiguar as condições do prédio onde funciona a Escola Estadual Paulo Eduardo de Souza Firmino (Extensão da Jiboia) e a Casa da Saúde, ante a notícia de que sua estrutura se encontra em condições precárias.

15. Inquérito Civil nº 06.2017.00000529-4

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Anastácio

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar, em tese, a ocorrência de desmate irregular de 17,46 hectares na Fazenda São Manoel, no Município de Anastácio (MS).

16. Inquérito Civil nº 06.2018.00003154-1

2ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Ivinhema

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Ivinhema/MS, Pelaquim e Cia Ltda - EPP

Assunto: Apurar eventuais irregularidades nos contratos firmados entre o Município de Ivinhema e a empresa Pelaquim & Cia Ltda - EPP (Agrovale), fatos inicialmente apurados nos autos físicos do Inquérito Civil n. 24/2014.

17. Inquérito Civil nº 06.2019.00000017-4

2ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Jardim

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Jardim

Assunto: Apurar eventuais irregularidades na adoção de medidas visando à adequação dos gastos, em prejuízo da continuidade de serviços essenciais para a população do Município de Jardim.

18. Inquérito Civil nº 06.2018.00003388-3

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Amambai

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Prefeitura Municipal de Amambai

Assunto: Apurar a regularidade jurídico-ambiental da Escola Agrotécnica Lino do Amaral Cardinal (IC 03/2012).

19. Inquérito Civil nº 06.2018.00002713-7

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Coxim

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Nivaldo Spengler

Assunto: Apurar possível dano ambiental decorrente do desmatamento de 3,69ha, ocorrido na Fazenda Jaraguazinho 3, de Nivaldo Spengler, conforme Parecer n. 636/17 do NUGEO.

20. Procedimento Preparatório nº 06.2019.00001246-0

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Terenos

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar possível irregularidade no Conselho Municipal de Saúde de Terenos/MS.

21. Inquérito Civil nº 06.2019.00000568-0

16ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Dourados

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: S. H. Informática Ltda., Murilo Zauith

Assunto: Apurar eventuais irregularidades nas licitações e execução de contratos firmados entre o Município de Dourados e a empresa S.H Informática Ltda.

22. Inquérito Civil nº 06.2018.00002885-8

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Bonito

Requerente: Ministério Público Estadual e Superintendência do IBAMA no Estado do Mato Grosso do Sul

Requerido: Waltezer Scherer

Assunto: Apurar a ocorrência de danos ambientais na propriedade denominada Fazenda América, de propriedade do Sr. Waltezer Scherer, autuados por meio do AI (IBAMA) nº 9141138.

23. Inquérito Civil nº 06.2017.00001513-7

42ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Maria Socorro da Silva

Assunto: Apurar eventual ocorrência de dano ambiental em Área de Preservação Permanente e providências com objetivo de isolar a APP na Quadra 23, Lote A-22, A-23, 24C e 24D, do Loteamento Jardim Itália, bairro Popular, em Campo Grande-MS.

24. Inquérito Civil nº 06.2019.00000866-6 – SIGILOSO

67ª Promotoria de Justiça dos Direitos Humanos da comarca de Campo Grande

25. Inquérito Civil nº 06.2018.00002666-0

1ª Promotoria de Justiça do Consumidor da comarca de Ponta Porã

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Investigar possível cartelização nos postos de combustíveis localizados em Ponta Porã.

ESCOLA SUPERIOR**REPUBLICAÇÃO POR INCORREÇÃO.****EXTRATO DE ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA – ESMP-MS**

Processo Administrativo nº 03/2018-ESMP-MS – Prorrogação automática.

Partes: 1 - Escola Superior do Ministério Público de Mato Grosso do Sul.

2 - Secretaria de Estado de Saúde, por meio da Escola de Saúde Pública Dr. Jorge David Nasser.

Objeto: Promover a cooperação técnica entre o Governo do Estado de Mato Grosso do Sul, por intermédio da Secretaria de Estado de Saúde, por meio da Escola de Saúde Pública Dr. Jorge David Nasser, e a Escola Superior do Ministério Público de Mato Grosso do Sul, de modo a consolidar linhas de pesquisa, publicações e eventos educacionais conjuntos de interesse mútuo.

Amparo Legal: Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994; Resolução nº 015/2017-PGJ, de 5 de julho de 2017.

Cláusula Quinta do Acordo de Cooperação acima mencionado, de modo que fica automaticamente prorrogado pelo mesmo período, 24 (vinte e quatro) meses.

Vigência atual: 10.04.2020 a 10.04.2022.

Data da assinatura: 10 de abril de 2018.

SECRETARIA DE FINANÇAS

PORTARIA Nº 1247/2020-PGJ, DE 15.4.2020.

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E:

Tornar pública, conforme o Anexo desta Portaria, a relação das diárias pagas no período de 1º a 31.3.2020.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

DIÁRIAS PAGAS AOS SERVIDORES E MEMBROS DO MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL NO MÊS DE MARÇO/2020

Amparo legal: Resoluções nº 009/2012-PGJ, de 4 de abril de 2012, e nº 003/2011-PGJ, de 21 de março de 2011.

Processo	Nome	Cargo	Período	Trecho	Transporte	Motivo	Valor da Passagem	Nº diárias	Valor total diárias
770	Allan Carlos Cobacho do Prado	Promotor de Justiça	7.2.2020	Jardim / Campo Grande/ Jardim	Veículo oficial	Participar da Palestra Magna "Pacote Anticrime"	R\$ 0,00	0,5	R\$ 266,71
770	Amilcar Araujo Carneiro Junior	Promotor de Justiça	7.2.2020	Dourados / Campo Grande/ Dourados	Veículo particular	Participar da Palestra Magna "Pacote Anticrime"	R\$ 0,00	0,5	R\$ 505,34
770	Ana Carolina Lopes de Mendonça Castro	Promotora de Justiça	7.2.2020	Cassilândia / Campo Grande/ Cassilândia	Veículo particular	Participar da Palestra Magna "Pacote Anticrime"	R\$ 0,00	0,5	R\$ 480,07
770	Andréa de Souza Resende	Promotora de Justiça	7.2.2020	Ponta Porã / Campo Grande/ Ponta Porã	Veículo particular	Participar da Palestra Magna "Pacote Anticrime"	R\$ 0,00	0,5	R\$ 480,07
770	Bianka Machado Arruda Mendes	Promotora de Justiça	7.2.2020	Batayporã / Campo Grande/ Batayporã	Veículo particular	Participar da Palestra Magna "Pacote Anticrime"	R\$ 0,00	0,5	R\$ 456,07
770	Claudia Loureiro Ocariz Almirão	Promotora de Justiça	7.2.2020	Dourados / Campo Grande/ Dourados	Veículo particular	Participar da Palestra Magna "Pacote Anticrime"	R\$ 0,00	0,5	R\$ 505,34
770	Douglas Silva Teixeira	Promotor de Justiça	7.2.2020	Camapuã / Campo Grande/ Camapuã	Veículo particular	Participar da Palestra Magna "Pacote Anticrime"	R\$ 0,00	0,5	R\$ 480,07
770	Eduardo Fonticilha De Rose	Promotor de Justiça	7.2.2020	Dourados / Campo Grande/ Dourados	Veículo particular	Participar da Palestra Magna "Pacote Anticrime"	R\$ 0,00	0,5	R\$ 505,34
770	Elcio Felix D'Angelo	Promotor de Justiça	7.2.2020	Dourados / Campo Grande/ Dourados	Veículo particular	Participar da Palestra Magna "Pacote Anticrime"	R\$ 0,00	0,5	R\$ 505,34
770	Fabio Adalberto Cardoso de Moraes	Promotor de Justiça	7.2.2020	Corumbá / Campo Grande/ Corumbá	Veículo particular	Participar da Palestra Magna "Pacote Anticrime"	R\$ 0,00	0,5	R\$ 505,34
770	Felipe Almeida Marques	Promotor de Justiça	7.2.2020	Água Clara / Campo Grande/ Água Clara	Veículo particular	Participar da Palestra Magna "Pacote Anticrime"	R\$ 0,00	0,5	R\$ 456,07
770	Fernanda Rottili Dias	Promotora de Justiça	7.2.2020	Caarapó / Campo Grande/ Caarapó	Veículo particular	Participar da Palestra Magna "Pacote Anticrime"	R\$ 0,00	0,5	R\$ 480,07
770	Fernando Jamusse	Promotor de Justiça	7.2.2020	Dourados / Campo Grande/ Dourados	Veículo particular	Participar da Palestra Magna "Pacote Anticrime"	R\$ 0,00	0,5	R\$ 505,34
770	George Zarour Cezar	Promotor de Justiça	7.2.2020	Ribas do Rio Pardo / Campo Grande/ Ribas do Rio Pardo	Veículo particular	Participar da Palestra Magna "Pacote Anticrime"	R\$ 0,00	0,5	R\$ 426,73
770	Gisleine Dal Bó	Promotora de Justiça	7.2.2020	Ponta Porã / Campo Grande/ Ponta Porã	Veículo particular	Participar da Palestra Magna "Pacote Anticrime"	R\$ 0,00	0,5	R\$ 480,07
770	João Linhares Júnior	Promotor de Justiça	7.2.2020	Dourados / Campo Grande/ Dourados	Veículo particular	Participar da Palestra Magna "Pacote Anticrime"	R\$ 0,00	0,5	R\$ 505,34
770	João Meneghini Girelli	Promotor de Justiça	7.2.2020	Anastácio / Campo Grande/ Anastácio	Veículo particular	Participar da Palestra Magna "Pacote Anticrime"	R\$ 0,00	0,5	R\$ 480,07
770	Jorge Ferreira Neto Júnior	Promotor de Justiça	7.2.2020	Rio Brilhante / Campo Grande/ Rio Brilhante	Veículo particular	Participar da Palestra Magna "Pacote Anticrime"	R\$ 0,00	0,5	R\$ 480,07
770	Jui Bueno Nogueira	Promotor de Justiça	7.2.2020	Três Lagoas / Campo Grande/ Três Lagoas	Veículo particular	Participar da Palestra Magna "Pacote Anticrime"	R\$ 0,00	0,5	R\$ 505,34
770	Juliana Nonato	Promotora de Justiça	7.2.2020	Paranaíba / Campo Grande/ Paranaíba	Veículo oficial	Participar da Palestra Magna "Pacote Anticrime"	R\$ 0,00	0,5	R\$ 266,71
770	Juliana Pellegrino Vieira	Promotora de Justiça	7.2.2020	Miranda / Campo Grande/ Miranda	Veículo particular	Participar da Palestra Magna "Pacote Anticrime"	R\$ 0,00	0,5	R\$ 456,07
770	Juliano Albuquerque	Promotor de Justiça	7.2.2020	Dourados / Campo Grande/ Dourados	Veículo particular	Participar da Palestra Magna "Pacote Anticrime"	R\$ 0,00	0,5	R\$ 505,34
770	Karina Ribeiro dos Santos Vedoatto	Promotora de Justiça	7.2.2020	Mundo Novo / Campo Grande/ Mundo Novo	Veículo particular	Participar da Palestra Magna "Pacote Anticrime"	R\$ 0,00	0,5	R\$ 480,07
770	Lia Paim Lima	Promotora de Justiça	7.2.2020	Jardim / Campo Grande/ Jardim	Veículo particular	Participar da Palestra Magna "Pacote Anticrime"	R\$ 0,00	0,5	R\$ 480,07
770	Lindomar Tiago Rodrigues	Promotor de Justiça	7.2.2020	Camapuã / Campo Grande/ Camapuã	Veículo particular	Participar da Palestra Magna "Pacote Anticrime"	R\$ 0,00	0,5	R\$ 480,07
770	Luiz Eduardo de Souza Sant'Anna Pinheiro	Promotor de Justiça	7.2.2020	Dourados / Campo Grande/ Dourados	Veículo particular	Participar da Palestra Magna "Pacote Anticrime"	R\$ 0,00	0,5	R\$ 505,34
770	Luiz Gustavo Camacho Terçarol	Promotor de Justiça	7.2.2020	Dourados / Campo Grande/ Dourados	Veículo oficial	Participar da Palestra Magna "Pacote Anticrime"	R\$ 0,00	0,5	R\$ 393,04
770	Marcos André Sant'Ana Cardoso	Promotor de Justiça	7.2.2020	Coxim / Campo Grande/ Coxim	Veículo particular	Participar da Palestra Magna "Pacote Anticrime"	R\$ 0,00	0,5	R\$ 480,07
770	Marcos Martins de Brito	Promotor de Justiça	7.2.2020	Corumbá / Campo Grande/ Corumbá	Veículo particular	Participar da Palestra Magna "Pacote Anticrime"	R\$ 0,00	0,5	R\$ 505,34
770	Mariana Sleiman Gomes	Promotora de Justiça	7.2.2020	Nioaque / Campo Grande/ Nioaque	Veículo particular	Participar da Palestra Magna "Pacote Anticrime"	R\$ 0,00	0,5	R\$ 456,07
770	Matheus Carim Buckner	Promotor de Justiça	7.2.2020	Rio Verde de Mato Grosso / Campo Grande/ Rio Verde de Mato Grosso	Veículo particular	Participar da Palestra Magna "Pacote Anticrime"	R\$ 0,00	0,5	R\$ 480,07
770	Maurício Mecelis Cabral	Promotor de Justiça	7.2.2020	Nova Alvorada do Sul / Campo Grande/ Nova Alvorada do Sul	Veículo particular	Participar da Palestra Magna "Pacote Anticrime"	R\$ 0,00	0,5	R\$ 426,73
770	Moisés Casarotto	Promotor de Justiça	7.2.2020	Três Lagoas / Campo Grande/ Três Lagoas	Veículo particular	Participar da Palestra Magna "Pacote Anticrime"	R\$ 0,00	0,5	R\$ 505,34
770	Patrícia Almirão Padovan	Promotora de Justiça	7.2.2020	Bataguassu / Campo Grande/ Bataguassu	Veículo particular	Participar da Palestra Magna "Pacote Anticrime"	R\$ 0,00	0,5	R\$ 480,07

770	Paulo Henrique Mendonça de Freitas	Promotor de Justiça	7.2.2020	Bandeirantes / Campo Grande/ Bandeirantes	Veículo particular	Participar da Palestra Magna "Pacote Anticrime"	R\$ 0,00	0,5	R\$ 354,72
770	Pedro de Oliveira Magalhães	Promotor de Justiça	7.2.2020	Cassilândia / Campo Grande/ Cassilândia	Veículo particular	Participar da Palestra Magna "Pacote Anticrime"	R\$ 0,00	0,5	R\$ 480,07
770	Radamés de Almeida Domingos	Promotor de Justiça	7.2.2020	Itaporã / Campo Grande/ Itaporã	Veículo oficial	Participar da Palestra Magna "Pacote Anticrime"	R\$ 0,00	0,5	R\$ 373,39
770	Ricardo Rotunno	Promotor de Justiça	7.2.2020	Dourados / Campo Grande/ Dourados	Veículo particular	Participar da Palestra Magna "Pacote Anticrime"	R\$ 0,00	0,5	R\$ 505,34
770	Simone Almada Goes	Promotora de Justiça	7.2.2020	Maracaju / Campo Grande/ Maracaju	Veículo particular	Participar da Palestra Magna "Pacote Anticrime"	R\$ 0,00	0,5	R\$ 480,07
770	Talita Zoccolaro Papa Muritiba	Promotora de Justiça	7.2.2020	Miranda / Campo Grande/ Miranda	Veículo particular	Participar da Palestra Magna "Pacote Anticrime"	R\$ 0,00	0,5	R\$ 480,07
770	Victor Leonardo de Miranda Taveira	Promotor de Justiça	7.2.2020	Coxim / Campo Grande/ Coxim	Veículo particular	Participar da Palestra Magna "Pacote Anticrime"	R\$ 0,00	0,5	R\$ 480,07
812	Jean Claud Borges Maciel Pinheiro	Analista / Arquiteto e Urbanista	27.2.2020	Campo Grande / Rio Negro e Jaraguari/ Campo Grande	Veículo oficial	Realizar vistorias técnicas requeridas nas Solicitações de Apoio Técnico SAJ/MP n's 09.2018.00001612-9 e 09.2018.00002149-8	R\$ 0,00	0,5	R\$ 204,88
812	Gina de Rezende Matias	Analista / Arquiteta e Urbanista	27.2.2020	Campo Grande / Rio Negro e Jaraguari/ Campo Grande	Veículo oficial	Realizar vistorias técnicas requeridas nas Solicitações de Apoio Técnico SAJ/MP n's 09.2018.00001612-9 e 09.2018.00002149-8	R\$ 0,00	0,5	R\$ 204,88
812	Rodrigo Brandão Alves Pereira	Auxiliar / Motorista	27.2.2020	Campo Grande / Rio Negro e Jaraguari/ Campo Grande	Veículo oficial	Conduzir os servidores Jean Claud Borges Maciel Pinheiro e Gina de Rezende Matias para realizarem vistorias técnicas requeridas nas Solicitações de Apoio Técnico SAJ/MP n's 09.2018.00001612-9 e 09.2018.00002149-8	R\$ 0,00	0,5	R\$ 163,90
817	Allan Carlos Cobacho do Prado	Promotor de Justiça	6.2.2020	Jardim / Maracaju/ Jardim	Veículo oficial	Participar de audiências	R\$ 0,00	0,5	R\$ 266,71
818	Antonio Siufi Neto	Corregedor-Geral Substituto do MPMS e Coordenador do CAO das PJs do Patrimônio Público e Social, das Fundações e Eleitorais	17.2.2020	Campo Grande / Nova Alvorada do Sul/ Campo Grande	Veículo oficial	Participar da solenidade de inauguração do novo edifício-sede da Promotoria de Justiça	R\$ 0,00	0,5	R\$ 413,73
819	Marcos Antonio Martins Sottoriva	Corregedor-Geral do Ministério Público	17.2.2020	Campo Grande / Nova Alvorada do Sul/ Campo Grande	Veículo oficial	Participar da solenidade de inauguração do novo edifício-sede da Promotoria de Justiça	R\$ 0,00	0,5	R\$ 413,73
855	Megaron Molossi	Analista / Arquiteto	17.2.2020	Campo Grande / Nova Alvorada do Sul/ Campo Grande	Veículo oficial	Acompanhar a inauguração do prédio das Promotorias de Justiça	R\$ 0,00	0,5	R\$ 204,88
855	Luiz Henrique Garcia Granja	Assessor Técnico em Redes	17.2.2020	Campo Grande / Nova Alvorada do Sul/ Campo Grande	Veículo oficial	Realizar operação assistida do novo edifício-sede da Promotoria de Justiça	R\$ 0,00	0,5	R\$ 163,90
855	Wiliam Fonseca Cavalheiro Alves	Auxiliar / Motorista	17.2.2020	Campo Grande / Nova Alvorada do Sul/ Campo Grande	Veículo oficial	Conduzir os servidores Megaron Molossi, Luiz Henrique Garcia Granja e Ana Paula Leite da Silva para participarem da inauguração do prédio das Promotorias de Justiça	R\$ 0,00	0,5	R\$ 163,90
855	Ana Paula Leite da Silva	Chefe da Divisão de Publicações	17.2.2020	Campo Grande / Nova Alvorada do Sul/ Campo Grande	Veículo oficial	Acompanhar o Procurador-Geral de Justiça e participar do evento de inauguração do prédio das Promotorias de Justiça para a realização de matéria jornalística	R\$ 0,00	0,5	R\$ 204,88
856	Ewerton Cardoso da Silva	Auxiliar / Motorista	17.2.2020	Campo Grande / Nova Alvorada do Sul/ Campo Grande	Veículo oficial	Levar os equipamentos e materiais de apoio da Assessoria de Cerimonial para atender o evento de inauguração do novo edifício-sede das Promotorias de Justiça	R\$ 0,00	0,5	R\$ 163,90
857	Mohamed Santos Ibrahim	Auxiliar / Motorista	17 a 21.2.2020	Campo Grande / Rio Verde de Mato Grosso/ Campo Grande	Veículo oficial	Conduzir os funcionários terceirizados Vândir Ribeiro Muzili, Adailton José de Araújo, Adelar de Campos Brizola e Carlos Reginaldo de S. Albuquerque para realizarem serviços de manutenção nos prédios das Promotorias de Justiça	R\$ 0,00	4,5	R\$ 1.475,10
858	Manoel Rodrigues dos Santos Neto	Auxiliar / Motorista	18.2.2020	Campo Grande / Anastácio/ Campo Grande	Veículo oficial	Levar materiais e ferramentas para manutenção no prédio das Promotorias de Justiça	R\$ 0,00	0,5	R\$ 163,90
859	Mauro da Cunha Duarte	Auxiliar / Motorista	20 e 21.2.2020	Campo Grande / Maracaju e Fátima do Sul/ Campo Grande	Veículo oficial	Conduzir o servidor Marco Antônio Nascimento de Azevedo para realizar a fiscalização dos serviços executados referentes às obras de reformas nos edifícios-sede das Promotorias de Justiça	R\$ 0,00	1,5	R\$ 491,70
859	Marcos Antônio Nascimento de Azevedo	Analista / Engenheiro Civil	20 e 21.2.2020	Campo Grande / Maracaju e Fátima do Sul/ Campo Grande	Veículo oficial	Realizar a fiscalização dos serviços executados referentes às obras de reformas nos edifícios-sede das Promotorias de Justiça	R\$ 0,00	1,5	R\$ 614,63
861	Vitor Avila Barsotti	Analista / Geólogo	2 a 4.3.2020	Campo Grande / Camapuã e Figueirão/ Campo Grande	Veículo oficial	Realizar vistorias técnicas requeridas nas Solicitações de Apoio Técnico SAJMP-DAEX n's 09.2019.00004163-2 e 09.2019.00003991-5	R\$ 0,00	2,5	R\$ 1.024,38
861	Luís Henrique Zaidan Blecha	Analista / Engenheiro Agrônomo	2 a 4.3.2020	Campo Grande / Camapuã e Figueirão/ Campo Grande	Veículo oficial	Realizar vistorias técnicas requeridas nas Solicitações de Apoio Técnico SAJMP-DAEX n's 09.2019.00004163-2 e 09.2019.00003991-5	R\$ 0,00	2,5	R\$ 1.024,38
861	Wagner Antonio Figueroa Turini	Auxiliar / Motorista	2 a 4.3.2020	Campo Grande / Camapuã e Figueirão/ Campo Grande	Veículo oficial	Conduzir os servidores Vitor Avila Barsotti e Luís Henrique Zaidan Blecha para realizarem vistorias técnicas requeridas nas Solicitações de Apoio Técnico SAJMP-DAEX n's 09.2019.00004163-2 e 09.2019.00003991-5	R\$ 0,00	2,5	R\$ 819,50
863	Aline de Souza Finamor	Assessora Jurídica	19 e 20.1.2020	Dourados / Campo Grande/ Dourados	Ressarcimento referente a passagem rodoviária	Participar de reunião de trabalho	R\$ 122,72	1	R\$ 327,80
869	Bianka Karina Barros da Costa	Promotora de Justiça e Secretária-Geral do MPMS	10 a 13.3.2020	Campo Grande / Brasília/DF/ Campo Grande	Avião	Participar de reunião de trabalho	R\$ 1.494,38	3,5	R\$ 3.537,35
870	Paulo da Graça Riquelme de Macedo Junior	Promotor de Justiça	6.2.2020	Naviraí / Itaquiraí/ Naviraí	Veículo particular	Manifestar-se em processos e procedimentos e realizar atendimento ao público	R\$ 0,00	0,5	R\$ 373,39
871	Luiz Gustavo Camacho Terçarior	Promotor de Justiça	14.2.2020	Dourados / Campo Grande/ Dourados	Veículo particular	Participar do lançamento do projeto "Família para Todos"	R\$ 0,00	0,5	R\$ 505,34

879	Ewerton Cardoso da Silva	Auxiliar / Motorista	19.2.2020	Campo Grande / Ponta Porã/ Campo Grande	Veículo oficial	Levar o veículo oficial que estava em revisão de garantia em concessionária credenciada em Campo Grande, e buscar veículo oficial que se encontrava na Promotoria de Justiça de Ponta Porã	R\$ 0,00	0,5	R\$ 163,90
880	Joel Gonçalves Coelho	Auxiliar / Motorista	11.2.2020	Coxim / Alcínópolis/ Coxim	Veículo oficial	Conduzir a Promotora de Justiça Daniella Costa da Silva	R\$ 0,00	0,3	R\$ 98,34
881	Rosimara Bandeira Vasques de Almeida	Técnico II e Coordenadora de Cerimonial	10 a 13.3.2020	Campo Grande / Brasília/DF/ Campo Grande	Avião	Participar de reunião de trabalho	R\$ 1.494,38	3,3	R\$ 2.704,35
881	Nathalia Santa Catharina Poester	Chefe do Departamento de Apoio Jurídico ao PGJ	10 a 13.3.2020	Campo Grande / Brasília/DF/ Campo Grande	Avião	Participar de reunião de trabalho	R\$ 1.494,38	3,3	R\$ 2.704,35
881	Ana Paula Leite da Silva	Chefe da Divisão de Publicações	10 a 13.3.2020	Campo Grande / Brasília/DF/ Campo Grande	Avião	Participar de reunião de trabalho	R\$ 1.494,38	3,3	R\$ 2.704,35
881	Beatriz Almeida Ribeiro	Chefe do Departamento de Serviços da Secretaria-Geral	10 a 13.3.2020	Campo Grande / Brasília/DF/ Campo Grande	Avião	Participar de reunião de trabalho	R\$ 1.494,38	3,3	R\$ 2.704,35
881	Marina Borges Soares	Assessora de Procurador	10 a 13.3.2020	Campo Grande / Brasília/DF/ Campo Grande	Avião	Participar de reunião de trabalho	R\$ 1.494,38	3,3	R\$ 2.704,35
881	Cristhiane Bergmaier	Assessora de Procurador	10 a 13.3.2020	Campo Grande / Brasília/DF/ Campo Grande	Avião	Participar de reunião de trabalho	R\$ 1.494,38	3,3	R\$ 2.704,35
882	Lilian Cristina Marques Dias	Analista / Assistente Social	13.2.2020	Três Lagoas / Selvíria/ Três Lagoas	Veículo oficial	Cumprir ordem de serviço	R\$ 0,00	0,3	R\$ 122,93
882	Marcos da Silva Flores	Auxiliar / Motorista	13.2.2020	Três Lagoas / Selvíria/ Três Lagoas	Veículo oficial	Conduzir a servidora Lilian Cristina Marques Dias para cumprir ordem de serviço e entregar ofícios e inquéritos policiais	R\$ 0,00	0,3	R\$ 98,34
884	Jonathan Bruno dos Santos Silva	Técnico I	18 e 19.2.2020	Dourados / Caarapó/ Dourados	Ressarcimento referente a passagem rodoviária	Prestar serviços na Promotoria de Justiça	R\$ 27,26	1,3	R\$ 426,14
884	Jonathan Bruno dos Santos Silva	Técnico I	21.2.2020	Dourados / Caarapó/ Dourados	Ressarcimento referente a passagem rodoviária	Prestar serviços na Promotoria de Justiça	R\$ 27,26	0,5	R\$ 163,90
884	Jonathan Bruno dos Santos Silva	Técnico I	28.2.2020	Dourados / Caarapó/ Dourados	Ressarcimento referente a passagem rodoviária	Prestar serviços na Promotoria de Justiça	R\$ 27,26	0,5	R\$ 163,90
885	Vagner André Parizotto	Auxiliar / Motorista	12.2.2020	Ponta Porã / Antônio João/ Ponta Porã	Veículo oficial	Cumprir diligências e entregar ofícios e inquéritos policiais	R\$ 0,00	0,3	R\$ 98,34
886	Anderson Teodoro	Analista / Engenheiro Ambiental	2 a 4.3.2020	Campo Grande / Coxim/ Campo Grande	Veículo oficial	Realizar vistorias técnicas requeridas nas Solicitações de Apoio Técnico SAJMP-DAEX n°s 09.2019.00002528-7 e 09.2019.00002531-0	R\$ 0,00	2,5	R\$ 1.024,38
886	Poliana Carolina Marquesini	Analista / Engenheira Florestal	2 a 4.3.2020	Campo Grande / Coxim/ Campo Grande	Veículo oficial	Realizar vistorias técnicas requeridas nas Solicitações de Apoio Técnico SAJMP-DAEX n°s 09.2019.00002528-7 e 09.2019.00002531-0	R\$ 0,00	2,5	R\$ 1.024,38
886	Rodrigo Brandão Alves Pereira	Auxiliar / Motorista	2 a 4.3.2020	Campo Grande / Coxim/ Campo Grande	Veículo oficial	Conduzir os servidores Anderson Teodoro e Poliana Carolina Marquesini para realizarem vistorias técnicas requeridas nas Solicitações de Apoio Técnico SAJMP-DAEX n°s 09.2019.00002528-7 e 09.2019.00002531-0	R\$ 0,00	2,5	R\$ 819,50
887	José Ricardo Barbosa Mendes	Auxiliar / Motorista	2 a 6.3.2020	Campo Grande / Sonora e Coxim/ Campo Grande	Veículo oficial	Conduzir os funcionários terceirizados Adailton José de Araújo, Emerson Alves Gomes, Roberli Correa Pires e Vadir Ribeiro Muzili para realizarem serviços de manutenção nos prédios das Promotorias de Justiça	R\$ 0,00	4,5	R\$ 1.475,10
888	Jose Carlos Pires Gonçalves Segundo	Auxiliar / Segurança	27 a 29.2.2020	Campo Grande / Ponta Porã e Deodápolis/ Campo Grande	Veículo oficial	Acompanhar a cerimônia de inauguração da reforma da recepção da Promotoria de Justiça de Ponta Porã, bem como realizar visita in loco no imóvel que será eventualmente alugado para atender as necessidades das Promotorias de Justiça da comarca de Deodápolis	R\$ 0,00	2,5	R\$ 819,50
888	Renata Caroline Pereira de Macedo	Assessora Jurídica	27 a 29.2.2020	Campo Grande / Ponta Porã/ Campo Grande	Veículo oficial	Participar de reunião de trabalho juntamente com a Secretária-Geral para tratar de assuntos referentes à segurança institucional, bem como participar da cerimônia de inauguração da reforma da recepção da Promotoria de Justiça	R\$ 0,00	2,3	R\$ 753,94
888	Renato Boggi Rodrigues	Chefe do Departamento de Engenharia	27 a 29.2.2020	Campo Grande / Ponta Porã e Deodápolis/ Campo Grande	Veículo oficial	Acompanhar a cerimônia de inauguração da reforma da recepção da Promotoria de Justiça de Ponta Porã, bem como realizar visita in loco no imóvel que será eventualmente alugado para atender as necessidades das Promotorias de Justiça da comarca de Deodápolis	R\$ 0,00	2,5	R\$ 1.024,38
888	Joélcio da Costa Guimarães	Auxiliar / Motorista	27 a 29.2.2020	Campo Grande / Ponta Porã e Deodápolis/ Campo Grande	Veículo oficial	Conduzir os servidores Jose Carlos Pires Gonçalves Segundo, Renata Caroline Pereira de Macedo e Renato Boggi Rodrigues para acompanharem a cerimônia de inauguração da reforma da recepção da Promotoria de Justiça de Ponta Porã, bem como conduzir os servidores Jose Carlos Pires Gonçalves Segundo e Renato Boggi Rodrigues para realizarem visita in loco no imóvel que será eventualmente alugado para atender as necessidades das Promotorias de Justiça da comarca de Deodápolis	R\$ 0,00	2,5	R\$ 819,50
889	Marcos Antonio Larrea Barcelos	Auxiliar / Motorista	2 a 5.3.2020	Campo Grande / Fátima do Sul/ Campo Grande	Veículo oficial	Conduzir os professores Thomaz Ricardo Favreto Sinani e Ariadne Barbosa Gonçalves para realizarem vistoria técnica com o objetivo de instruir inquéritos civis,	R\$ 0,00	3,5	R\$ 1.147,30

						conforme convênio de Cooperação Técnica Científica firmado entre o MPMS e a UFMS			
889	Ariadne Barbosa Gonçalves	Professora - UFMS	2 a 5.3.2020	Campo Grande / Fátima do Sul/ Campo Grande	Veículo oficial	Realizar vistoria técnica com o objetivo de instruir inquéritos civis, conforme convênio de Cooperação Técnica Científica firmado entre o MPMS e a UFMS	R\$ 0,00	3,5	R\$ 1.434,13
889	Thomaz Ricardo Favreto Sinani	Professor - UFMS	2 a 5.3.2020	Campo Grande / Fátima do Sul/ Campo Grande	Veículo oficial	Realizar vistoria técnica com o objetivo de instruir inquéritos civis, conforme convênio de Cooperação Técnica Científica firmado entre o MPMS e a UFMS	R\$ 0,00	3,5	R\$ 1.434,13
910	Cleiton Figueredo da Cruz	Auxiliar / Motorista	20.2.2020	Jardim / Maracaju/ Jardim	Veículo oficial	Conduzir o Promotor de Justiça Allan Carlos Cobacho do Prado para participar de audiências	R\$ 0,00	0,3	R\$ 98,34
912	Paulo Cezar dos Passos	Procurador-Geral de Justiça	27 a 29.2.2020	Campo Grande / Sidrolândia, Maracaju, Dourados e Ponta Porã/ Campo Grande	Veículo oficial	Participar de reunião de trabalho com os Promotores de Justiça nas comarcas de Sidrolândia e Maracaju para tratar de assuntos institucionais; da abertura do curso de extensão em Antropologia e Políticas Públicas para a rede de proteção às crianças e adolescentes indígenas na comarca de Dourados; e da solenidade de readequação do edifício-sede das Promotorias de Justiça da comarca de Ponta Porã para atender as normas de segurança institucional	R\$ 0,00	2,5	R\$ 2.068,63
914	SIGILOSO	SIGILOSO	SIGILOSO	SIGILOSO	Veículo oficial	Sigilo decretado pela Decisão nº 199, de 28.2.2020, no Processo PGJ/10/0914/2020	R\$ 0,00	2,5	R\$ 819,50
914	SIGILOSO	SIGILOSO	SIGILOSO	SIGILOSO	Veículo oficial	Sigilo decretado pela Decisão nº 199, de 28.2.2020, no Processo PGJ/10/0914/2020	R\$ 0,00	2,5	R\$ 819,50
915	SIGILOSO	SIGILOSO	SIGILOSO	SIGILOSO	Veículo oficial	Sigilo decretado pela Decisão nº 201, de 28.2.2020, no Processo PGJ/10/0915/2020	R\$ 0,00	1,3	R\$ 426,14
915	SIGILOSO	SIGILOSO	SIGILOSO	SIGILOSO	Veículo oficial	Sigilo decretado pela Decisão nº 201, de 28.2.2020, no Processo PGJ/10/0915/2020	R\$ 0,00	1,3	R\$ 426,14
916	SIGILOSO	SIGILOSO	SIGILOSO	SIGILOSO	Veículo oficial	Sigilo decretado pela Decisão nº 202, de 28.2.2020, no Processo PGJ/10/0916/2020	R\$ 0,00	1,5	R\$ 491,70
916	SIGILOSO	SIGILOSO	SIGILOSO	SIGILOSO	Veículo oficial	Sigilo decretado pela Decisão nº 202, de 28.2.2020, no Processo PGJ/10/0916/2020	R\$ 0,00	1,5	R\$ 491,70
917	Marcos Antonio David dos Santos	Assessor Militar	20 a 22.2.2020	Campo Grande / Rio Brilhante/ Campo Grande	Veículo oficial	Tratar de assuntos relacionados à segurança institucional	R\$ 0,00	2,5	R\$ 1.024,38
917	Alessandro Benites Thiry	Assistente Militar	20 a 22.2.2020	Campo Grande / Rio Brilhante/ Campo Grande	Veículo oficial	Tratar de assuntos relacionados à segurança institucional	R\$ 0,00	2,5	R\$ 819,50
917	Wesley de Souza Leandro	Policia Militar	20 a 22.2.2020	Campo Grande / Rio Brilhante/ Campo Grande	Veículo oficial	Tratar de assuntos relacionados à segurança institucional	R\$ 0,00	2,5	R\$ 819,50
918	Juacir Gomes de Carvalho Júnior	Assistente Militar	20 a 26.2.2020	Campo Grande / Rio Brilhante/ Campo Grande	Veículo oficial	Tratar de assuntos relacionados à segurança institucional	R\$ 0,00	6,5	R\$ 2.130,70
918	Walmir Lugão Marques Porto	Assistente Militar	20 a 26.2.2020	Campo Grande / Rio Brilhante/ Campo Grande	Veículo oficial	Tratar de assuntos relacionados à segurança institucional	R\$ 0,00	6,5	R\$ 2.130,70
919	Juliano Gonçalves Cortez	Assistente Militar	26.2 a 3.3.2020	Campo Grande / Rio Brilhante/ Campo Grande	Veículo oficial	Tratar de assuntos relacionados à segurança institucional	R\$ 0,00	6,3	R\$ 2.065,14
919	Leandro Alexandre da Cruz	Policia Militar	26.2 a 3.3.2020	Campo Grande / Rio Brilhante/ Campo Grande	Veículo oficial	Tratar de assuntos relacionados à segurança institucional	R\$ 0,00	6,3	R\$ 2.065,14
920	Marcos Antonio David dos Santos	Assessor Militar	27 a 29.2.2020	Campo Grande / Dourados e Ponta Porã/ Campo Grande	Veículo oficial	Tratar de assuntos relacionados à segurança institucional	R\$ 0,00	2	R\$ 1.639,00
920	Jollivan Almeida Portela	Assistente Militar	27 a 29.2.2020	Campo Grande / Dourados e Ponta Porã/ Campo Grande	Veículo oficial	Tratar de assuntos relacionados à segurança institucional	R\$ 0,00	2	R\$ 1.311,20
920	Whanderson Ribeiro de Almeida	Assistente Militar	27 a 29.2.2020	Campo Grande / Dourados e Ponta Porã/ Campo Grande	Veículo oficial	Tratar de assuntos relacionados à segurança institucional	R\$ 0,00	2	R\$ 1.311,20
920	Evandro Silva Toledo	Assistente Militar	27 a 29.2.2020	Campo Grande / Dourados e Ponta Porã/ Campo Grande	Veículo oficial	Tratar de assuntos relacionados à segurança institucional	R\$ 0,00	2	R\$ 1.311,20
921	SIGILOSO	SIGILOSO	SIGILOSO	SIGILOSO	Veículo oficial	Sigilo decretado pela Decisão nº 200, de 28.2.2020, no Processo PGJ/10/0921/2020	R\$ 0,00	1,3	R\$ 426,14
921	SIGILOSO	SIGILOSO	SIGILOSO	SIGILOSO	Veículo oficial	Sigilo decretado pela Decisão nº 200, de 28.2.2020, no Processo PGJ/10/0921/2020	R\$ 0,00	1,3	R\$ 532,68
923	Elvey Tessaro Andrade	Analista / Engenheiro Eletricista	2 a 4.3.2020	Campo Grande / Dourados e Naviraí/ Campo Grande	Veículo oficial	Acompanhar a realização e apresentação de testes finais da POC	R\$ 0,00	2,3	R\$ 942,43
923	Jose Carlos Pires Gonçalves Segundo	Auxiliar / Segurança	2 a 4.3.2020	Campo Grande / Dourados e Naviraí/ Campo Grande	Veículo oficial	Acompanhar a realização e apresentação de testes finais da POC	R\$ 0,00	2,3	R\$ 753,94
923	Ramão Perpeto Barros Ajala	Auxiliar / Motorista	2 a 4.3.2020	Campo Grande / Dourados e Naviraí/ Campo Grande	Veículo oficial	Conduzir os servidores Elvey Tessaro Andrade e Jose Carlos Pires Gonçalves Segundo para acompanhar a realização e apresentação de testes finais da POC	R\$ 0,00	2,3	R\$ 753,94
928	Eteocles Brito Mendonça Dias Junior	Promotor de Justiça	18.11.2019	Dourados / Ponta Porã/ Dourados	Veículo particular	Realizar inquirições em inquérito civil	R\$ 0,00	0,5	R\$ 449,19
929	Paulo da Graça Riquelme de Macedo Junior	Promotor de Justiça	17.2.2020	Naviraí / Itaquiraí/ Naviraí	Veículo oficial	Manifestar-se em processos e procedimentos e participar de reunião com a equipe do Conselho Tutelar	R\$ 0,00	0,5	R\$ 266,71
933	Allan Carlos Cobacho do Prado	Promotor de Justiça	20.2.2020	Jardim / Maracaju/ Jardim	Veículo oficial	Participar de audiências	R\$ 0,00	0,5	R\$ 266,71
937	Manoel Rodrigues dos Santos Neto	Auxiliar / Motorista	21.2.2020	Campo Grande / Anastácio/ Campo Grande	Veículo oficial	Buscar materiais e ferramentas utilizados na manutenção do prédio da Promotoria de Justiça	R\$ 0,00	0,3	R\$ 98,34
938	Marcos da Silva Flores	Auxiliar / Motorista	19.2.2020	Três Lagoas / Selvíria/ Três Lagoas	Veículo oficial	Conduzir o Promotor de Justiça Fernando Marcelo Peixoto Lanza para participar de reunião na prefeitura	R\$ 0,00	0,3	R\$ 98,34
939	Valdemir Correa Caxias	Assistente Militar	27 a 29.2.2020	Campo Grande / Dourados e Ponta Porã/ Campo Grande	Veículo oficial	Tratar de assuntos relacionados à segurança institucional	R\$ 0,00	2,3	R\$ 1.507,88

939	Wesley de Souza Leandro	Policial Militar	27 a 29.2.2020	Campo Grande / Dourados e Ponta Porã/ Campo Grande	Veículo oficial	Tratar de assuntos relacionados à segurança institucional	R\$ 0,00	2,3	R\$ 1.507,88
940	Marcos Antonio David dos Santos	Assessor Militar	17.2.2020	Campo Grande / Nova Alvorada do Sul/ Campo Grande	Veículo oficial	Tratar de assuntos relacionados à segurança institucional	R\$ 0,00	0,3	R\$ 245,85
940	Whanderson Ribeiro de Almeida	Assistente Militar	17.2.2020	Campo Grande / Nova Alvorada do Sul/ Campo Grande	Veículo oficial	Tratar de assuntos relacionados à segurança institucional	R\$ 0,00	0,3	R\$ 196,68
940	Valdemir Correa Caxias	Assistente Militar	17.2.2020	Campo Grande / Nova Alvorada do Sul/ Campo Grande	Veículo oficial	Tratar de assuntos relacionados à segurança institucional	R\$ 0,00	0,3	R\$ 196,68
940	Evandro Silva Toledo	Assistente Militar	17.2.2020	Campo Grande / Nova Alvorada do Sul/ Campo Grande	Veículo oficial	Tratar de assuntos relacionados à segurança institucional	R\$ 0,00	0,3	R\$ 196,68
961	João Meneghini Girelli	Promotor de Justiça	3.2.2020	Anastácio / Dois Irmãos do Buriti/ Anastácio	Veículo particular	Participar de audiências e manifestar-se em processos e procedimentos	R\$ 0,00	0,5	R\$ 373,39
961	João Meneghini Girelli	Promotor de Justiça	6.2.2020	Anastácio / Dois Irmãos do Buriti/ Anastácio	Veículo particular	Participar de audiências e manifestar-se em processos e procedimentos	R\$ 0,00	0,5	R\$ 373,39
961	João Meneghini Girelli	Promotor de Justiça	10.2.2020	Anastácio / Dois Irmãos do Buriti/ Anastácio	Veículo particular	Participar de audiências e manifestar-se em processos e procedimentos	R\$ 0,00	0,5	R\$ 373,39
961	João Meneghini Girelli	Promotor de Justiça	17.2.2020	Anastácio / Dois Irmãos do Buriti/ Anastácio	Veículo particular	Participar de audiências e manifestar-se em processos e procedimentos	R\$ 0,00	0,5	R\$ 373,39
961	João Meneghini Girelli	Promotor de Justiça	20.2.2020	Anastácio / Dois Irmãos do Buriti/ Anastácio	Veículo particular	Participar de audiências e manifestar-se em processos e procedimentos	R\$ 0,00	0,5	R\$ 373,39
962	João Meneghini Girelli	Promotor de Justiça	21.2.2020	Anastácio / Terenos/ Anastácio	Veículo particular	Participar de audiências e manifestar-se em processos e procedimentos	R\$ 0,00	0,5	R\$ 426,73
962	João Meneghini Girelli	Promotor de Justiça	27.2.2020	Anastácio / Terenos/ Anastácio	Veículo particular	Participar de audiências e manifestar-se em processos e procedimentos	R\$ 0,00	0,5	R\$ 426,73
962	João Meneghini Girelli	Promotor de Justiça	28.2.2020	Anastácio / Terenos/ Anastácio	Veículo particular	Participar de audiências e manifestar-se em processos e procedimentos	R\$ 0,00	0,5	R\$ 426,73
966	Jonathan Bruno dos Santos Silva	Técnico I	4 e 5.3.2020	Dourados / Caarapó/ Dourados	Ressarcimento referente a passagem rodoviária	Prestar serviços na Promotoria de Justiça	R\$ 27,26	1,5	R\$ 491,70
966	Jonathan Bruno dos Santos Silva	Técnico I	10 e 11.3.2020	Dourados / Caarapó/ Dourados	Ressarcimento referente a passagem rodoviária	Prestar serviços na Promotoria de Justiça	R\$ 27,26	1,5	R\$ 491,70
966	Jonathan Bruno dos Santos Silva	Técnico I	13.3.2020	Dourados / Caarapó/ Dourados	Ressarcimento referente a passagem rodoviária	Prestar serviços na Promotoria de Justiça	R\$ 27,26	0,3	R\$ 98,34
970	Thiago de Souza da Silva	Analista / Engenheiro Civil	9 a 13.3.2020	Campo Grande / Cassilândia e Três Lagoas/ Campo Grande	Veículo oficial	Realizar vistorias técnicas requeridas nas Solicitações de Apoio Técnico SAJ/MP n's 09.2018.00004367-0, 09.2018.00003942-2, 09.2018.00002868-0 e 09.2019.00002203-5	R\$ 0,00	4,5	R\$ 1.843,88
970	Geisa Jacob Gomes de Almeida	Analista / Engenheira Civil	9 a 13.3.2020	Campo Grande / Cassilândia e Três Lagoas/ Campo Grande	Veículo oficial	Realizar vistorias técnicas requeridas nas Solicitações de Apoio Técnico SAJ/MP n's 09.2018.00004367-0, 09.2018.00003942-2, 09.2018.00002868-0 e 09.2019.00002203-5	R\$ 0,00	4,5	R\$ 1.843,88
970	Vladimir Valentim de Souza	Auxiliar / Motorista	9 a 13.3.2020	Campo Grande / Cassilândia e Três Lagoas/ Campo Grande	Veículo oficial	Conduzir os servidores Thiago de Souza da Silva e Geisa Jacob Gomes de Almeida para realizarem vistorias técnicas requeridas nas Solicitações de Apoio Técnico SAJ/MP n's 09.2018.00004367-0, 09.2018.00003942-2, 09.2018.00002868-0 e 09.2019.00002203-5	R\$ 0,00	4,5	R\$ 1.475,10
972	Jéssica dos Santos Fernandes	Assessora Jurídica	28 e 29.11.2019	Amambai / Campo Grande/ Amambai	Ressarcimento referente a passagem rodoviária	Participar do curso "DNA Ambiental: Atuação do Ministério Público contra o desmatamento ambiental"	R\$ 208,13	1,3	R\$ 426,14
972	Eliene Marta Breguedo do Nascimento Machado	Técnico I	29 e 30.11.2019	Angélica / Campo Grande/ Angélica	Ressarcimento referente a passagem rodoviária	Participar do curso "DNA Ambiental: Atuação do Ministério Público contra o desmatamento ambiental"	R\$ 148,77	1,5	R\$ 491,70
972	Rosângela Gomes de Oliveira Castro	Técnico I	28 a 30.11.2019	Glória de Dourados / Campo Grande/ Glória de Dourados	Veículo particular	Participar do curso "DNA Ambiental: Atuação do Ministério Público contra o desmatamento ambiental"	R\$ 0,00	2	R\$ 655,60
972	João Alexandre de Souza	Técnico I	28 e 29.11.2019	Anastácio / Campo Grande/ Anastácio	Ressarcimento referente a passagem rodoviária	Participar do curso "DNA Ambiental: Atuação do Ministério Público contra o desmatamento ambiental"	R\$ 90,52	1	R\$ 327,80
973	Alessandro Benites Thiry	Assistente Militar	3 a 8.3.2020	Campo Grande / Rio Brilhante/ Campo Grande	Veículo oficial	Tratar de assuntos relacionados à segurança institucional	R\$ 0,00	5,5	R\$ 1.802,90
973	Wesley de Souza Leandro	Policial Militar	3 a 8.3.2020	Campo Grande / Rio Brilhante/ Campo Grande	Veículo oficial	Tratar de assuntos relacionados à segurança institucional	R\$ 0,00	5,5	R\$ 1.802,90
974	Bruno Dantas Sanchez	Chefe do Setor de Manutenção e Suporte	2 a 6.3.2020	Campo Grande / Três Lagoas/ Campo Grande	Veículo oficial	Acompanhar serviços de manutenção predial	R\$ 0,00	4,5	R\$ 1.475,10
974	Manoel Rodrigues dos Santos Neto	Auxiliar / Motorista	2 a 6.3.2020	Campo Grande / Três Lagoas/ Campo Grande	Veículo oficial	Conduzir o servidor Bruno Dantas Sanchez para realizar o acompanhamento de serviços de manutenção predial	R\$ 0,00	4,5	R\$ 1.475,10
975	Edvaldo Ferreira Lima	Auxiliar / Motorista	28.2.2020	Campo Grande / Jardim e Bela Vista/ Campo Grande	Veículo oficial	Realizar entrega de materiais e buscar veículo oficial para revisão de garantia em concessionária credenciada	R\$ 0,00	0,5	R\$ 163,90
976	Mauro da Cunha Duarte	Auxiliar / Motorista	28.2.2020	Campo Grande / Dourados/ Campo Grande	Veículo oficial	Conduzir a Promotora de Justiça Jaceguara Dantas da Silva para participar de evento realizado no edifício-sede das Promotorias de Justiça	R\$ 0,00	0,5	R\$ 163,90
977	Vladimir Valentim de Souza	Auxiliar / Motorista	27 e 28.2.2020	Campo Grande / Ponta Porã/ Campo Grande	Veículo oficial	Levar materiais permanentes para instalação no edifício-sede da Promotoria de Justiça	R\$ 0,00	1	R\$ 327,80
979	Jaceguara Dantas da Silva	Procuradora de Justiça e Diretora-Geral da ESMP	27 e 28.2.2020	Campo Grande / Dourados/ Campo Grande	Veículo oficial	Participar da aula inaugural do Curso de Extensão em Antropologia e Políticas Públicas para a Rede de Proteção às Crianças e Adolescentes Indígenas	R\$ 0,00	1,5	R\$ 886,56
980	Fabrizio Secafen Mingati	Promotor de Justiça	19 a 21.2.2020	Nova Andradina / Bonito/ Nova Andradina	Veículo oficial	Participar de sessão do Tribunal do Júri	R\$ 0,00	2,5	R\$ 1.333,53

981	Jorge Ferreira Neto Júnior	Promotor de Justiça	27.2.2020	Rio Brilhante / Nova Alvorada do Sul/ Rio Brilhante	Veículo particular	Participar de audiências e manifestar-se em processos e procedimentos	R\$ 0,00	0,5	R\$ 373,39
987	Ewerton Cardoso da Silva	Auxiliar / Motorista	16 a 18.3.2020	Campo Grande / Bataguassu/ Campo Grande	Veículo oficial	Conduzir os professores Thomaz Ricardo Favreto Sinani e Ariadne Barbosa Gonçalves para realizarem vistoria técnica com o objetivo de instruir inquéritos civis, conforme convênio de Cooperação Técnica Científica firmado entre o MPMS e a UFMS	R\$ 0,00	2,3	R\$ 753,94
987	Thomaz Ricardo Favreto Sinani	Professor - UFMS	16 a 18.3.2020	Campo Grande / Bataguassu/ Campo Grande	Veículo oficial	Realizar vistoria técnica com o objetivo de instruir inquéritos civis, conforme convênio de Cooperação Técnica Científica firmado entre o MPMS e a UFMS	R\$ 0,00	2,3	R\$ 942,43
987	Ariadne Barbosa Gonçalves	Professora - UFMS	16 a 18.3.2020	Campo Grande / Bataguassu/ Campo Grande	Veículo oficial	Realizar vistoria técnica com o objetivo de instruir inquéritos civis, conforme convênio de Cooperação Técnica Científica firmado entre o MPMS e a UFMS	R\$ 0,00	2,3	R\$ 942,43
988	Claodemir Pedro Todescato Junior	Auxiliar / Motorista	18 e 19.2.2020	Bela Vista / Campo Grande/ Bela Vista	Veículo oficial	Levar veículo oficial para manutenção em oficina credenciada	R\$ 0,00	1	R\$ 327,80
993	Thomaz Ricardo Favreto Sinani	Professor - UFMS	9 a 11.3.2020	Campo Grande / Anaurilândia/ Campo Grande	Veículo oficial	Realizar vistoria técnica com o objetivo de instruir inquéritos civis, conforme convênio de Cooperação Técnica Científica firmado entre o MPMS e a UFMS	R\$ 0,00	2,3	R\$ 942,43
993	Ariadne Barbosa Gonçalves	Professora - UFMS	9 a 11.3.2020	Campo Grande / Anaurilândia/ Campo Grande	Veículo oficial	Realizar vistoria técnica com o objetivo de instruir inquéritos civis, conforme convênio de Cooperação Técnica Científica firmado entre o MPMS e a UFMS	R\$ 0,00	2,3	R\$ 942,43
993	Marcio Fernando Cardoso	Auxiliar / Motorista	9 a 11.3.2020	Campo Grande / Anaurilândia/ Campo Grande	Veículo oficial	Conduzir os professores Thomaz Ricardo Favreto Sinani e Ariadne Barbosa Gonçalves para realizarem vistoria técnica com o objetivo de instruir inquéritos civis, conforme convênio de Cooperação Técnica Científica firmado entre o MPMS e a UFMS	R\$ 0,00	2,3	R\$ 753,94
1000	Bianka Karina Barros da Costa	Promotora de Justiça e Secretária-Geral do MPMS	1º e 2.3.2020	Campo Grande / Amambai/ Campo Grande	Veículo oficial	Participar da solenidade de instalação da 3ª Promotoria de Justiça	R\$ 0,00	1,5	R\$ 842,24
1001	Bianka Karina Barros da Costa	Promotora de Justiça e Secretária-Geral do MPMS	27 a 29.2.2020	Campo Grande / Ponta Porã/ Campo Grande	Veículo oficial	Acompanhar a reestruturação do prédio das Promotorias de Justiça	R\$ 0,00	2,5	R\$ 1.403,73
1002	Marcos Antonio Martins Sottoriva	Corregedor-Geral do Ministério Público	2.3.2020	Campo Grande / Amambai/ Campo Grande	Veículo particular	Participar da solenidade de instalação da 3ª Promotoria de Justiça	R\$ 0,00	0,5	R\$ 531,93
1003	Marcos Antonio Martins Sottoriva	Corregedor-Geral do Ministério Público	11 e 12.3.2020	Campo Grande / Brasília/DF/ Campo Grande	Avião	Participar da solenidade de posse dos membros da Diretoria, conselho Fiscal e Diretores Regionais da entidade, biênio 2020/2022, da Associação Nacional dos Membros do Ministério Público (CONAMP)	R\$ 1.406,57	1,5	R\$ 1.595,79
1005	Vanusa Weber	Analista / Assistente Social	18.2.2020	Ponta Porã / Antônio João e Cabeceira do Apa/ Ponta Porã	Veículo oficial	Cumprir ordem de serviço	R\$ 0,00	0,3	R\$ 122,93
1005	Vagner André Parizotto	Auxiliar / Motorista	18.2.2020	Ponta Porã / Antônio João e Cabeceira do Apa/ Ponta Porã	Veículo oficial	Conduzir a servidora Vanusa Weber para cumprir ordem de serviço	R\$ 0,00	0,3	R\$ 98,34
1014	Renato Boggi Rodrigues	Chefe do Departamento de Engenharia	23 e 24.1.2020	Campo Grande / Fátima do Sul, Maracaju e Nova Alvorada do Sul/ Campo Grande	Veículo oficial	Fiscalizar os serviços executados referentes às obras de reforma dos edifícios-sede das Promotorias de Justiça	R\$ 0,00	1,5	R\$ 614,63
1015	Renato Boggi Rodrigues	Chefe do Departamento de Engenharia	17.2.2020	Campo Grande / Nova Alvorada do Sul/ Campo Grande	Veículo oficial	Acompanhar a inauguração do prédio das Promotorias de Justiça	R\$ 0,00	0,5	R\$ 204,88
1016	Ewerton Cardoso da Silva	Auxiliar / Motorista	27.2.2020	Campo Grande / Ponta Porã/ Campo Grande	Veículo oficial	Levar os equipamentos e materiais de apoio da Assessoria de Cerimonial para atender os eventos no edifício-sede da Promotoria de Justiça	R\$ 0,00	2,3	R\$ 753,94
1018	Milton Estevão Corrêa	Auxiliar / Motorista	9 a 13.3.2020	Campo Grande / Brasília/DF/ Campo Grande	Veículo oficial	Realizar trabalhos de cerimonial e recolher materiais utilizados no Conselho Nacional de Procuradores-Gerais (CNPJG)	R\$ 0,00	4,5	R\$ 3.687,75
1019	Luiz Henrique Garcia Granja	Assessor Técnico em Redes	27 a 29.2.2020	Campo Grande / Rio Brilhante/ Campo Grande	Veículo oficial	Verificação dos equipamentos do CPD em virtude de desligamento abrupto devido à infiltração de água	R\$ 0,00	2,3	R\$ 753,94
1019	José Ricardo Barbosa Mendes	Auxiliar / Motorista	27 a 29.2.2020	Campo Grande / Rio Brilhante/ Campo Grande	Veículo oficial	Conduzir o servidor Luiz Henrique Garcia Granja para verificação dos equipamentos do CPD em virtude de desligamento abrupto devido à infiltração de água	R\$ 0,00	2,3	R\$ 753,94
1020	Beatriz Almeida Ribeiro	Chefe do Departamento de Serviços da Secretaria-Geral	1º e 2.3.2020	Campo Grande / Amambai/ Campo Grande	Veículo oficial	Realizar os trabalhos de cerimonial na solenidade de instalação da 3ª Promotoria de Justiça de Amambai e entrada em exercício do Promotor de Justiça Thiago Barbosa da Silva	R\$ 0,00	1,5	R\$ 614,63
1020	Milton Estevão Corrêa	Auxiliar / Motorista	1º e 2.3.2020	Campo Grande / Amambai/ Campo Grande	Veículo oficial	Realizar os trabalhos de cerimonial na solenidade de instalação da 3ª Promotoria de Justiça de Amambai e entrada em exercício do Promotor de Justiça Thiago Barbosa da Silva	R\$ 0,00	1,5	R\$ 614,63
1020	Rosimara Bandeira Vasques de Almeida	Técnico II e Coordenadora de Cerimonial	1º e 2.3.2020	Campo Grande / Amambai/ Campo Grande	Veículo oficial	Realizar os trabalhos de cerimonial na solenidade de instalação da 3ª Promotoria de Justiça de Amambai e entrada em exercício do Promotor de Justiça Thiago Barbosa da Silva	R\$ 0,00	1,5	R\$ 614,63
1020	José Guilherme de Oliveira	Chefe do Setor de Apoio ao Procurador-Geral Adjunto de Gestão e Planejamento Institucional	1º a 3.3.2020	Campo Grande / Amambai/ Campo Grande	Veículo oficial	Realizar os trabalhos de cerimonial na solenidade de instalação da 3ª Promotoria de Justiça de Amambai e entrada em exercício do Promotor de Justiça Thiago Barbosa da Silva	R\$ 0,00	2	R\$ 819,50
1021	Anderson Fernandes	Auxiliar / Motorista	2.3.2020	Campo Grande / Três Lagoas/ Campo Grande	Veículo oficial	Levar materiais e ferramentas para manutenção no prédio das Promotorias de Justiça	R\$ 0,00	0,5	R\$ 163,90

1022	Vagner André Parizotto	Auxiliar / Motorista	14.2.2020	Ponta Porã / Aral Moreira/ Ponta Porã	Veículo oficial	Cumprir diligências e entregar ofícios	R\$ 0,00	0,3	R\$ 98,34
1029	Elizangela Cristina Paes da Silva	Técnico I	7.2.2020	Campo Grande / Bandeirantes/ Campo Grande	Ressarcimento referente a passagem rodoviária	Prestar serviços na Promotoria de Justiça	R\$ 39,10	0,5	R\$ 163,90
1030	Elizangela Cristina Paes da Silva	Técnico I	6.3.2020	Campo Grande / Bandeirantes/ Campo Grande	Ressarcimento referente a passagem rodoviária	Prestar serviços na Promotoria de Justiça	R\$ 39,10	0,5	R\$ 163,90
1030	Elizangela Cristina Paes da Silva	Técnico I	13.3.2020	Campo Grande / Bandeirantes/ Campo Grande	Ressarcimento referente a passagem rodoviária	Prestar serviços na Promotoria de Justiça	R\$ 39,10	0,5	R\$ 163,90
1030	Elizangela Cristina Paes da Silva	Técnico I	20.3.2020	Campo Grande / Bandeirantes/ Campo Grande	Ressarcimento referente a passagem rodoviária	Prestar serviços na Promotoria de Justiça	R\$ 39,10	0,5	R\$ 163,90
1031	Joélcio da Costa Guimarães	Auxiliar / Motorista	9 a 13.3.2020	Campo Grande / Dois Irmãos do Buriti/ Campo Grande	Veículo oficial	Conduzir os funcionários terceirizados Genedilson Lemos Teixeira, Wellington Ortiz e Giovani Pio de Melo para realizarem serviços de manutenção nos prédios das Promotorias de Justiça	R\$ 0,00	4,5	R\$ 1.475,10
1032	Marcos Antônio Nascimento de Azevedo	Analista / Engenheiro Civil	4 e 5.3.2020	Campo Grande / Maracaju e Fátima do Sul/ Campo Grande	Veículo oficial	Realizar a medição e fiscalização dos serviços executados referentes às obras de reforma dos edifícios-sede das Promotorias de Justiça	R\$ 0,00	1,5	R\$ 614,63
1032	Jose Claudio Vieira Neto	Auxiliar / Motorista	4 e 5.3.2020	Campo Grande / Maracaju e Fátima do Sul/ Campo Grande	Veículo oficial	Conduzir o servidor Marcos Antônio Nascimento de Azevedo para realizar a medição e fiscalização dos serviços executados referentes às obras de reforma dos edifícios-sede das Promotorias de Justiça	R\$ 0,00	1,5	R\$ 491,70
1033	Elias Vitorino Filho	Chefe da Divisão de Transporte	27 a 29.2.2020	Campo Grande / Ponta Porã e Dourados/ Campo Grande	Veículo oficial	Realizar os trabalhos de cerimonial da abertura do Curso de Extensão em Antropologia e Políticas Públicas para a Rede de Proteção às Crianças e aos Adolescentes Indígenas em Dourados e da solenidade de readequação do edifício-sede das Promotorias de Justiça da comarca de Ponta Porã	R\$ 0,00	2,3	R\$ 942,43
1033	José Guilherme de Oliveira	Chefe do Setor de Apoio ao Procurador-Geral Adjunto de Gestão e Planejamento Institucional	27 a 29.2.2020	Campo Grande / Ponta Porã e Dourados/ Campo Grande	Veículo oficial	Realizar os trabalhos de cerimonial da abertura do Curso de Extensão em Antropologia e Políticas Públicas para a Rede de Proteção às Crianças e aos Adolescentes Indígenas em Dourados e da solenidade de readequação do edifício-sede das Promotorias de Justiça da comarca de Ponta Porã	R\$ 0,00	2,3	R\$ 942,43
1033	Beatriz Almeida Ribeiro	Chefe do Departamento de Serviços da Secretaria-Geral	27 a 29.2.2020	Campo Grande / Ponta Porã e Dourados/ Campo Grande	Veículo oficial	Realizar os trabalhos de cerimonial da abertura do Curso de Extensão em Antropologia e Políticas Públicas para a Rede de Proteção às Crianças e aos Adolescentes Indígenas em Dourados e da solenidade de readequação do edifício-sede das Promotorias de Justiça da comarca de Ponta Porã	R\$ 0,00	2	R\$ 819,50
1033	Milton Estevão Corrêa	Auxiliar / Motorista	27 a 29.2.2020	Campo Grande / Ponta Porã e Dourados/ Campo Grande	Veículo oficial	Realizar os trabalhos de cerimonial da abertura do Curso de Extensão em Antropologia e Políticas Públicas para a Rede de Proteção às Crianças e aos Adolescentes Indígenas em Dourados e da solenidade de readequação do edifício-sede das Promotorias de Justiça da comarca de Ponta Porã	R\$ 0,00	2	R\$ 819,50
1033	Rosimara Bandeira Vasques de Almeida	Técnico II e Coordenadora de Cerimonial	27 a 29.2.2020	Campo Grande / Ponta Porã e Dourados/ Campo Grande	Veículo oficial	Realizar os trabalhos de cerimonial da abertura do Curso de Extensão em Antropologia e Políticas Públicas para a Rede de Proteção às Crianças e aos Adolescentes Indígenas em Dourados e da solenidade de readequação do edifício-sede das Promotorias de Justiça da comarca de Ponta Porã	R\$ 0,00	2	R\$ 819,50
1033	Anderson Pinheiro Mariano	Auxiliar / Motorista	27 a 29.2.2020	Campo Grande / Ponta Porã e Dourados/ Campo Grande	Veículo oficial	Conduzir os servidores da Assessoria de Cerimonial e da Assessoria de Comunicação para realizarem os trabalhos de cerimonial, matéria jornalística e registro fotográfico da abertura do Curso de Extensão em Antropologia e Políticas Públicas para a Rede de Proteção às Crianças e aos Adolescentes Indígenas em Dourados e da solenidade de readequação do edifício-sede das Promotorias de Justiça da comarca de Ponta Porã	R\$ 0,00	2,3	R\$ 753,94
1034	Jose Carlos Pires Gonçalves Segundo	Auxiliar / Segurança	9 a 13.3.2020	Campo Grande / Naviraí, Dourados e Nova Alvorada do Sul/ Campo Grande	Veículo oficial	Acompanhar a instalação dos controladores de acesso dos edifícios-sede das Promotorias de Justiça	R\$ 0,00	4,5	R\$ 1.475,10
1034	Anderson Fernandes	Auxiliar / Motorista	9 a 13.3.2020	Campo Grande / Naviraí, Dourados e Nova Alvorada do Sul/ Campo Grande	Veículo oficial	Conduzir o servidor Jose Carlos Pires Gonçalves Segundo e os funcionários terceirizados Wanderson Montiel de Brito, Dayan Carlos de Oliveira e Nildo Domingues de Moraes para acompanharem a instalação dos controladores de acesso dos edifícios-sede das Promotorias de Justiça	R\$ 0,00	4,5	R\$ 1.475,10
1048	Ronaldo Vieira Francisco	Promotor de Justiça	5.2.2020	Paranaíba / Inocência/ Paranaíba	Veículo oficial	Participar de audiências e manifestar-se em processos e procedimentos	R\$ 0,00	0,5	R\$ 266,71
1048	Ronaldo Vieira Francisco	Promotor de Justiça	13.2.2020	Paranaíba / Inocência/ Paranaíba	Veículo oficial	Participar de audiências e manifestar-se em processos e procedimentos	R\$ 0,00	0,5	R\$ 266,71
1048	Ronaldo Vieira Francisco	Promotor de Justiça	20.2.2020	Paranaíba / Inocência/ Paranaíba	Veículo oficial	Participar de audiências e manifestar-se em processos e procedimentos	R\$ 0,00	0,5	R\$ 266,71
1048	Ronaldo Vieira Francisco	Promotor de Justiça	27.2.2020	Paranaíba / Inocência/ Paranaíba	Veículo oficial	Participar de audiências e manifestar-se em processos e procedimentos	R\$ 0,00	0,5	R\$ 266,71

1054	Fernando Marcelo Peixoto Lanza	Promotor de Justiça	7.2.2020	Três Lagoas / Brasília/ Trés Lagoas	Veículo particular	Participar de audiências	R\$ 0,00	0,5	R\$ 393,04
1054	Fernando Marcelo Peixoto Lanza	Promotor de Justiça	11.2.2020	Três Lagoas / Brasília/ Trés Lagoas	Veículo particular	Participar de audiências	R\$ 0,00	0,5	R\$ 393,04
1054	Fernando Marcelo Peixoto Lanza	Promotor de Justiça	13.2.2020	Três Lagoas / Brasília/ Trés Lagoas	Veículo particular	Participar de audiências	R\$ 0,00	0,5	R\$ 393,04
1054	Fernando Marcelo Peixoto Lanza	Promotor de Justiça	20.2.2020	Três Lagoas / Brasília/ Trés Lagoas	Veículo particular	Participar de audiências	R\$ 0,00	0,5	R\$ 393,04
1054	Fernando Marcelo Peixoto Lanza	Promotor de Justiça	21.2.2020	Três Lagoas / Brasília/ Trés Lagoas	Veículo particular	Participar de audiências	R\$ 0,00	0,5	R\$ 393,04
1054	Fernando Marcelo Peixoto Lanza	Promotor de Justiça	27.2.2020	Três Lagoas / Brasília/ Trés Lagoas	Veículo particular	Participar de audiências	R\$ 0,00	0,5	R\$ 393,04
1054	Fernando Marcelo Peixoto Lanza	Promotor de Justiça	3.3.2020	Três Lagoas / Brasília/ Trés Lagoas	Veículo particular	Participar de audiências	R\$ 0,00	0,5	R\$ 393,04
1057	Claudio de Jesus Duarte Ferreira	Auxiliar / Motorista	6 e 7.2.2020	Paranaíba / Campo Grande/ Paranaíba	Veículo oficial	Conduzir a Promotora de Justiça Juliana Nonato para participar da palestra "Pacote Anticrime" e da reunião de trabalho "Entendimento acerca das alterações introduzidas pela Lei n. 13.964/2019"	R\$ 0,00	1,3	R\$ 426,14
1059	Edson Jose Pereira	Policial Militar	27.2.2020	Amambai / Coronel Sapucaia/ Amambai	Veículo oficial	Realizar serviços de segurança ao Promotor de Justiça Michel Maesano Mancuelho	R\$ 0,00	0,3	R\$ 98,34
1060	Israel Ribeiro de Souza	Auxiliar / Motorista	18 e 19.2.2020	Chapadão do Sul / Costa Rica/ Chapadão do Sul	Veículo oficial	Conduzir o Promotor de Justiça Matheus Macedo Cartapatti para participar de sessão do Tribunal do Júri	R\$ 0,00	1	R\$ 327,80
1062	Vivian Sheilis Bögger Queiroz	Técnico I	5.2.2020	Paranaíba / Inocência/ Paranaíba	Veículo oficial	Prestar serviços na Promotoria de Justiça	R\$ 0,00	0,3	R\$ 98,34
1062	Vivian Sheilis Bögger Queiroz	Técnico I	13.2.2020	Paranaíba / Inocência/ Paranaíba	Veículo oficial	Prestar serviços na Promotoria de Justiça	R\$ 0,00	0,3	R\$ 98,34
1062	Vivian Sheilis Bögger Queiroz	Técnico I	20.2.2020	Paranaíba / Inocência/ Paranaíba	Veículo oficial	Prestar serviços na Promotoria de Justiça	R\$ 0,00	0,3	R\$ 98,34
1062	Vivian Sheilis Bögger Queiroz	Técnico I	27.2.2020	Paranaíba / Inocência/ Paranaíba	Veículo oficial	Prestar serviços na Promotoria de Justiça	R\$ 0,00	0,3	R\$ 98,34
1062	Claudio de Jesus Duarte Ferreira	Auxiliar / Motorista	5.2.2020	Paranaíba / Inocência/ Paranaíba	Veículo oficial	Conduzir o Promotor de Justiça Ronaldo Vieira Francisco e a servidora Vivian Sheilis Bögger Queiroz para prestarem serviços na Promotoria de Justiça	R\$ 0,00	0,3	R\$ 98,34
1062	Claudio de Jesus Duarte Ferreira	Auxiliar / Motorista	13.2.2020	Paranaíba / Inocência/ Paranaíba	Veículo oficial	Conduzir o Promotor de Justiça Ronaldo Vieira Francisco e a servidora Vivian Sheilis Bögger Queiroz para prestarem serviços na Promotoria de Justiça	R\$ 0,00	0,3	R\$ 98,34
1062	Claudio de Jesus Duarte Ferreira	Auxiliar / Motorista	20.2.2020	Paranaíba / Inocência/ Paranaíba	Veículo oficial	Conduzir o Promotor de Justiça Ronaldo Vieira Francisco e a servidora Vivian Sheilis Bögger Queiroz para prestarem serviços na Promotoria de Justiça	R\$ 0,00	0,3	R\$ 98,34
1062	Claudio de Jesus Duarte Ferreira	Auxiliar / Motorista	27.2.2020	Paranaíba / Inocência/ Paranaíba	Veículo oficial	Conduzir o Promotor de Justiça Ronaldo Vieira Francisco e a servidora Vivian Sheilis Bögger Queiroz para prestarem serviços na Promotoria de Justiça	R\$ 0,00	0,3	R\$ 98,34
1064	Allan Thiago Barbosa Arakaki	Promotor de Justiça	4.2.2020	Ivinhema / Angélica/ Ivinhema	Veículo particular	Participar de audiências	R\$ 0,00	0,5	R\$ 266,71
1064	Allan Thiago Barbosa Arakaki	Promotor de Justiça	11.2.2020	Ivinhema / Angélica/ Ivinhema	Veículo particular	Participar de audiências	R\$ 0,00	0,5	R\$ 266,71
1064	Allan Thiago Barbosa Arakaki	Promotor de Justiça	18.2.2020	Ivinhema / Angélica/ Ivinhema	Veículo particular	Participar de audiências	R\$ 0,00	0,5	R\$ 266,71
1065	Allan Carlos Cobacho do Prado	Promotor de Justiça	4.3.2020	Jardim / Bonito/ Jardim	Veículo oficial	Participar de audiências	R\$ 0,00	0,5	R\$ 266,71
1075	Marcos Andraos Mokayad Ferro	Técnico I	28.2.2020	Iguatemi / Naviraí/ Iguatemi	Ressarcimento referente a passagem rodoviária	Prestar serviços na Promotoria de Justiça	R\$ 66,30	0,5	R\$ 163,90
1076	Valdir Alves de Oliveira	Policial Militar	4.3.2020	Sete Quedas / Iguatemi/ Sete Quedas	Veículo oficial	Conduzir e realizar serviços de segurança ao Promotor de Justiça Gilberto Carlos Altheman Júnior	R\$ 0,00	0,5	R\$ 163,90
1077	Walmir Lugão Marques Porto	Assistente Militar	8 a 13.3.2020	Campo Grande / Rio Brilhante/ Campo Grande	Veículo oficial	Tratar de assuntos relacionados à segurança institucional	R\$ 0,00	5,5	R\$ 1.802,90
1077	Leandro Alexandre da Cruz	Policial Militar	8 a 13.3.2020	Campo Grande / Rio Brilhante/ Campo Grande	Veículo oficial	Tratar de assuntos relacionados à segurança institucional	R\$ 0,00	5,5	R\$ 1.802,90
1080	Edvaldo Ferreira Lima	Auxiliar / Motorista	5.3.2020	Campo Grande / Cassilândia/ Campo Grande	Veículo oficial	Realizar entrega de ar-condicionado portátil no edifício-sede da Promotoria de Justiça	R\$ 0,00	0,5	R\$ 163,90
1081	Mauro da Cunha Duarte	Auxiliar / Motorista	6.3.2020	Campo Grande / Bela Vista/ Campo Grande	Veículo oficial	Levar para a Promotoria de Justiça o veículo oficial que estava em revisão de garantia em concessionária credenciada	R\$ 0,00	0,5	R\$ 163,90
1082	Anderson Fernandes	Auxiliar / Motorista	6.3.2020	Campo Grande / Três Lagoas/ Campo Grande	Veículo oficial	Buscar materiais e ferramentas utilizados na manutenção do prédio da Promotoria de Justiça	R\$ 0,00	0,5	R\$ 163,90
1083	Cleiton Figueredo da Cruz	Auxiliar / Motorista	4.3.2020	Jardim / Bonito/ Jardim	Veículo oficial	Conduzir o Promotor de Justiça Allan Carlos Cobacho do Prado para participar de audiências	R\$ 0,00	0,3	R\$ 98,34
1084	SIGILOSO	SIGILOSO	SIGILOSO	SIGILOSO	Veículo oficial	Sigilo decretado pela Decisão nº 245, de 11.3.2020, no Processo PGJ/10/1084/2020	R\$ 0,00	2,5	R\$ 819,50
1084	SIGILOSO	SIGILOSO	SIGILOSO	SIGILOSO	Veículo oficial	Sigilo decretado pela Decisão nº 245, de 11.3.2020, no Processo PGJ/10/1084/2020	R\$ 0,00	2,5	R\$ 819,50
1085	Rafael de Souza Mantilha	Técnico II	9 a 13.3.2020	Campo Grande / Aquidauana, Anastácio, Miranda, Bonito, Ponta Porã, Dourados e Nova Alvorada do Sul/ Campo Grande	Veículo oficial	Realizar entrega, montagem e recolhimento de materiais permanentes nas Promotorias de Justiça	R\$ 0,00	4,5	R\$ 1.475,10
1085	Ramão Perpeto Barros Ajala	Auxiliar / Motorista	9 a 13.3.2020	Campo Grande / Aquidauana, Anastácio, Miranda, Bonito, Ponta Porã, Dourados e Nova	Veículo oficial	Conduzir o servidor Rafael de Souza Mantilha e funcionário terceirizado da empresa Orbenk para realizarem entrega, montagem e recolhimento de materiais permanentes nas Promotorias de Justiça	R\$ 0,00	4,5	R\$ 1.475,10

				Alvorada do Sul/ Campo Grande					
1086	Megaron Molossi	Analista / Arquiteto	9 e 10.3.2020	Campo Grande / Aquidauana/ Campo Grande	Veículo oficial	Fiscalizar os serviços de pintura, instalação e fornecimento de gradil, bem como fechamento de divisórias de gesso acartonado no edifício-sede das Promotorias de Justiça	R\$ 0,00	1,5	R\$ 614,63
1086	Edvaldo Ferreira Lima	Auxiliar / Motorista	9 e 10.3.2020	Campo Grande / Aquidauana/ Campo Grande	Veículo oficial	Conduzir o servidor Megaron Molossi para fiscalizar serviços de manutenção no prédio das Promotorias de Justiça	R\$ 0,00	1,5	R\$ 491,70
1087	Waleria Silva Leite	Assessora de Comunicação	1º a 3.3.2020	Campo Grande / Amambai/ Campo Grande	Veículo oficial	Realizar matéria jornalística referente à solenidade de instalação da 3ª Promotoria de Justiça de Amambai e entrada em exercício do Promotor de Justiça Thiago Barbosa da Silva	R\$ 0,00	2	R\$ 819,50
1087	Vladimir Valentim de Souza	Auxiliar / Motorista	1º a 3.3.2020	Campo Grande / Amambai/ Campo Grande	Veículo oficial	Conduzir a servidora Waleria Silva Leite para realizar matéria jornalística referente à solenidade de instalação da 3ª Promotoria de Justiça de Amambai e entrada em exercício do Promotor de Justiça Thiago Barbosa da Silva, bem como conduzir o servidor José Guilherme de Oliveira para realizar os trabalhos de cerimonial	R\$ 0,00	2	R\$ 655,60
1088	Daniel do Nascimento Britto	Promotor de Justiça	6.2.2020	Ivinhema / Angélica/ Ivinhema	Veículo particular	Participar de audiências	R\$ 0,00	0,5	R\$ 266,71
1088	Daniel do Nascimento Britto	Promotor de Justiça	13.2.2020	Ivinhema / Angélica/ Ivinhema	Veículo particular	Participar de audiências	R\$ 0,00	0,5	R\$ 266,71
1088	Daniel do Nascimento Britto	Promotor de Justiça	19.2.2020	Ivinhema / Angélica/ Ivinhema	Veículo particular	Participar de audiências	R\$ 0,00	0,5	R\$ 266,71
1088	Daniel do Nascimento Britto	Promotor de Justiça	20.2.2020	Ivinhema / Angélica/ Ivinhema	Veículo particular	Participar de audiências	R\$ 0,00	0,5	R\$ 266,71
1089	Paulo da Graça Riquelme de Macedo Junior	Promotor de Justiça	4.3.2020	Naviraí / Itaquiraí/ Naviraí	Veículo particular	Participar de audiências e manifestar-se em processos e procedimentos	R\$ 0,00	0,5	R\$ 373,39
1101	Marcos Antonio David dos Santos	Assessor Militar	5 e 6.3.2020	Campo Grande / Rio Brilhante/ Campo Grande	Veículo oficial	Tratar de assuntos relacionados à segurança institucional	R\$ 0,00	1	R\$ 409,75
1101	Juacir Gomes de Carvalho Júnior	Assistente Militar	5 e 6.3.2020	Campo Grande / Rio Brilhante/ Campo Grande	Veículo oficial	Tratar de assuntos relacionados à segurança institucional	R\$ 0,00	1	R\$ 327,80
1102	Marcio Fernando Cardoso	Auxiliar / Motorista	16 a 20.3.2020	Campo Grande / Ponta Porã/ Campo Grande	Veículo oficial	Conduzir os funcionários terceirizados Vândir Ribeiro Muzili, Carlos Reginaldo da Silva Albuquerque, Adailton José de Araújo, Emerson Alves Gomes, Vand Costa dos Santos, Francisco de Assis de Lira Santos e Roberli Correa Pires para realizarem serviços de manutenção nos prédios das Promotorias de Justiça	R\$ 0,00	4,5	R\$ 1.475,10
1103	Rodrigo Brandão Alves Pereira	Auxiliar / Motorista	16 a 20.3.2020	Campo Grande / Água Clara, Três Lagoas, Angélica, Deodápolis, Ivinhema, Nova Andradina, Amambai, Sete Quedas, Itaquiraí, Mundo Novo, Naviraí, Bataguassu, Brasilândia, Ribas do Rio Pardo, Fátima do Sul, Caarapó, Iguatemi, Ponta Porã, Dourados, Itaporã, Rio Brilhante e Nova Alvorada do Sul/ Campo Grande	Veículo oficial	Realizar entrega de materiais de consumo e expediente nas Promotorias de Justiça	R\$ 0,00	4,5	R\$ 1.475,10
1104	Marcos Antonio Larrea Barcelos	Auxiliar / Motorista	16 a 20.3.2020	Campo Grande / Coxim, Cassilândia, Aparecida do Taboado, Costa Rica, Maracaju, Nioaque, Aquidauana, Corumbá, Dois Irmãos do Buriti, Rio Negro, Rio Verde, São Gabriel do Oeste, Sonora, Terenos, Paranaíba, Bela Vista, Sidrolândia, Jardim e Miranda/ Campo Grande	Veículo oficial	Realizar entrega de materiais de consumo e expediente nas Promotorias de Justiça	R\$ 0,00	4,5	R\$ 1.475,10
1105	Manoel Rodrigues dos Santos Neto	Auxiliar / Motorista	16 a 20.3.2020	Campo Grande / Cassilândia, Paranaíba e Aparecida do Taboado/ Campo Grande	Veículo oficial	Conduzir os funcionários terceirizados Wanderson Montiel de Brito, Aureo Manoel Nogueira, Nildo Domingues de Moraes e Dayan Carlos de Oliveira Adelar para realizarem serviços de manutenção nos prédios das Promotorias de Justiça	R\$ 0,00	4,5	R\$ 1.475,10
1106	Elizete Alves da Silva	Assessora de Comunicação	27 a 29.2.2020	Campo Grande / Ponta Porã e Dourados/ Campo Grande	Veículo oficial	Realizar matéria jornalística e registro fotográfico da abertura do Curso de Extensão em Antropologia e Políticas Públicas para a Rede de Proteção às Crianças e aos Adolescentes Indígenas em Dourados e da solenidade de readequação do edifício-sede das Promotorias de Justiça da comarca de Ponta Porã	R\$ 0,00	2,3	R\$ 942,42
1111	Gustavo Henrique Bertocco de Souza	Promotor de Justiça	7.2.2020	Eldorado / Itaquiraí/ Eldorado	Veículo particular	Participar de audiências	R\$ 0,00	0,5	R\$ 253,37
1111	Gustavo Henrique Bertocco de Souza	Promotor de Justiça	12.2.2020	Eldorado / Itaquiraí/ Eldorado	Veículo particular	Participar de audiências	R\$ 0,00	0,5	R\$ 253,37
1111	Gustavo Henrique Bertocco de Souza	Promotor de Justiça	28.2.2020	Eldorado / Itaquiraí/ Eldorado	Veículo particular	Participar de audiências	R\$ 0,00	0,5	R\$ 253,37
1111	Gustavo Henrique Bertocco de Souza	Promotor de Justiça	2.3.2020	Eldorado / Itaquiraí/ Eldorado	Veículo particular	Participar de audiências	R\$ 0,00	0,5	R\$ 253,37
1112	Eteocles Brito Mendonça Dias Junior	Promotor de Justiça	28.2.2020	Dourados / Ponta Porã/ Dourados	Veículo particular	Realizar inquirições em inquérito civil	R\$ 0,00	1	R\$ 449,19
1113	Maurício Mecelis Cabral	Promotor de Justiça	20 e 21.2.2020	Nova Alvorada do Sul/ Campo Grande/ Nova Alvorada do Sul	Veículo particular	Participar de reunião com o Promotor de Justiça do Núcleo Ambiental, Luciano Furtado Loubet, para tratar de assuntos institucionais	R\$ 0,00	1,5	R\$ 1.280,19

1122	Paulo da Graça Riquelme de Macedo Junior	Promotor de Justiça	5.3.2020	Naviraí / Itaquiraí/ Naviraí	Veículo particular	Participar de audiências e manifestar-se em processos e procedimentos	R\$ 0,00	0,5	R\$ 373,39
1123	Anthony Allison Brandão Santos	Promotor de Justiça	15 e 16.1.2020	Deodápolis / Campo Grande/ Deodápolis	Veículo particular	Participar de reunião para tratar do projeto "Caburé" junto às Superintendências da SEMAGRO e AGRAER	R\$ 0,00	1,5	R\$ 1.368,20
1134	Rodrigo Brandão Alves Pereira	Auxiliar / Motorista	11.3.2020	Campo Grande / Camapuã/ Campo Grande	Veículo oficial	Conduzir o Promotor de Justiça Marcos Roberto Dietz	R\$ 0,00	0,5	R\$ 163,90
1135	Edvaldo Ferreira Lima	Auxiliar / Motorista	17 e 18.3.2020	Campo Grande / Pedro Gomes e Sonora/ Campo Grande	Veículo oficial	Conduzir o Corregedor-Geral Substituto do MP, Antonio Siufi Neto, e o Assessor Especial Reynaldo Hilst Mattar para realização de correição ordinária	R\$ 0,00	1,5	R\$ 491,70
1152	Cleiton Figueredo da Cruz	Auxiliar / Motorista	9.3.2020	Jardim / Bonito/ Jardim	Veículo oficial	Conduzir o Promotor de Justiça Allan Carlos Cobacho do Prado para substituição na Promotoria de Justiça	R\$ 0,00	0,3	R\$ 98,34
1153	Ewerton Cardoso da Silva	Auxiliar / Motorista	12 e 13.3.2020	Campo Grande / Dourados/ Campo Grande	Veículo oficial	Conduzir o servidor Luiz Henrique Garcia Granja para realizar visita emergencial para instalar um novo switch de rede a fim de acomodar os equipamentos de controle de acesso	R\$ 0,00	1,5	R\$ 491,70
1153	Luiz Henrique Garcia Granja	Assessor Técnico em Redes	12 e 13.3.2020	Campo Grande / Dourados/ Campo Grande	Veículo oficial	Instalar um novo switch de rede a fim de acomodar os equipamentos de controle de acesso	R\$ 0,00	1,5	R\$ 491,70
1165	Edson Jose Pereira	Policia Militar	11.3.2020	Amambai / Coronel Sapucaia/ Amambai	Veículo oficial	Realizar serviços de segurança ao Promotor de Justiça Thiago Barbosa da Silva	R\$ 0,00	0,3	R\$ 98,34
1165	Joel Cesar Bortolan de Emilio	Auxiliar / Motorista	11.3.2020	Amambai / Coronel Sapucaia/ Amambai	Veículo oficial	Conduzir o Promotor de Justiça Thiago Barbosa da Silva para participar de sessão do Tribunal do Júri	R\$ 0,00	0,3	R\$ 98,34
1213	Cleiton Figueredo da Cruz	Auxiliar / Motorista	11 e 12.3.2020	Jardim / Bela Vista/ Jardim	Veículo oficial	Conduzir o Promotor de Justiça William Marra Silva Junior para participar de audiências e o Policial Militar Manoel Romão da Silva para realizar serviços de segurança ao referido Promotor de Justiça	R\$ 0,00	1,5	R\$ 491,70
1214	Whanderson Ribeiro de Almeida	Assistente Militar	13 a 18.3.2020	Campo Grande / Rio Brilhante/ Campo Grande	Veículo oficial	Tratar de assuntos relacionados à segurança institucional	R\$ 0,00	5,5	R\$ 1.802,90
1214	Evandro Silva Toledo	Assistente Militar	13 a 18.3.2020	Campo Grande / Rio Brilhante/ Campo Grande	Veículo oficial	Tratar de assuntos relacionados à segurança institucional	R\$ 0,00	5,5	R\$ 1.802,90
1225	Vagner André Parizotto	Auxiliar / Motorista	12.3.2020	Ponta Porã / Aral Moreira e Antônio João/ Ponta Porã	Veículo oficial	Cumprir diligências e entregar ofícios e inquéritos policiais	R\$ 0,00	0,3	R\$ 98,34
1226	Edvaldo Ferreira Lima	Auxiliar / Motorista	16.3.2020	Campo Grande / Ponta Porã/ Campo Grande	Veículo oficial	Levar materiais e ferramentas para manutenção no prédio da Promotoria de Justiça	R\$ 0,00	0,5	R\$ 163,90
TOTAIS							R\$ 12.823,63		R\$ 182.331,89

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

EXTRATO DO CONTRATO Nº 27/PGJ/2020

Processo nº PGJ/10/0954/2020

Partes:

1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, por intermédio do **Fundo Especial de Apoio e Desenvolvimento do Ministério Público**, representado por sua Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, **Nilza Gomes da Silva**;

2- **MARIZA GOMES DOURADO BARBOSA 76971490100**, representada neste ato por **Mariza Gomes Dourado Barbosa**.

Licitação: Dispensada.

Amparo legal: Artigo 24, inciso II, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

Objeto: Contratação de pessoa jurídica para a execução de serviços de serralheria e cobertura metálica, incluindo o fornecimento de todos os materiais necessários à execução dos serviços, para atender às necessidades deste Ministério Público.

Valor total: R\$ 14.700,00 (quatorze mil e setecentos reais), nos termos da Nota de Empenho nº 2020NE000115, datada de 10.03.2020.

Vigência: 08.04.2020 a 08.10.2020.

Data de assinatura: 08 de abril de 2020.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 35/PGJ/2020

Processo PGJ/10/0586/2020

Partes:

1- **Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul**, por intermédio do **Fundo Especial de Apoio e Desenvolvimento do Ministério Público**, representado por sua Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, **Nilza Gomes da Silva**;

2- **FEDERAL TECNOLOGIA DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE LTDA.**, representada por **Elenice de Cássia Calikoski**.

Procedimento licitatório: Inexigibilidade.

Amparo legal: Artigo 25, *caput*, da Lei Federal nº 8.666/1993.

Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços especializados e exclusivos de suporte técnico, atualizações, manutenção preventiva e corretiva, referente ao Sistema SisSoft2002.

Valor estimado mensal: 17.348,05 (dezessete mil trezentos e quarenta e oito reais e cinco centavos), nos termos da Nota de Empenho nº 2020NE000155, datada de 13.04.2020.

Vigência: 15.04.2020 a 15.04.2021.

Data da assinatura: 15 de abril de 2020.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 22/PGJ/2020

Processo nº PGJ/10/0959/2020

Partes:

1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, representado por sua Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, **Nilza Gomes da Silva**;

2- **GENTE SEGURADORA S/A.**, representada por seu Diretor, **Marcelo Wais**.

Procedimento licitatório: Dispensada.

Amparo legal: Artigo 24, inciso II, da Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993.

Objeto: Contratação de pessoa jurídica para a prestação de serviço de seguro de acidentes pessoais coletivos (morte acidental, invalidez e despesas médico-hospitalares), para atender 880 (oitocentos e oitenta) estagiários do Contratante (quantidade variável), incluindo os de nível médio, graduação e pós-graduação.

Valor estimado contratual total: R\$ 7.286,40 (sete mil duzentos e oitenta e seis reais e quarenta centavos), nos termos da Nota de Empenho nº 2020NE000999, de 03.03.2020.

Vigência: 02.04.2020 a 02.04.2021.

Data de assinatura: 19 de março de 2020.

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 38/PGJ/2019

Processo PGJ/10/2705/2019

Partes:

1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, representado por sua Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, **Nilza Gomes da Silva**;

2- **MULTIQUALITY COMERCIAL E CORRETORA DE SEGUROS LTDA**, representada por **Marcio Alba de Azevedo**.

Procedimento licitatório: Pregão Eletrônico nº 16/PGJ/2019.

Amparo legal: Artigo 65, inciso II, alínea “d”, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993; artigo 17, do Decreto Federal nº 7.892, 23 de janeiro de 2013; e artigo 11, §1º, da Resolução nº 014/2011-PGJ, de 12 de agosto de 2011.

Objeto: **Revisão do valor registrado para o item 3** (apoio para teclado), constante na Cláusula Primeira, da Ata de Registro de Preços nº 38/PGJ/2019, vinculado ao Pregão Eletrônico nº 16/PGJ/2019, de maneira que, onde constava o preço unitário de R\$ 35,71 (trinta e cinco reais e setenta e um centavos), passará a constar o preço unitário de R\$ 44,36 (quarenta e quatro reais e trinta e seis centavos).

Vigência: 08.04.2020 a 08.01.2021.

Data da assinatura: 08 de abril de 2020.

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO ENTRE MPMS E ANAEC

Processo nº PGJ/10/5004/2019

Partes:

1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, representado por sua Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, **Nilza Gomes da Silva**;

2- **ASSOCIAÇÃO NOVANDRADINENSE DE EDUCAÇÃO E CULTURA**, representada por sua Diretora, **Vera Lucia Martinez Battistetti**.

Amparo legal: Artigos 116 e 60, ambos da Lei Federal nº 8.666/93, e artigo 4º, §1º, alínea “a”, da Resolução nº 015/2010-PGJ, de 27 de julho 2010.

Objeto: Corrigir, por erro material de digitação, o teor do item 4.1.1, alínea “a”, da Cláusula Quarta, para incluir, na previsão de carga horária de 20 (vinte) horas semanais, divididas em 4 horas diárias de efetivo estágio, os alunos de ensino médio.

Vigência: 27.03.2020 até 09.01.2022.

Data da assinatura: 27 de março de 2020.

EDITAIS DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA**COMARCAS DE ENTRÂNCIA ESPECIAL****CAMPO GRANDE****EDITAL N. 0002/2020/32PJ/CGR**

A 32.ª Promotoria de Justiça de Saúde Pública da Comarca de Campo Grande/MS torna pública a instauração de Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar, na Rua da Paz, n. 134, Jardim dos Estados.

Inquérito Civil 06.2020.00000514-7

Requerente: 32.ª Promotoria de Justiça da Saúde Pública.

Requeridos: Estado de Mato Grosso do Sul/ Secretaria de Estado de Saúde de MS e Município de Campo Grande/ Secretaria Municipal de Saúde de Campo Grande.

Objeto: Apurar a efetiva implementação de Leitos de Unidade Intensiva (UTI) e Leitos clínicos de isolamento no município de Campo Grande para o enfrentamento da pandemia de COVID-19.

Campo Grande, MS, 14 de março de 2020.

FILOMENA APARECIDA DEPÓLITO FLUMINHAN

32.ª Promotora de Justiça da Saúde Pública

EDITAL Nº 05/2020.

A 26ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente, Patrimônio Histórico e Cultural, Habitação e Urbanismo da Comarca de Campo Grande/MS, torna pública a instauração do Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na Rua São Vicente de Paula, 180, Bairro Chácara Cachoeira.

Inquérito Civil nº: 06.2020.00000500-3

Requerentes: Ministério Público Estadual

Requeridos: Amilton Pereira e Maria Aparecida de Souza Pereira.

Objeto: Apurar a ocorrência de possível desmatamento ilegal de 2,46 ha de vegetação nativa na Fazenda Boa Vista, localizada neste Município, inscrita no CARMS n. 0048645, conforme informado no Parecer n. 513/19/Nugeo.

Campo Grande, 14 de abril de 2020.

LUZ MARINA BORGES MACIEL PINHEIRO

Promotora de Justiça.

EDITAL Nº 06/2020.

A 26ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente, Patrimônio Histórico e Cultural, Habitação e Urbanismo da Comarca de Campo Grande/MS, torna pública a instauração do Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na Rua São Vicente de Paula, 180, Bairro Chácara Cachoeira.

Inquérito Civil nº: 06.2020.00000498-1

Requerentes: Ministério Público Estadual

Requeridos: Antônio Carlos Horta de Almeida

Objeto: Apurar a ocorrência de possível desmatamento ilegal de 0,080ha de vegetação nativa na Fazenda Alagoas Parte, localizada neste Município, inscrita no CARMS n. 0000495, conforme informado no Parecer n. 501/19/Nugeo.

Campo Grande, 14 de abril de 2020.

LUZ MARINA BORGES MACIEL PINHEIRO

Promotora de Justiça.

RECOMENDAÇÃO CONJUNTA N. 0002/2020/53ZE/CGR

Autos n. 09.2020.00001393-6

O MINISTÉRIO PÚBLICO ELEITORAL, por meio das representantes abaixo assinadas com atribuições perante a 53ª Zona Eleitoral e 44ª Zona Eleitoral, com fundamento no art. 27, parágrafo único, inciso IV, da Lei nº 8.625/93, e no artigo 29, inciso IV, da Lei Complementar Estadual nº 72, de 18 de janeiro de 1994, e art. 44 da Resolução n.º 15/2007/PJG de 27.11.2007, e;

CONSIDERANDO o disposto no artigo 79 da Lei Complementar Federal nº 75/1993, que dispõe sobre o Promotor Eleitoral, o qual será o membro do Ministério Público local que officie junto ao Juízo incumbido do serviço eleitoral de cada Zona Eleitoral;

CONSIDERANDO o teor da Nota Técnica nº 2/2020/MPF/PR/GABPRE, subscrita pelo Excelentíssimo Senhor Procurador Regional Eleitoral Pedro Gabriel Siqueira Gonçalves;

CONSIDERANDO que a Portaria nº. 188, de 03 de fevereiro de 2020, do Ministério da Saúde, declarou Situação de Emergência em Saúde Pública de importância Nacional (ESPIN) decorrente de Infecção Humana pelo novo coronavírus (2019-nCoV), autorizada pelo Decreto n.º 7.616, de 17 de novembro de 2011;

CONSIDERANDO o disposto no Decreto n.º 15.396, de 19 de março de 2020, editado pelo Poder Executivo do Estado do Mato Grosso do Sul, que declarou situação de emergência em saúde no âmbito estadual, dispondo sobre uma série de medidas para enfrentamento e contenção da infecção humana provocada pelo novo coronavírus (COVID- 19), em atendimento à declaração pela Organização Mundial da Saúde, em 11 de março de 2020, de pandemia de COVID-19, doença causada pelo novo coronavírus (SarsCov-2);

CONSIDERANDO também que o Decreto nº 14.195, de 18 de março de 2020, do Poder Executivo do Município de Campo Grande, que declarou situação de emergência em saúde no âmbito municipal, dispondo sobre uma série de medidas para enfrentamento e contenção da infecção humana provocada pelo novo coronavírus (COVID-19), inclusive com a recomendação de restrição ao funcionamento de diversos estabelecimentos;

CONSIDERANDO que a Medida Provisória nº 926/2020 alterou o texto da Lei 13.979/2020 e acrescentou hipótese de dispensa de licitação para aquisição de bens, serviços, inclusive de engenharia, e insumos destinados ao enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus;

CONSIDERANDO que o art. 73, § 10, da Lei nº 9.504/97, proíbe que a administração pública faça, em ano de eleições, a distribuição gratuita bens, valores ou benefícios, excetuados os casos de calamidade pública, de estado de emergência ou de programas sociais autorizados em lei e já em execução orçamentária no exercício anterior;

CONSIDERANDO que os casos de calamidade pública e de situação de emergência a autorizarem a exceção permissiva de concessão de benefício devem ser caracterizados por critérios objetivos e resultar de decisão expressa da autoridade competente;

CONSIDERANDO que no ano de 2020 não podem ser criados programas sociais de auxílio à população, mas apenas mantidos os que são objeto de execução orçamentária desde, pelo menos, o ano de 2019;

CONSIDERANDO que a execução orçamentária de 2019 pressupõe previsão na respectiva Lei Orçamentária Anual (LOA) votada e sancionada em 2018 ou em lei posterior de suplementação orçamentária e que esta integre o orçamento anual, desde que os novos recursos nela previstos resultem de anulação de rubricas ou excesso de arrecadação;

CONSIDERANDO competir ao Ministério Público Eleitoral acompanhar a execução financeira e administrativa dos programas sociais mantidos em ano de eleição;

CONSIDERANDO que o art. 73, § 11, da Lei 9.504/1997 veda, em ano de eleições, a execução de programas sociais governamentais por intermédio (mediante subvenção, termo de cooperação técnica, convênio, entre outras formas) de entidades nominalmente vinculadas a candidatos ou por estes mantidas;

CONSIDERANDO que o art. 73, IV, da Lei 9.504/1997 proíbe uso promocional de programas sociais em favor de candidatos, partidos e coligações, alcançando também os programas criados em anos anteriores;

CONSIDERANDO que o Ministério Público, na defesa do regime democrático e da lisura das eleições, deve atuar preventivamente, contribuindo para evitar atos viciosos da disputa eleitoral;

CONSIDERANDO que as recomendações do Ministério Público Eleitoral são instrumentos de orientação que visam à prevenção do cometimento de ilícitos, a fim de se evitar a imposição de sanções, muitas vezes graves e com repercussões importantes em candidaturas;

As Promotorias Eleitorais com atribuições perante a 53ª e 44ª Zonas Eleitorais RESOLVEM RECOMENDAR ao Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Campo Grande/MS que não dê prosseguimento ou permita a votação, no ano de 2020, de projetos de lei que autorizem a distribuição gratuita de bens, valores e benefícios a pessoas físicas ou jurídicas, ante a vedação da Lei nº. 9.504/1997.

Frisa-se que a inobservância das vedações indicadas nesta Recomendação sujeita o infrator, agente público ou não, à pena pecuniária de 5.000 a 100.000 UFIR e à cassação de registro ou de diploma do candidato beneficiado (art. 73, §§ 4º e 5º, da Lei nº. 9.504/1997), além de inelegibilidade por abuso de poder ou por prática de conduta vedada (art. 1º, inciso I, alíneas d e j, da Lei Complementar nº. 64/1990).

RECOMENDA-SE, ainda, ao Presidente da Câmara Municipal que dê ciência formal da presente a todos os Vereadores desta Casa de Leis.

No mais, nos termos do artigo 29, inciso IV, da Lei Complementar Estadual 72/1994 e par. Único do art. 45 da Resolução nº 15/2007/PGJ de 27.11.2007, no art. 27, par. Único, inc. IV, da Lei 8.625/93, o Ministério Público Eleitoral:

A) Requisita ao Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Campo Grande/MS que, no prazo de 10 (dez) dias úteis, responda por escrito às Promotorias Eleitorais com atribuições perante a 53ª Zona Eleitoral e 44ª Zona Eleitoral acerca do acatamento ou não da presente Recomendação e, no mesmo prazo, informe todas as providências concretas adotadas para atender à recomendação supracitada.

A ausência de observância das medidas enunciadas impulsionará o MINISTÉRIO PÚBLICO ELEITORAL a adotar as providências judiciais e extrajudiciais pertinentes para garantir a prevalência das normas de proteção à defesa do regime democrático e à lisura do pleito de que trata esta RECOMENDAÇÃO.

A presente RECOMENDAÇÃO não exclui a irrestrita necessidade de plena observância de todas as normas constitucionais e infraconstitucionais em vigor.

Encaminhe-se cópia da RECOMENDAÇÃO ao Excelentíssimo Senhor Procurador-Regional Eleitoral de Mato

Grosso do Sul, ao Excelentíssimo Senhor Coordenador do Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça do Patrimônio Público, Fundações e Eleitorais e às Excelentíssimas Juízas Eleitorais das 53ª e 44ª Zonas Eleitorais.

ENCAMINHE-SE a presente para publicação no Diário Oficial do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Campo Grande/MS, 08 de abril de 2020.

DANIELA CRISTINA GUIOTTI

Promotora de Justiça com atuação junto à 53ª Zona Eleitoral

REGINA DORNTE BROCH

Promotora de Justiça com atuação junto à 44ª Zona Eleitoral

RECOMENDAÇÃO N. 0003/2020/53ZE/CGR

Autos n. 09.2020.00001393-6

O MINISTÉRIO PÚBLICO ELEITORAL, por meio das representantes abaixo assinadas com atribuições perante a 53ª Zona Eleitoral e 44ª Zona Eleitoral, com fundamento no art. 27, parágrafo único, inciso IV, da Lei nº 8.625/93, e no artigo 29, inciso IV, da Lei Complementar Estadual nº 72, de 18 de janeiro de 1994, e art. 44 da Resolução n.º 15/2007/PGJ de 27.11.2007, e;

CONSIDERANDO o disposto no artigo 79 da Lei Complementar Federal nº 75/1993, que dispõe sobre o Promotor Eleitoral, o qual será o membro do Ministério Público local que officie junto ao Juízo incumbido do serviço eleitoral de cada Zona Eleitoral;

CONSIDERANDO o teor da Nota Técnica nº 2/2020/MPF/PR/GABPRE, subscrita pelo Excelentíssimo Senhor Procurador Regional Eleitoral Pedro Gabriel Siqueira Gonçalves;

CONSIDERANDO que a Portaria nº. 188, de 03 de fevereiro de 2020, do Ministério da Saúde, declarou Emergência em Saúde Pública de importância Nacional (ESPIN) decorrente Infecção Humana pelo novo coronavírus (2019-nCoV), autorizado pelo Decreto n.º 7.616, de 17 de novembro de 2011;

CONSIDERANDO o disposto no Decreto n.º 15.396, de 19 de março de 2020, do Poder Executivo do Estado do Mato Grosso do Sul, que declarou situação de emergência em saúde no âmbito estadual, dispondo sobre uma série de medidas para enfrentamento e contenção da infecção humana provocada pelo novo coronavírus (COVID- 19), em atendimento à declaração pela Organização Mundial da Saúde, em 11 de março de 2020, de pandemia de COVID-19, doença causada pelo novo coronavírus (SarsCov-2);

CONSIDERANDO também que o Decreto nº 14.195, de 18 de março de 2020, do Poder Executivo do Município de Campo Grande que declarou situação de emergência em saúde no âmbito municipal, dispondo sobre uma série de medidas para enfrentamento e contenção da infecção humana provocada pelo novo coronavírus (COVID-19), inclusive com a recomendação de restrição ao funcionamento de diversos estabelecimentos;

CONSIDERANDO que a Medida Provisória nº 926/2020 alterou o texto da Lei 13.979/2020 e acrescentou hipótese de dispensa de licitação para aquisição de bens, serviços, inclusive de engenharia, e insumos destinados ao enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus;

CONSIDERANDO que o art. 73, § 10, da Lei nº 9.504/97, proíbe que a administração pública faça, em ano de eleições, a distribuição gratuita bens, valores ou benefícios, excetuados os casos de calamidade pública, de estado de emergência ou de programas sociais autorizados em lei e já em execução orçamentária no exercício anterior;

CONSIDERANDO que os casos de calamidade pública e de estado de emergência a autorizarem a exceção permissiva de concessão de benefício devem ser caracterizados por critérios objetivos e resultar de decisão expressa da autoridade competente;

CONSIDERANDO que no ano de 2020 não podem ser criados programas sociais de auxílio à população, mas apenas mantidos os que sejam objeto de execução orçamentária desde, pelo menos, o ano de 2019;

CONSIDERANDO que a execução orçamentária de 2019 pressupõe previsão na respectiva Lei Orçamentária Anual (LOA) votada e sancionada em 2018 ou em lei posterior de suplementação orçamentária e que esta integre o orçamento anual, desde que os novos recursos nela previstos resultem de anulação de rubricas ou excesso de arrecadação;

CONSIDERANDO competir ao Ministério Público Eleitoral acompanhar a execução financeira e administrativa dos programas sociais mantidos em ano de eleição;

CONSIDERANDO que o art. 73, § 11, da Lei 9.504/1997 veda, em ano de eleições, execução de programas sociais governamentais por intermédio (mediante subvenção, termo de cooperação técnica, convênio, entre outras formas) de entidades nominalmente vinculadas a candidatos ou por estes mantidas;

CONSIDERANDO que o art. 73, IV, da Lei 9.504/1997 proíbe uso promocional de programas sociais em favor de candidatos, partidos e coligações, alcançando também os programas criados em anos anteriores;

CONSIDERANDO que o Ministério Público Eleitoral, na defesa do regime democrático e da lisura das eleições, deve atuar preventivamente, contribuindo para evitar atos viciosos da disputa eleitoral;

CONSIDERANDO que recomendações do Ministério Público Eleitoral são instrumento de orientação que visam a antecipar-se ao cometimento de ilícito e a evitar imposição de sanções, muitas vezes graves e com repercussões importantes em candidaturas;

As Promotorias Eleitorais com atribuições perante a 53ª e 44ª Zonas Eleitorais RESOLVEM:

1 - RECOMENDAR ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal de Campo Grande que, diretamente ou por intermédio de seu Secretariado:

a) não distribua nem permita a distribuição, a pessoas físicas ou jurídicas, de bens, valores e benefícios durante o ano de 2020, como doação de gêneros alimentícios, materiais de construção, passagens rodoviárias, quitação de contas de fornecimento de água e energia elétrica, doação ou concessão de direito real de uso de imóveis para instalação de empresas e isenção total ou parcial de tributos, entre outros, salvo se se encontrarem em alguma das hipóteses de exceção previstas no art. 73, § 10, da Lei das Eleições (calamidade, emergência e continuidade de programa social);

B) havendo necessidade de socorrer a população em situação de calamidade e emergência, que fixe critérios objetivos prévios (quantidade de pessoas a serem beneficiadas, renda familiar de referência para obtenção do benefício, condições pessoais ou familiares para concessão, entre outros) e observe o princípio da impessoalidade, com encaminhamento às Promotorias Eleitorais (com atribuições perante as 53ª e 44ª Zonas Eleitorais) de informação quanto ao fato caracterizador da calamidade ou emergência, bem como aos bens, valores e benefícios que se pretenda distribuir, além do respectivo período de distribuição e indicação de pessoas e faixas sociais beneficiárias;

c) havendo programas sociais em continuidade no ano de 2020, verifique se foram instituídos em lei (ou outro ato normativo) e se estão em execução orçamentária desde, pelo menos, o ano de 2019, ou seja, se integraram a LOA aprovada em 2018 e executada em 2019, neste caso não permitindo alterações e incrementos substanciais que possam caracterizar novo programa social ou incremento com fins eleitorais;

d) suspenda o repasse de recursos materiais, econômicos ou humanos a entidades nominalmente vinculadas a candidatos e pré-candidatos ou por eles mantidas, que executem programas de distribuição gratuita de bens, valores ou benefícios;

e) não permita a continuidade de programas sociais da administração municipal que proporcionem, mesmo dissimuladamente, promoção de filiados, pré-candidatos e candidatos às eleições de 2020, valendo-se, por exemplo, da afirmação de que o programa social é de sua iniciativa ou de que sua continuidade depende do resultado da eleição ou da entrega, com o benefício distribuído, de material de campanha ou de partido;

f) não permita o uso dos programas sociais mantidos pela administração municipal para promoção de candidatos, partidos e coligações e oriente os servidores públicos incumbidos de sua execução quanto à vedação de qualquer propaganda ou enaltecimento de candidato, pré-candidato ou partido.

2- A inobservância das vedações apontadas nesta Resolução sujeita o infrator, agente público ou não, à pena pecuniária de 5.000 a 100.000 UFIR e à cassação de registro ou de diploma do candidato beneficiado (art. 73, §§ 4º e 5º, da Lei nº. 9.504/1997), além da inelegibilidade por abuso de poder ou por prática de conduta vedada (art. 1º, inciso I, alíneas d e j, da Lei Complementar nº. 64/1990).

No mais, nos termos do artigo 29, inciso IV, da Lei Complementar Estadual 72/1994 e par. único do art. 45 da Resolução nº 15/2007/PGJ de 27.11.2007, no art. 27, par. único, inc. IV, da Lei 8.625/93, o Ministério Público Eleitoral:

a) *Requisita ao* Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal de Campo Grande que, no prazo de 10 (dez) dias úteis, responda por escrito às Promotorias Eleitorais com atribuições perante a 53ª Zona Eleitoral e 44ª Zona Eleitoral acerca do acatamento ou não da presente Recomendação e informe todas as providências concretas realizadas para atender às recomendações supracitadas e, no mesmo prazo, encaminhe:

1) o(s) programa(s) social(ais) mantidos em 2020, inclusive os que resultam de parceria financeira com os governos estadual e federal, neste caso informando:

- 1.1) nome do(s) programa(s);
- 1.2) data de criação;
- 1.3) instrumento normativo de criação;
- 1.4) público-alvo do(s) programa(s);
- 1.5) espécie de bens, valores e benefícios distribuídos;
- 1.6) por ano, o número de pessoas e famílias beneficiadas, desde a criação;
- 1.7) rubrica orçamentária que sustenta o programa nos anos de 2019 e 2020;

2) os programas sociais que estão sendo executados por entidades não governamentais com recursos públicos, informando:

- 2.1) nome e endereço da entidade;
- 2.2) nome do programa;
- 2.3) data a partir da qual o município passou a destinar recursos à entidade;
- 2.4) rubrica orçamentária que sustenta a destinação de recursos à entidade nos anos de 2019 e 2020;
- 2.5) valor anualmente destinado à entidade desde o início da parceria;
- 2.6) público-alvo do programa;
- 2.7) número de pessoas e famílias beneficiadas pela entidade, anualmente, desde o início da parceria;
- 2.8) espécie de bens, valores e benefícios distribuídos;
- 2.9) declaração de existência, ou não, de agente político ou pré-candidato vinculado nominalmente ou mantenedor da entidade.

A ausência de observância das medidas enunciadas impulsionará o MINISTÉRIO PÚBLICO ELEITORAL a adotar as providências judiciais e extrajudiciais pertinentes para garantir a prevalência das normas de proteção à defesa do regime democrático e à lisura do pleito de que trata esta RECOMENDAÇÃO.

A presente RECOMENDAÇÃO não exclui a irrestrita necessidade de plena observância de todas as normas constitucionais e infraconstitucionais em vigor.

Encaminhe-se cópia da presente RECOMENDAÇÃO ao Excelentíssimo Senhor Procurador-Regional Eleitoral de Mato Grosso do Sul, ao Excelentíssimo Senhor Coordenador do Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça do Patrimônio Público, Fundações e Eleitorais e às Excelentíssimas Juízas Eleitorais das 53ª e 44ª Zonas Eleitorais.

ENCAMINHE-SE a presente para publicação no Diário Oficial do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Campo Grande/MS, 08 de abril de 2020.

DANIELA CRISTINA GUIOTTI

Promotora Eleitoral com atuação junto à 53ª Zona Eleitoral

REGINA DORNTE BROCH

Promotora Eleitoral com atuação junto à 44ª Zona Eleitoral

DOURADOS

EDITAL N. 0005/2020/17PJ/DOS

A 17ª Promotoria de Justiça da Comarca de Dourados/MS torna pública a instauração do Procedimento Administrativo de acompanhamento de Políticas Públicas abaixo especificado que está à disposição de quem possa interessar na Rua João Correa Neto, n. 400, Bairro Jardim São Pedro ou através do endereço na internet <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Procedimento Administrativo de acompanhamento de Políticas Públicas n. 09.2020.00001428-0

Requerente(s): Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Requerido(s): Município de Laguna Carapã/MS, Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA de Laguna Carapã/MS.

Assunto: Fiscalizar o gerenciamento e a aplicação do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - FMDCA de Laguna Carapã/MS..

Dourados/MS, 08 de abril de 2020.

LUIZ GUSTAVO CAMACHO TERÇARIOL

Promotor de Justiça

RECOMENDAÇÃO CONJUNTA Nº 0003/2020/17PJ/DOS

16ª e 17ª Promotorias de Justiça da Comarca de Dourados – MS

Procedimento Administrativo n. 09.2020.00001428-0

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Município de Laguna Carapã/MS e Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA de Laguna Carapã/MS.

Objetivo: Fiscalizar o gerenciamento e a aplicação do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - FMDCA de Laguna Carapã/MS.

RECOMENDAÇÃO CONJUNTA Nº 0003/2020/17PJ/DOS

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL, por intermédio do 16º Promotor de Justiça de Defesa do Patrimônio Público e Social e do 17º Promotor de Justiça de Defesa das Crianças, Adolescentes, Pessoas Idosas e Pessoas com Deficiência da Comarca de Dourados, Estado de Mato Grosso do Sul, no uso das atribuições conferidas pelo art. 29, inciso IV, da Lei Complementar Estadual nº 72, de 18 de janeiro de 1994, e pelo art. 44 da Resolução 15/2007/PGJ, de 27 de novembro de 2007;

CONSIDERANDO que a Resolução 015/2007 dispõe em seu art. 5º que “a recomendação é instrumento destinado à orientação de órgãos públicos ou privados, para que sejam cumpridas normas relativas a direitos e deveres assegurados ou decorrentes das Constituições Federal e Estadual e serviços de relevância pública e social”;

CONSIDERANDO que o art. 44 daquele mesmo ato dispõe que “o órgão de execução, nos autos do inquérito civil ou do procedimento preparatório poderá expedir recomendações devidamente fundamentadas, visando à melhoria dos serviços públicos e de relevância pública, bem como aos demais interesses, direitos e bens cuja defesa lhe caiba promover”;

CONSIDERANDO que é função institucional do Ministério Público zelar pelo efetivo respeito dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados pela Constituição Federal, promovendo as medidas necessárias à sua garantia (art. 129, II, da Constituição Federal¹);

CONSIDERANDO a necessidade de proteção ao direito à saúde, que, além de qualificar-se como direito

¹ “Art. 129. São funções institucionais do Ministério Público:

(...)

II - zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados nesta Constituição, promovendo as medidas necessárias a sua garantia;”

fundamental, que assiste a todas as pessoas, representa consequência constitucional indissociável do direito à vida;

CONSIDERANDO que, nos termos do art. 7º, incisos VII, da Lei n. 8.080/90, as ações e serviços devem obedecer, entre outros princípios, a utilização da epidemiologia para o estabelecimento de prioridades, a alocação de recursos e a Orientação programática;

CONSIDERANDO que, no dia 30 de janeiro de 2020, a Organização Mundial de Saúde – OMS decretou situação de “*emergência de saúde pública de importância internacional*” e, em seguida, no dia 11 de março de 2020, declarou a pandemia de COVID-19;

CONSIDERANDO que o novo *Coronavírus* (COVID-19, CID 10: B34.2) é uma doença viral, altamente contagiosa, que provoca, inicialmente, sintomas de resfriado, podendo causar manifestações graves como a *Síndrome Respiratória Aguda Grave* e *Síndrome Respiratória do Oriente Médio*;

CONSIDERANDO que o Ministério da Saúde, no dia 03 de fevereiro de 2020, por meio da Portaria GM/MS nº 188/2020², declarou “*emergência em saúde pública de importância nacional*”, em decorrência da infecção humana pelo Coronavírus, à vista que a situação atual demanda o emprego urgente de medidas de prevenção, controle e contenção de riscos, danos e agravos à saúde pública;

CONSIDERANDO que o Ministério da Saúde elaborou o Plano de Contingência Nacional para Infecção Humana pelo Coronavírus COVID-19³, situando o Brasil, no momento, no nível de reposta 3: “*emergência em saúde pública de importância nacional (ESPIN)*”;

CONSIDERANDO o teor da Lei n. 13.979/2020 que “*Dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019.*”;

CONSIDERANDO que o Congresso Nacional decretou, aos 20 de março de 2020, a ocorrência de estado de calamidade pública, com efeitos até 31 de dezembro de 2020, com a publicação do Decreto Legislativo n. 6 de 2020, que “*Reconhece, para os fins do art. 65 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, a ocorrência do estado de calamidade pública, nos termos da solicitação do Presidente da República encaminhada por meio da Mensagem nº 93, de 18 de março de 2020.*”;

CONSIDERANDO que, por meio da Portaria n. 454/GM/MS, de 20 de março de 2020, o Ministério da Saúde declarou “*em todo o território nacional, o estado de transmissão comunitária do coronavírus (covid-19).*”;

CONSIDERANDO que os estados e municípios vêm elaborando seus planos de contingência locais, inclusive acatando recomendações expedidas pelo MPMS;

CONSIDERANDO que o Estado de Mato Grosso do Sul decretou “*situação de emergência em razão da pandemia por Doenças Infecciosas Virais - COVID-19 (COBRADE 1.5.1.1.0)*” nos termos do Decreto Estadual n. 15.396, de 19 de março de 2020;

CONSIDERANDO que o Município de Laguna Carapã/MS, por seu Prefeito Municipal, publicou o Decreto n. 077, de 18 de março de 2020 e o Decreto n. 079, de 18 de março de 2020, que dispõem sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Novo Coronavírus-COVID-19, adotando providências para conter a disseminação do vírus;

CONSIDERANDO que o Conselho Nacional de Justiça – CNJ editou a Resolução n. 313/2020, cujo o disposto no art. 9º fomenta a utilização de recursos oriundos de sanções alternativas, transações penais e suspensões processuais para o combate ao novo coronavírus⁴;

² Portaria GM/MS nº 188/2020 - Ministério da Saúde <<http://www.in.gov.br/web/dou/-/portaria-n-188-de-3-de-fevereiro-de-2020-241408388>> acesso em abril de 2020.

³ Plano Nacional/Coronavírus - Ministério da Saúde: <<https://portal.arquivos2.saude.gov.br/images/pdf/2020/fevereiro/13/plano-contingencia-coronavirus-COVID19.pdf>> acesso em abril de 2020.

⁴ “Art. 9º Os tribunais deverão disciplinar a destinação dos recursos provenientes do cumprimento de pena de prestação pecuniária, transação penal e suspensão condicional do processo nas ações criminais, priorizando a aquisição de materiais e equipamentos médicos necessários ao combate da pandemia Covid-19, a serem utilizados pelos profissionais da saúde.”

CONSIDERANDO que, atendendo ao CNJ, o TJMS editou a Portaria n. 1725, de 24 de março de 2020, que *“dispõe sobre a destinação dos recursos provenientes do cumprimento da pena de prestação pecuniária, transação penal e suspensão condicional do processo nas ações criminais para priorizar a aquisição de materiais e equipamentos médicos necessários ao combate da pandemia Covid-19, no âmbito do Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul.”*;

CONSIDERANDO que o Conselho Nacional do Ministério Público – CNMP expediu a Recomendação Conjunta PRESI-CN n. 1, de 20 de março de 2020, que *“dispõe acerca da priorização de reversão de recursos decorrentes da atuação finalística do Ministério Público brasileiro para o enfrentamento da Epidemia do Novo Coronavírus (Coronavírus-19).”*;

CONSIDERANDO que, nesta toada, o MPMS publicou a Recomendação Conjunta n. 002/2020/PGJ/CHMP, de 27 de março de 2020, que *“Orienta quanto à reversão de recursos decorrentes da atuação finalística judicial e extrajudicial dos Promotores de Justiça do Estado para ações de enfrentamento à pandemia do novo coronavírus (COVID-19).”*;

CONSIDERANDO que a Procuradoria-Geral de Justiça e a Corregedoria-Geral do MPMS recomendam:

“Art. 1º Que os membros do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul (MPMS), no âmbito de suas atribuições institucionais, respeitada a independência funcional:

- a) determinem a reversão de recursos decorrentes de sua atuação finalística judicial e extrajudicial para ações de enfrentamento à pandemia do novo coronavírus (COVID-19);*
- b) articulem a destinação de recursos dos Fundos de Direitos Difusos (FUNLES, Fundos da Infância, dos Idoso e outros similares) para ações de enfrentamento à pandemia da doença COVID-19, acompanhando as transferências;*
- c) postulem ao Poder Judiciário o redirecionamento de execuções ou indenizações em curso para ações de enfrentamento à pandemia da COVID-19; e*
- d) firmem ou redirecionem recursos decorrentes de termos de ajustamento de conduta, acordos de não persecução civil e acordos de não persecução penal para ações de enfrentamento à pandemia da COVID-19.*

Art. 2º Para o cumprimento do disposto no art. 1º, os recursos atualmente existentes e os que vierem a ser depositados nos próximos dias devem ser direcionados ao Fundo Estadual de Saúde (FESA), na conta criada para essa finalidade (CNPJ nº 03.517.102/0001-77, Agência 2576-3, conta-corrente nº 116.210-1), podendo também ser destinada, a critério do Promotor de Justiça, a Fundo Municipal de Saúde, bem como a outras entidades, hospitalares ou não, que trabalhem na prevenção e no combate à pandemia, e no auxílio às famílias que estão em situação vulnerável em razão da COVID-19.

Art. 3º Ficam ressalvadas da destinação prevista no art. 1º as verbas que atualmente já estejam empenhadas na execução de projetos essenciais em andamento.

Art. 4º Sejam comunicadas as destinações, com indicação do valor ou dos bens revertidos e pedido de prestação de contas, à Coordenação da Força-Tarefa de Acompanhamento da Epidemia da Doença do Coronavírus, pelo e-mail nucleodacidadania@mpms.mp.br, para posterior encaminhamento à Coordenação Nacional Finalística do Gabinete Integrado de Acompanhamento da Epidemia da COVID-19 (Giac-COVID-19), exclusivamente pelo e-mail ces@cnmp.mp.br, no caso de a destinação ser para o Fundo Estadual de Saúde, fazendo-se também comunicação e pedido de prestação de contas em havendo destinação para outro fundo ou entidade.”

CONSIDERANDO que fora expedida, na data de 19 de março de 2020, no bojo do Procedimento Preparatório n. 06.2020.00000320-5/10PJ-DOS a Recomendação Conjunta n. 02/2020 que *“Recomenda a segmentos dos poderes públicos e municipais (Dourados/MS e Laguna Carapã/MS) diversas providências para enfrentamento da pandemia de COVID-19 (coronavírus)”*, e, nas datas de 20, 21 e 24 de março de 2020, as Complementares n. 1, n. 2 e n. 3, respectivamente, todas pela 10ª, 16ª e 17ª Promotorias de Justiça de Dourados/MS;

CONSIDERANDO que, aos 02 de abril de 2020, a Força-Tarefa de Acompanhamento da Epidemia da Doença do Coronavírus-19, instituído pelo Procurador-Geral de Justiça, apresentou, no bojo da Diretriz de Atuação Fundamentada n. 6, sugestões de atuação aos membros do MPMS no que se refere à liberação e uso dos Fundos da Criança e do Adolescente – FCA em ações de enfrentamento à pandemia;

CONSIDERANDO que os órgãos de execução do MPMS da Comarca de Dourados/MS estão a buscar, incansavelmente, o apoio da comunidade local no combate à disseminação do novo coronavírus, inclusive no bojo do projeto “MP-Social” (PA n. 09.2019.00002174-7);

CONSIDERANDO que todas as medidas de controle e prevenção disciplinadas pelo Poder Público possuem o objetivo de desacelerar a propagação no novo coronavírus e garantir que a rede de saúde não entre em colapso, de modo a atender da melhor maneira os indivíduos que venham a dela necessitar.

CONSIDERANDO que a criação dos Fundos dos Direitos da Criança e do Adolescente – FDCA representa inovação na construção das diretrizes que gerem a política de atendimento à criança e ao adolescente na atualidade;

CONSIDERANDO que a natureza dos Fundos dos Direitos da Criança e do Adolescente – FDCA como Fundo Especial que é o *“produto de receitas especificadas que por lei se vinculam à realização de determinados objetivos ou serviços, facultada a adoção de normas peculiares de aplicação”* (art. 71, *caput*, da Lei n. 4.320/64) e que tem como fundamento a necessidade de destinar, de modo certo e determinado, recursos financeiros para áreas de especial relevância, facilitando a captação e a aplicação desses;

CONSIDERANDO que os Fundos dos Direitos da Criança e do Adolescente – FDCA são ferramentas que detêm a capacidade de executar políticas voltadas à população infantojuvenil;

CONSIDERANDO que os Fundos dos Direitos da Criança e do Adolescente – FDCA podem ser definidos como *“aportes de recursos financeiros constituídos de receitas específicas e aplicados na aquisição de bens e na execução de serviços diretamente vinculados à política de atendimento da população infantojuvenil, com base em plano de ação elaborado pelos Conselhos de Direitos, observadas as normas da legislação própria de cada ente federativo”*⁵;

CONSIDERANDO as regras gerais atinentes à administração de recursos financeiros públicos aplicáveis às modalidades de Fundo Especial previstas no art. 165⁶ e seguintes da Constituição Federal, na Lei n. 4.320/64 e na Lei n. 8.666/93;

CONSIDERANDO o que dispõe os artigos 88, inciso IV⁷, 154⁸, 214⁹, 260¹⁰ e seguintes do Estatuto da Criança e do Adolescentes a respeito dos Fundos Nacional, Estaduais e Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente;

CONSIDERANDO que cabe à União, aos Estados e aos Municípios legislar sobre a criação e normatização dos respectivos Fundos dos Direitos da Criança e do Adolescente – FDCA;

CONSIDERANDO que a gestão dos fundos é função exclusiva dos conselhos da criança e do adolescente nos termos dos artigos 88, inciso IV, 214, 260 e 260-I¹¹, do ECA;

CONSIDERANDO que a Lei n. 13.019/14 – Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil – MROSC versa sobre as parcerias que podem ser estabelecidas entre a Administração Pública e as Organizações da Sociedade Civil,

⁵ Curso de direito da criança e do adolescente: aspectos teóricos e práticos. / Andréa Rodrigues Amin ... [et al.]; coordenação Kátia Regina Ferreira Lobo Andrade Maciel. – 11 ed. – São Paulo. Saraiva Educação, 2018. p. 505.

⁶ “SEÇÃO II

DOS ORÇAMENTOS

Art. 165. Leis de iniciativa do Poder Executivo estabelecerão:

(...)

⁷ Art. 88. São diretrizes da política de atendimento:

(...)

IV - manutenção de fundos nacional, estaduais e municipais vinculados aos respectivos conselhos dos direitos da criança e do adolescente;”

⁸ “Art. 154. Aplica-se às multas o disposto no art. 214.”

⁹ “Art. 214. Os valores das multas reverterão ao fundo gerido pelo Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente do respectivo município.

§ 1º As multas não recolhidas até trinta dias após o trânsito em julgado da decisão serão exigidas através de execução promovida pelo Ministério Público, nos mesmos autos, facultada igual iniciativa aos demais legitimados.

§ 2º Enquanto o fundo não for regulamentado, o dinheiro ficará depositado em estabelecimento oficial de crédito, em conta com correção monetária.”

¹⁰ Art. 260. Os contribuintes poderão efetuar doações aos Fundos dos Direitos da Criança e do Adolescente nacional, distrital, estaduais ou municipais, devidamente comprovadas, sendo essas integralmente deduzidas do imposto de renda, obedecidos os seguintes limites: (Redação dada pela Lei nº 12.594, de 2012) (Vide)

I - 1% (um por cento) do imposto sobre a renda devido apurado pelas pessoas jurídicas tributadas com base no lucro real; e (Redação dada pela Lei nº 12.594, de 2012) (Vide)

II - 6% (seis por cento) do imposto sobre a renda apurado pelas pessoas físicas na Declaração de Ajuste Anual, observado o disposto no art. 22 da Lei nº 9.532, de 10 de dezembro de 1997. (Redação dada pela Lei nº 12.594, de 2012) (Vide)

¹¹ “Art. 260-I. Os Conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente nacional, estaduais, distrital e municipais divulgarão amplamente à comunidade: (Incluído pela Lei nº 12.594, de 2012)

I - o calendário de suas reuniões;

II - as ações prioritárias para aplicação das políticas de atendimento à criança e ao adolescente;

III - os requisitos para a apresentação de projetos a serem beneficiados com recursos dos Fundos dos Direitos da Criança e do Adolescente nacional, estaduais, distrital ou municipais;

IV - a relação dos projetos aprovados em cada ano-calendário e o valor dos recursos previstos para implementação das ações, por projeto;

V - o total dos recursos recebidos e a respectiva destinação, por projeto atendido, inclusive com cadastramento na base de dados do Sistema de Informações sobre a Infância e a Adolescência;

VI - a avaliação dos resultados dos projetos beneficiados com recursos dos Fundos dos Direitos da Criança e do Adolescente nacional, estaduais, distrital e municipais.”

e é regulamentada pelo Decreto n. 8.726/2016 que dispõe sobre regras e procedimentos do regime jurídico das parcerias celebradas entre a administração pública federal e as organizações da sociedade civil;

CONSIDERANDO a necessidade de fomentar uma postura proativa do CMDCA de Laguna Carapã/MS para com as políticas de sua área de atuação, abandonando a postura reativa que predomina na atualidade;

CONSIDERANDO que, o Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – FMDCA de Laguna Carapã/MS está estampado na Lei Municipal n. 551/18, e cujas atribuições do CMDCA encontram-se delineadas nos incisos do art. 13;

CONSIDERANDO que o art. 30, incisos I, II, III e VI, e o art. 31, incisos I e II, ambos do MROSC (Lei n. 13.019/14) preveem situações nas quais o chamamento público poderá ser dispensado e é inexigível, dentre as quais consta o caso de “calamidade pública”, e cuja ausência deverá ser justificada pelo administrador público (art. 32, incisos I e II, do MROSC);

CONSIDERANDO que a Resolução Conanda n. 137, de 21 de janeiro de 2010, disciplina em seu art. 16, *caput*, que “deve ser vedada a utilização dos recursos do Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente para despesas que não se identifiquem diretamente com a realização de seus objetivos ou serviços determinados pela lei que o instituiu, exceto em situações emergenciais ou de calamidade pública previstas em lei. Esses casos excepcionais devem ser aprovados pelo plenário do Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente.”

CONSIDERANDO que a utilização de verbas do fundo em caráter excepcional, para ações de enfrentamento à pandemia Covid-19 em prol de crianças e adolescentes, deve ser justificada em consonância com a situação concretamente enfrentada pelo Estado ou Município, com base em análise de elementos que demonstrem a incapacidade do ente público financiá-las com outras fontes, sendo a última hipótese para a garantia de direito essencial;

CONSIDERANDO as orientações do CONANDA¹² sobre a “Utilização de recursos do FIA em ações de prevenção ao impacto social decorrente do COVID-19”, publicadas em 01 de abril de 2020, das quais constou que: “(...) 2. (...) *Muito embora o atual contexto enfrentado caracterize sérias dificuldades para a sociedade em geral, é necessário demonstrar a restrição em relação a outras hipóteses e fontes de recursos*(...) 6. *considerando que o artigo 16 da Resolução CONANDA n.º 137/2010 estabelece a possibilidade prevista em lei de utilização dos recursos do FIA em casos de situações emergenciais ou de calamidade pública, entende-se que esses casos excepcionais devem ser aprovados pelo Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente com base em análise de elementos que demonstrem a incapacidade do ente público financiá-las com outras fontes.* 7. *Ressalta-se que para a tomada de decisão, o Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente deve levar em consideração, ainda, que os recursos advindos do Fundo supracitado devem ser utilizados para financiar ações governamentais e não-governamentais voltadas às crianças e adolescentes, conforme expressamente previstas no artigo 15 da Resolução CONANDA 137/2010.* 8. *Sabe-se que a gestão do FIA municipal é de competência do CMDCA (art. 88, inciso IV, do ECA) e é importante não perder de vista que os recursos captados pelo FIA são recursos públicos que, como tal, estão.* 9. *No mais, a utilização dos referidos recursos deve ser sempre a mais criteriosa e transparente possível, não sendo admissível sua utilização para a manutenção das entidades que os executam (art. 90, caput, do ECA). Cabe ao CMDCA, portanto, protagonizar o direcionamento e fiscalização dos recursos captados pelo FIA, para o atendimento das demandas mais problemáticas e complexas existentes no município.* (...)”. (disponível em https://www.mdh.gov.br/todas-as-noticias/2020-2/marco/UTILIZACOES_FIA.pdf);

CONSIDERANDO que, a atividade pública deve ser desenvolvida com técnica e zelo singular, com dever de eficiência e desempenho adequados, posto que a remuneração do serviço público é paga com verbas de origem pública e indisponível;

CONSIDERANDO que toda criança e adolescente tem especial proteção de sua Dignidade, consistindo em dever da família, da sociedade e do Estado assegurar-lhes, com absoluta prioridade seus direitos fundamentais, entre os quais, o direito à convivência familiar e comunitária de maneira sadia e em consideração à sua especial condição de ser humano em desenvolvimento (art. 227, caput e §7º da CRFB e artigos 4º, caput e 19, caput da Lei nº 8.069/90);

CONSIDERANDO que o art. 4º da Lei Federal nº 8.069/90 dispõe que, a garantia de prioridade compreende,

¹² Disponível em https://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:TaUzM5v_rHQJ:https://www.mdh.gov.br/todas-as-noticias/2020-2/marco/UTILIZACOES_FIA.pdf+cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br acesso em abril de 2020.

entre outros aspectos, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à dignidade e ao respeito, inclusive com a prioridade quanto à primazia de receber proteção e socorro em quaisquer circunstâncias e precedência de atendimento nos serviços públicos ou de relevância pública;

CONSIDERANDO que o Ministério Público tem o dever institucional de defender a ordem jurídica e de zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública destinados à efetivação dos direitos assegurados às crianças e adolescentes pela Lei e pela Constituição Federal, observados os princípios da proteção integral e da prioridade absoluta inerentes à matéria;

CONSIDERANDO que é dever legal do membro do Ministério Público fiscalizar as entidades governamentais e não-governamentais referidas no art. 90 do Estatuto da Criança e do Adolescente, bem como determinar a forma de fiscalização da aplicação pelo FMDCA dos incentivos fiscais a esse destinados (art. 260, §4º, do ECA);

CONSIDERANDO que o estado alarmante de pandemia atingido pelo novo coronavírus (Covid-19) não poder ser desconsiderado por qualquer povo, ainda mais por aqueles detentores de responsabilidade social e poder de formação de opinião e decisão;

CONSIDERANDO os fatos sinalizados no bojo do Procedimento Preparatório n. 06.2019.00001254-8, que cujo objeto era "*Apurar a irregularidade do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente no Município de Laguna Carapã/MS.*"

CONSIDERANDO que, ainda no bojo do mencionado Procedimento Preparatório, aos 10 de setembro de 2019, fora expedida, em comunhão à 16ª Promotoria de Justiça de Dourados/MS, a Recomendação Conjunta n. 0005/2019/17PJ/DOS, que foi cumprida pelos requeridos, inclusive com a elaboração de Plano de Ação para o ano de 2020;

RESOLVE, em nome da proteção das crianças, dos adolescentes, bem como do patrimônio público e social, da saúde e da vida, RECOMENDAR, ao MUNICÍPIO DE LAGUNA CARAPÃ/MS, por seu Prefeito Municipal, e ao Conselho Municipal da Criança e do Adolescente – CMDCA de LAGUNA CARAPÃ/MS, por sua Presidente, que:

1. articulem a destinação de recursos do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – FMDCA de Laguna Carapã/MS às ações de enfrentamento direto ou indireto à pandemia do novo coronavírus (Covid-19), destinando valores para subsidiar a execução de projetos ou visando a aquisição de insumos e equipamentos de proteção individual para os profissionais de saúde, dentre outras medidas necessárias à eficiência do combate, com fundamento da excepcional situação de emergência e de calamidade pública, que, por ora, é causa de dispensa de chamamento público (art. 30, inciso II, da Lei n. 13.019/14);

2. para os fins expostos no item n. 1, adotem os seguintes critérios de atuação:

- a) prévia deliberação pelo colegiado do CMDCA, atentando-se para a situação concretamente vivenciada em nosso Município, com base em análise fundamentada de elementos que demonstrem a incapacidade do ente público financiá-las com outras fontes, não sendo suficiente a justificativa genérica de enfrentamento à pandemia internacional;
- b) os beneficiários dos recursos sejam crianças, adolescentes e suas famílias (e não a população em geral), com espeque no princípio da prioridade absoluta (art. 227, da CF, e art. 4º, parágrafo único, do ECA);
- c) os recursos não sejam utilizados para a manutenção das despesas ordinárias das entidades de atendimento que executam os programas de proteção e/ou de socioeducação previstos no art. 90 do Estatuto da Criança e do Adolescente;
- d) observância das regras e princípios que norteiam a administração de recursos públicos em geral, em situação de emergência nacional.

3. permaneçam incólumes, para os fins descritos no item n. 1, as verbas que, atualmente, já estejam empenhadas na execução de projetos essenciais em andamento;

4. ainda para os fins descritos no item n. 1, providenciem informações atualizadas sobre o saldo atual em caixa do FMDCA de Laguna Carapã/MS, cuja verba não esteja empenhada na execução de projetos essenciais em andamento (item n.3), e elaborem Plano de Ação e Aplicação – Excepcional, para que, assim como no ordinário, seja promovida a gestão e o desenvolvimento do FMDCA;

5. acompanhem e fiscalizem eventuais iniciativas relacionadas o assunto em questão;

6. envidem esforços no sentido de mobilizar a população local, aproveitando o atual momento de declaração do imposto de renda (cujo prazo para entrega à Receita Federal foi prorrogado para 30/06/2020), destinar valores ao FMDCA de Laguna Carapã/MS, assim como tem sido feito na campanha “Declare Seu Carinho” a fim de serem ampliadas as ações de proteção às crianças, adolescentes e suas famílias.

A presente RECOMENDAÇÃO não exclui a irrestrita necessidade de plena observância de todas as normas constitucionais e infraconstitucionais em vigor, além das demais Recomendações já expedidas.

O Ministério Público Estadual deverá ser comunicado (por e-mail: 17pjdourados@mpms.mp.br), no prazo de 05 (cinco) dias, a partir do recebimento da presente, se as autoridades acolherão ou não a RECOMENDAÇÃO, com o encaminhamento de documentos hábeis a comprovar a efetivação das medidas, caso positiva a resposta.

Ressalte-se que diante da urgência que o caso requer, aliado a situação enfrentada, e à Resolução n. 7/2020/PGJ, de 19.03.2020, a presente Recomendação será encaminhada através dos canais digitais disponíveis (e-mail e WhatsApp), suficientes ao conhecimento de seu teor e adoção das providências cabíveis.

No mesmo sentido, encaminhem-se cópias desta Recomendação aos Centros de Apoio das Promotorias de Justiça do Patrimônio Público e da Infância e Juventude, ao Poder Legislativo Municipal de Dourados/MS, ao Juízo da Infância e da Adolescência de Dourados/MS, e também, para publicação no DOMP/MS.

Dourados/MS, 07 de abril de 2020.

LUIZ GUSTAVO CAMACHO TERÇARIOL
17ª Promotoria de Justiça de Dourados/MS

RICARDO ROTUNNO
16ª Promotoria de Justiça de Dourados/MS

COMARCAS DE SEGUNDA ENTRÂNCIA

CASSILÂNDIA

EDITAL Nº 0006/2020/01PJ/CLA

A 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Cassilândia - MS, torna pública a instauração do Procedimento Preparatório nº 06.2020.00000513-6, para conhecimento de terceiros interessados no oferecimento de elementos de informação, o qual encontra-se registrado no sistema SAJ/MP, e poderá ser integralmente acessado via internet no endereço eletrônico <http://consultaprocedimentos.mpms.mp.br/consulta/saj/processo> e também encontra-se à disposição de quem possa interessar na Rua Sebastião Martins da Silva, nº 800 – Bairro Alto Izanópolis – Cassilândia-MS.

Procedimento Preparatório nº 06.2020.00000513-6

Requerente: 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Cassilândia-MS

Requerido: A APURAR

Assunto: Apurar e acompanhar as vendas de produtos essenciais ao consumidor, de modo a coibir práticas abusivas.

Cassilândia-MS, 14 de abril de 2020

PEDRO DE OLIVEIRA MAGALHÃES
Promotor de Justiça

RECOMENDAÇÃO N.º 0004/2020/01PJ/CLA

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, por seu representante adiante assinado, no uso de suas atribuições, com fulcro nos art. 5º, XXXII, art. 170, V todos da Constituição Federal, bem como arts. 6º, I, IV, V e VII e art. 39, II, V e X ambos do Código de Defesa do Consumidor, que lhe conferem a função institucional de zelar pelos serviços de relevância pública e a defesa do consumidor, bem como promover o inquérito civil para proteção de interesses difusos e coletivos, podendo, para tanto, expedir recomendações visando garantir os direitos fundamentais;

CONSIDERANDO que a Organização Mundial de Saúde – OMS classificou como pandemia a contaminação pelo Novo Coronavírus (COVID19), com risco potencial de a doença infecciosa atingir a população de forma ampla;

CONSIDERANDO que o Ministério da Saúde, em 03.02.2020, por meio da Portaria GM/MS nº 188/2004, nos termos do Decreto 7.616/2011, declarou “emergência em saúde pública de importância nacional”, em decorrência da infecção humana pelo COVID19, revelando que a situação atual demanda o emprego urgente de medidas de proteção, controle e contenção de riscos, danos e agravos à saúde pública;

CONSIDERANDO que a Constituição Federal estabelece no art. 5º, inciso XXXII, que o Estado promoverá, na forma da lei, a defesa do consumidor, tendo determinado, no art. 48, do Ato das Disposições Transitórias (ADCT), a elaboração do Código de Defesa do Consumidor, no prazo de 120 (cento e vinte) dias da promulgação da Constituição Federal;

CONSIDERANDO que a Constituição Federal, em seu art. 170, inciso V, igualmente estabelece, no capítulo dos princípios gerais da atividade econômica, que a ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem, por fim, assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social, observando, dentre eles a defesa do consumidor;

CONSIDERANDO que a Lei Federal nº. 8.078/90, que instituiu o Código de Proteção e Defesa do Consumidor, estabeleceu as normas de ordem pública e interesse social em atenção ao supracitado dispositivo constitucional;

CONSIDERANDO que compete ao Ministério Público, por intermédio das Promotorias de Justiça de Defesa do Consumidor, auxiliar na execução da Política Nacional das Relações de Consumo, conforme disposto no artigo 5º, inciso II, do Código de Defesa do Consumidor;

CONSIDERANDO que o Código de Defesa do Consumidor, em seu art. 4º, estabelece a Política Nacional das Relações de Consumo, tendo por objetivo o atendimento das necessidades dos consumidores, o respeito à sua dignidade, saúde e segurança, a proteção de seus interesses econômicos, a melhoria da sua qualidade de vida, bem como a transparência e harmonia das relações de consumo, atendidos princípios como o do reconhecimento da vulnerabilidade do consumidor no mercado de consumo, ação governamental no sentido de efetivamente proteger o consumidor e harmonização dos interesses dos participantes das relações de consumo e compatibilização da proteção do consumidor com a necessidade de desenvolvimento econômico e tecnológico, de modo a viabilizar os princípios nos quais se funda a ordem econômica, sempre com base na boa-fé e equilíbrio nas relações entre consumidores e fornecedores;

CONSIDERANDO que são direitos básicos do consumidor a proteção da vida, saúde e segurança (art. 6º, inciso I, do CDC), quanto à adequada e eficaz prestação dos serviços públicos em geral (art. 6º, inciso X, do CDC), considerando, ainda, que se o serviço não oferece a segurança que dele razoavelmente se espera, é considerado defeituoso, nos termos do artigo 14, parágrafos e incisos do CDC;

CONSIDERANDO que compete ao Ministério Público tomar as medidas necessárias para garantir a efetiva tutela dos direitos coletivos (sentido amplo) com a regular adoção das chamadas técnicas extraprocessuais de tutela coletiva e, sendo necessário, a dedução de pretensão em juízo;

CONSIDERANDO, AINDA, EM ESPECIAL, que a Agência Nacional de Saúde Suplementar expediu a Recomendação Normativa nº 453, de 12 de março de 2020, para regulamentar a cobertura obrigatória e a utilização de testes diagnósticos para infecção pelo Novo Coronavírus;

CONSIDERANDO que o Código de Defesa do Consumidor, em seus artigos 39, incisos V e X e 51, IV, veda

ao fornecedor elevar o preço de produtos ou serviços sem justa causa, bem como a celebração de cláusulas que estabeleçam obrigações que coloquem o consumidor em desvantagem exagerada, ou sejam incompatíveis com a boa-fé ou a equidade;

CONSIDERANDO que a Lei nº 12.529/2011, que disciplina o Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência, em seu artigo 36 dispõe que “constituem infração da ordem econômica, independentemente de culpa, os atos sob qualquer forma manifestados, que tenham por objeto ou possam produzir os seguintes efeitos, ainda que não sejam alcançados: - aumentar arbitrariamente os lucros”, sendo tal conduta inclusive tipificada como crime pela Lei nº 1.521/1951, em seu artigo 3º, inciso VI;

CONSIDERANDO que a Nota Técnica nº. 35/2019/CGEMM/DPDC/SENACON/MJ estabelece que a análise da abusividade de preços praticados deve ser feita casuisticamente, levando-se em consideração as planilhas de custo do produto do período anterior ao aumento, bem como eventuais choques de oferta e demanda e outros fatores concorrenciais;

CONSIDERANDO, por fim, os artigos 3º e 4º da Resolução nº. 164 do Conselho Nacional do Ministério Público, os quais facultam ao Ministério Público expedir Recomendação Administrativa de ofício ou por provocação, nos autos de procedimento administrativo, objetivando o respeito e a efetividade dos direitos e interesses que lhe incumba defender, de maneira preventiva ou corretiva, a qualquer pessoa física ou jurídica, de direito público ou direito privado, que tenha condições de fazer ou deixar de fazer alguma coisa para salvaguardar interesses, direitos e bens de que é incumbido o Ministério Público;

CONSIDERANDO, que a Recomendação Administrativa é um importante instrumento de que dispõe o Ministério Público para ver respeitado o ordenamento jurídico sem que haja a necessidade da judicialização de eventuais conflitos, alertando seus destinatários sobre a existência de normas vigentes e da necessidade de seu estrito cumprimento, sob pena de responsabilização;

OBJETO

O Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, no exercício das suas funções institucionais e por meio do Promotor de Justiça que a esta subscreve, com atribuições na tutela da defesa dos direitos do consumidor, expede a presente RECOMENDAÇÃO ADMINISTRATIVA aos COMERCIANTES DO MUNICÍPIO DE CASSILÂNDIA-MS, especialmente às REDES DE FARMÁCIAS, DROGARIAS, SUPERMERCADOS E QUAISQUER OUTROS FORNECEDORES, que exponham à venda produtos voltados ao combate do novo CORONAVÍRUS (COVID-19) e para ciência aos ÓRGÃOS DE PROTEÇÃO/FISCALIZAÇÃO: PROCON e DECON/MS;

RECOMENDANDO que os Destinatários desta Recomendação, quais sejam os fornecedores, especialmente farmácias/drogarias, estabelecimentos de distribuição e de venda de artigos hospitalares, mercados e supermercados, em relação ao álcool em gel, máscaras cirúrgicas ou elásticas descartáveis, bem como insumos semelhantes, observem as Legislações supracitadas;

RECOMENDANDO que os fornecedores, especialmente farmácias/drogarias, estabelecimentos de distribuição e de venda de artigos hospitalares, mercados e supermercados, em relação ao álcool em gel, máscaras cirúrgicas ou elásticas descartáveis, bem como insumos semelhantes, que se abstenham de realizar aumento arbitrário de preços que imponham vantagem exagerada de produtos voltados à prevenção, proteção, profilaxia ou combate contra o novo coronavírus (COVID-19), e sem justa causa, tendo em vista o custo de aquisição, sob pena de responsabilização nos termos legais, inclusive criminal, com possível imposição do gravame pelo reconhecimento de situação calamidade pública;

Para que os ÓRGÃOS de PROTEÇÃO/FISCALIZAÇÃO, quais sejam PROCON Estadual e Municipal, bem como a DECON/MS tenham ciência da presente e adotem os atos fiscalizatórios no intuito de inibir a prática da majoração abusiva, com atenção à análise casuística dos preços, em conformidade com o disposto na Nota Técnica nº 35/2019/CGEM/DPDC/SENACOM/MJ;

PRAZO PARA ACATAMENTO:

Assina-se o PRAZO IMEDIATO, a contar do conhecimento da presente recomendação, para que os destinatários adotem as providências recomendadas.

Assevera-se que o não cumprimento da presente RECOMENDAÇÃO, sem justificativas formais, levará ao ajuizamento das ações cíveis cabíveis, inclusive a responsabilização pela omissão, sem prejuízo da adoção de outras providências pertinentes, reputando-se que no silêncio presumirá o não acatamento dos termos do presente documento, devendo os destinatários desta recomendação comunicarem à esta Promotoria de Justiça a sua aceitação.

DILIGÊNCIAS ACESSÓRIAS:

Encaminhe-se a presente Recomendação Administrativa aos jornais de circulação local, para que os destinatários sejam devidamente cientificados de seu conteúdo.

As representações podem ser feitas através dos canais de atendimento disponibilizados à população, em especial no endereço eletrônico do PROCON/MS: www.procon.ms.gov.br ou no PROCON DE CASSILÂNDIA, situado na Rua Laudemiro Ferreira de Freitas, 134. CEP 79.540-000 - Cassilândia/MS. Fone: (67) 3596-7537 e através da Ouvidoria do Ministério Público de Mato Grosso do Sul através do website: <https://www.mpms.mp.br/> - cidadão/Ouvidoria/Cadastrar Manifestação ou através do telefone nº 67 3596-2080.

Anote-se no sistema SAJ/MP.

Cassilândia, 13 de abril de 2020

PEDRO DE OLIVEIRA MAGALHÃES
Promotor de Justiça

IVINHEMA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 0012/2020/02PJ/IVH - PRAZO 10 (DEZ) DIAS ÚTEIS AUTOS DE NOTÍCIA DE FATO Nº 01.2020.00002418-8

O Ministério Público de Mato Grosso do Sul, neste ato representado pelo Promotor de Justiça Dr. Allan Thiago Barbosa Arakaki, diante da impossibilidade da notificação pessoal ou por telefone, mesmo por meio de mandatários ou prepostos, vem, na forma da lei, notificar a representante, Sr. Jose Luca Manhani, ou qualquer outro interessado, para que tome ciência da decisão administrativa que concluiu pelo arquivamento da Notícia de Fato nº 01.2020.00002418-8. Em caso de discordância com o arquivamento do referido procedimento, os interessados poderão, no prazo de 10 (dez) dias, a contar da publicação deste, para interposição de recurso e apresentação de razões recursais contra a decisão proferida. E, para conhecimento de todos, será este publicado no Diário Oficial Eletrônico do Ministério Público de Mato Grosso do Sul e afixado nas dependências da Promotoria de Justiça Ivinhema/MS.

Ivinhema/MS, 15 de abril de 2020

ALLAN THIAGO BARBOSA ARAKAKI
Promotor de Justiça

MUNDO NOVO

EDITAL N.º 0004/2020/01PJ/MUV

A 1ª Promotoria de Justiça do Consumidor da Comarca de Mundo Novo/MS torna pública a instauração do Procedimento Preparatório n.º 06.2020.00000504-7, que está à disposição de quem possa interessar na Avenida São Paulo n.º 760, Bairro Berneck, Edifício das Promotorias de Justiça de Mundo Novo/MS.

Procedimento Preparatório n.º 06.2020.00000504-7

Requerente: Ministério Público Estadual.

Requerido: Energisa Mato Grosso do Sul - Distribuidora de Energia S.A.

Assunto: Apurar a falta de energia elétrica, no Bairro Vila Nova, em Mundo Novo-MS.

Mundo Novo/MS, 15 de abril de 2020.

LENIZE MARTINS LUNARDI PEDREIRA

Promotora de Justiça

NOVA ANDRADINA

RECOMENDAÇÃO

Procedimento Administrativo n.º 09.2020.00000821-1.

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, por intermédio dos Promotores de Justiça de Nova Andradina/MS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no art. 129 da Constituição Federal, no art. 27, inc. IV, da Lei n.º 8625/93 e no art. 29, inc. IV, da Lei Complementar Estadual n.º 72, de 18 de janeiro de 1994;

CONSIDERANDO que o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, de acordo com o disposto no art. 127, caput, da Constituição Federal;

CONSIDERANDO que é função institucional do Ministério Público zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados na Constituição, promovendo as medidas necessárias à sua garantia, nos exatos termos do art. 129, inc. II, da Constituição Federal;

CONSIDERANDO que a Resolução n.º 015/2007-PGJ dispõe, em seu art. 5º, que a recomendação é instrumento destinado à orientação de órgãos públicos ou privados, para que sejam cumpridas normas relativas a direitos e deveres assegurados ou decorrentes das Constituições Federal e Estadual e serviços de relevância pública e social;

CONSIDERANDO que a Recomendação n.º 001/CGMP/2016, de 06 de outubro de 2016, em seu art. 1º, reza que as recomendações e demais providências referentes à atuação ministerial, garantidas constitucionalmente, deverão ser expedidas de maneira vinculada ao procedimento de origem, seja ele um procedimento administrativo, inquérito civil ou procedimento preparatório, devendo constar prazo razoável para atendimento de seu conteúdo; e acompanhada pelo órgão de execução até seu efetivo cumprimento ou vencimento do prazo assinalado;

CONSIDERANDO que estamos em meio a uma pandemia, como tal reconhecida pela Organização Mundial de Saúde - OMS, relativo à doença denominada COVID-19 (Coronavírus), causada pelo vírus SARS-COV-2;

CONSIDERANDO a declaração de emergência em saúde pública de importância internacional pela Organização Mundial da Saúde em 30 de janeiro de 2020, em decorrência da infecção humana pelo coronavírus SARS-COV-2 (covid-19);

CONSIDERANDO que o Ministério da Saúde, em 03 de fevereiro de 2020, através da Portaria GM/MS n.º 188/2020, declarou “emergência em saúde pública de importância nacional” em decorrência da infecção humana pelo Coronavírus;

CONSIDERANDO que em 19 de março de 2020 o Estado de Mato Grosso do Sul decretou situação de emergência em razão da pandemia por Doenças Infecciosas Virais - COVID-19 (Classificação e Codificação Brasileira de Desastres - COBRADE 1.5.1.1.0), por meio do Decreto 15.396;

CONSIDERANDO que, em 13 de abril de 2020, a Secretaria de Saúde de Mato Grosso do Sul reconheceu que já ocorre no Estado a transmissão comunitária do novo coronavírus, haja vista que em dois casos não foi possível saber como as pessoas foram infectadas¹³;

CONSIDERANDO que no Município de Nova Andradina/MS também foi declarada Situação de Emergência em Saúde Pública, em decorrência da infecção humana pelo novo Coronavírus (COVID 19), através da publicação do Decreto nº 2.473, de 21 de março de 2020;

CONSIDERANDO que foi elaborado Plano de Contingência para enfrentamento do COVID-19, sendo que atualmente estamos em nível de resposta de Emergência de Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN);

CONSIDERANDO que o Senhor Prefeito Municipal de Nova Andradina/MS vem editando decretos com medidas de contenção da propagação local da doença, restringindo gradativamente as regras para circulação de pessoas e convivência social, chegando a implementar medidas mais drásticas como toque de recolher e fechamento do comércio, medidas estas com resultados positivos (propagação lenta do vírus), mas que nos últimos, sobretudo no Decreto nº 2.488/20, houve flexibilização dessas medidas, tendo sido autorizado o funcionamento, durante o estado de emergência das atividades comerciais, industriais e de prestação de serviços, essenciais ou não, mediante observância de exigências sanitárias definidas;

CONSIDERANDO que a rápida progressão da doença no nosso Estado e no Brasil é demasiadamente preocupante, sendo contabilizado, até a data de 13 de abril de 2020, 22.169 casos confirmados e 1.223 óbitos no Brasil¹⁴, em um universo acelerado de 1.905.935 casos confirmados e 118.459 óbitos em 185 países¹⁵;

CONSIDERANDO que no Estado de Mato Grosso do Sul, de acordo com Boletim divulgado pela Secretaria de Estado de Saúde na data de 13 de abril de 2020, possui 113 casos confirmados e 4 óbitos, sendo que desses 10 casos são do Município de Nova Andradina;

CONSIDERANDO que, ao todo, o Vale do Ivinhema possui 16 casos confirmados, os quais se restringem as cidade de Batayporã e Nova Andradina, e registra dois óbitos, números que, em proporcionalidade, representam o maior índice de contaminação do vírus;

CONSIDERANDO que o Ministério da Saúde, em Boletim Epidemiológico¹⁶, avaliou que "as estratégias de distanciamento social adotadas pelos estados e municípios, contribuem para evitar o colapso dos sistemas locais de saúde, como observado em países desenvolvidos como em Nova York/EUA, Itália, Espanha, China e recentemente no Equador. Ao tempo, essas medidas temporárias, permitem aos gestores tempo relativo para estruturação dos serviços de atenção à saúde da população, com consequente proteção do Sistema Único de Saúde. Avalia-se que as Unidades da Federação que implementaram medidas de distanciamento social ampliado devem manter essas medidas até que o suprimento de equipamentos (leitos, EPI, respiradores e testes laboratoriais) e equipes de saúde (médicos, enfermeiros, demais profissionais de saúde e outros) estejam disponíveis em quantitativo suficiente, de forma a promover, com segurança, a transição para a estratégia de distanciamento social seletivo" (pág. 20);

CONSIDERANDO que o Conselho Federal de Medicina recomenda medidas de isolamento social, ou seja, de restrição de fluxos ou de concentrações de pessoas, entre outras, para reduzir o aparecimento de novos casos da Doença Infecciosa Covid-19¹⁷;

CONSIDERANDO que mesmo com as medidas restritivas impostas até agora pelos Governos Estadual e Municipal, ainda não temos uma taxa de isolamento social satisfatória, estamos em 26º lugar no ranking dos Estados no

¹³ <http://www.ms.gov.br/live-coronavirus-ms-registra-transmissao-comunitaria-de-covid-19/>.

¹⁴ <https://covid.saude.gov.br/>.

¹⁵ <https://gisanddata.maps.arcgis.com/apps/opsdashboard/index.html#/bda7594740fd40299423467b48e9ecf6>

¹⁶ <https://portal.arquivos.saude.gov.br/images/pdf/2020/Abril/03/BE6-Boletim-Especial-do-COE.pdf>

¹⁷ <http://portal.cfm.org.br/images/PDF/covid-19cfm.pdf>

índice de isolamento social, segundo demonstra a tecnologia InLoco¹⁸, utilizada pelo Governo do Estado para monitoramento:

CONSIDERANDO que o relaxamento das medidas de controle por decreto municipal tem, portanto, alto potencial de reduzir a adesão da população ao isolamento social e, em consequência, pode ensejar o crescimento repentino e desordenado dos casos de Covid-19 no município, e que este fator tem peso considerável na utilização dos serviços hospitalares;

CONSIDERANDO, nessa linha de raciocínio, que no primeiro dia após a reabertura do comércio local diversos foram as matérias e vídeos veiculados da aglomeração de pessoas no centro comercial de Nova Andradina, sobretudo nas agências bancárias e casas lotéricas;

CONSIDERANDO que, ademais disso, o Estado vive uma epidemia de dengue. Segundo boletim epidemiológico divulgado em 1º/04/2020, 21 pessoas já morrem no Estado por conta desta doença no ano de 2020 e há 15.084 casos confirmados, fator que também sobrecarrega o sistema de saúde local;

CONSIDERANDO o disposto no Decreto nº 2.488, de 6 de abril de 2020, da Prefeitura Municipal de Nova Andradina:

"Art. 1º Os estabelecimentos privados do Município de Nova Andradina poderão voltar exercer as suas atividades, facultativamente, a partir do dia 7 de abril de 2020, pelo período das 7h até às 16hs, de segunda-feira a sexta-feira, e das 7h às 13hs, aos sábados, desde que preencham os requisitos abaixo:

I – Assinar termo de compromisso de que respeitará este decreto e as normas municipais, conforme modelo constante no anexo I deste Decreto; Decreto 2.488/2020;

II - disponibilizar álcool gel 70% para usuários, em local sinalizado;

III - informações visíveis sobre higienização de mãos, sabonete líquido e papel toalha descartável nos lavatórios de higienização de mãos;

IV - reforçar as medidas de higienização das superfícies dos bens;

V – fazer demarcação no chão de distância mínima de 1,5m (um metro e meio) entre elas;

VI – controlar a entrada de pessoas no estabelecimento para que não supere a quantidade de demarcações existentes no chão;

VII – Disponibilizar máscaras para seus empregados e colaboradores de acordo com as recomendações da Secretaria Municipal de Saúde;"

CONSIDERANDO, ainda, que nos termos de reunião realizada entre a Prefeitura Municipal de Nova Andradina, o Ministério Público e gerentes de instituições bancárias de Nova Andradina¹⁹ e das recentes alterações realizadas pelo Decreto 2.496, de 9 de abril de 2020, as agências bancárias, cooperativas de crédito e lotéricas deverão, obrigatoriamente e sem prejuízo do previsto no art. 1º, incs. I a VII, do mesmo decreto:

"a) Disponibilizar funcionário com equipamento de proteção individual (EPI) adequado (uso obrigatório de máscaras, inclusive clientes, dentre outros) na parte externa do estabelecimento, pelo menos uma hora antes da abertura, para ordenar a fila, distribuir senhas e evitar aglomerações;

b) Entregar senhas e realizar agendamento de horários tão logo comecem a se formar aglomerações, adequando o número de pessoas a serem atendidas, pela agência ou lotérica, ao espaço físico existente em cada estabelecimento, além de permitir a entrada, apenas, de quem será efetivamente atendido, conforme ordem da fila. Caso necessário, sugere-se a solicitação de auxílio das forças de segurança para ordenar as filas.

c) Implementar a distância mínima obrigatória de um metro e meio entre os consumidores na fila e também dentro das agências ou lotéricas;

d) Preferencialmente restringir o atendimento presencial ao pagamento de benefícios previdenciários e segurados do Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS) e outros benefícios sociais, como seguro-desemprego, seguro-defeso, abono salarial e Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) para trabalhadores que não tenham o cartão-cidadão;

e) Abertura das agências bancárias e das cooperativas de crédito uma hora antes do horário normal para atendimento exclusivo de idosos;

f) Disponibilizar, ao menos, 2 (dois) funcionários com equipamento de proteção individual (EPI) adequado (uso obrigatório de máscaras, inclusive clientes, dentre outros) para auxiliar nos caixas de autoatendimentos".

¹⁸ <https://www.inloco.com.br/pt/>

¹⁹ <https://www.pmna.ms.gov.br/noticias/prefeitura/bancos-devem-atender-recomendacoes-para-diminuir-filas-e-orientar-clientes>

Recomendam ao Município de Nova Andradina, na pessoa do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, José Gilberto Garcia, que imediatamente, até o prazo de 24h, implemente rígida fiscalização das medidas impostas pelo Decreto nº 2.488, de 6 de abril de 2020, com as alterações realizadas pelo Decreto nº 2.496, de 9 de abril de 2020, especialmente em cooperativas de crédito, agências bancárias e lotéricas. Além disso, requisitam, desde já, que nos próximos 5 (cinco) dias úteis encaminhe relatório diário sobre o constatado e as providências eventualmente adotadas pela fiscalização municipal no exercício do seu poder de polícia, com relação a regularidade do funcionamento das cooperativas de crédito, agências bancárias e lotéricas.

Também recomendam as cooperativas de crédito, agências bancárias e lotéricas desta cidade, imediatamente, haja vista a vigência da legislação municipal, a estrita observância das determinações constantes do Decreto Municipal nº 2.488, de 6 de abril de 2020, com as alterações realizadas pelo Decreto Municipal nº 2.496, de 9 de abril de 2020, especialmente das seguintes obrigações:

a) Disponibilizar funcionário com equipamento de proteção individual (EPI) adequado (uso obrigatório de máscaras, inclusive clientes, dentre outros) na parte externa do estabelecimento, pelo menos uma hora antes da abertura, para ordenar a fila, distribuir senhas e evitar aglomerações;

b) Entregar senhas e realizar agendamento de horários tão logo comecem a se formar aglomerações, adequando o número de pessoas a serem atendidas, pela agência ou lotérica, ao espaço físico existente em cada estabelecimento, além de permitir a entrada, apenas, de quem será efetivamente atendido, conforme ordem da fila;

c) Implementar a distância mínima obrigatória de um metro e meio entre os consumidores na fila e também dentro das agências ou lotéricas (providência nas filas internas e externas);

d) Preferencialmente restringir o atendimento presencial ao pagamento de benefícios previdenciários e segurados do Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS) e outros benefícios sociais, como seguro-desemprego, seguro-defeso, abono salarial e Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) para trabalhadores que não tenham o cartão-cidadão;

e) Abertura das agências bancárias e das cooperativas de crédito uma hora antes do horário normal para atendimento exclusivo de idosos;

f) Disponibilizar, ao menos, 2 (dois) funcionários com equipamento de proteção individual (EPI) adequado (uso obrigatório de máscaras, inclusive clientes, dentre outros) para auxiliar nos caixas de autoatendimentos".

A ausência de observância das medidas enunciadas impulsionará o Ministério Público a adotar as providências judiciais e extrajudiciais pertinentes para garantir a prevalência das normas de proteção das matérias que trata esta recomendação.

A presente recomendação não exclui a irrestrita necessidade de plena observância de todas as normas constitucionais e infraconstitucionais em vigor, além das demais recomendações já expedidas.

O Ministério Público deverá ser comunicado (através do e-mail 01pjnovaandradina@mpms.mp.br) no prazo de 24 (vinte e quatro) horas a partir do recebimento da presente, se o Chefe do Executivo acolherá ou não a recomendação, com o envio de documentos hábeis a comprovar a efetivação das medidas, caso positiva a resposta, sob pena de, não adotando as providências, serem adotadas as medidas cabíveis em desfavor do responsável.

Por fim, ressalta-se que diante da urgência que o caso requer, aliado à situação enfrentada, e à Resolução nº 7/2020/PGJ, de 19 de março de 2020, a presente recomendação será encaminhada através dos canais digitais disponíveis (e-mail e WhatsApp), suficientes ao conhecimento de seu teor e adoção das providências cabíveis.

Encaminhe-se cópia desta recomendação para publicação no DOMP/MS.

Nova Andradina, 14 de abril de 2020

ALEXANDRE ROSA LUZ (1ª PJ)
Promotor de Justiça

FABRÍCIO SECAFEN MINGATI (3ªPJ)
Promotor de Justiça

PAULO LEONARDO DE FARIA (2ªPJ)
Promotor de Justiça

PARANAÍBA

EDITAL Nº 0012/2020/01PJ/PBA – REPUBLICAÇÃO POR INCORREÇÃO (DOMP 2.158, DE 06/03/2020, PÁG. 17)

A 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Paranaíba/MS, torna pública a instauração de Procedimento Administrativo que está à disposição de quem possa interessar na Rua José Robalinho da Silva, 215 – Jardim Santa Mônica, Paranaíba-MS.

Procedimento Administrativo nº 09.2020.00000612-4

Compromissário: Flávio Henrique Vicente.

Compromitente: Ministério Público Estadual.

Assunto: Acompanhamento de TAC firmado no bojo dos autos de Inquérito Civil nº 06.2017.00001704-6.

Paranaíba/MS, 06 de fevereiro de 2020.

JULIANA NONATO

Promotora de Justiça

EDITAL Nº 0013/2020/01PJ/PBA – REPUBLICAÇÃO POR INCORREÇÃO (DOMP 2.164, DE 16/03/2020, PÁG. 11)

A 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Paranaíba/MS, torna pública a instauração de PP - Procedimento Preparatório que está à disposição de quem possa interessar na Rua José Robalinho da Silva, 215 – Jardim Santa Mônica, Paranaíba-MS.

PP - Procedimento Preparatório nº 06.2020.00000203-9

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Prefeitura Municipal de Paranaíba

Assunto: Apurar a ocorrência de possível irregularidade ambiental na "Rua dos Buritis", localizada entre as Ruas Theodulo Mendes Malheiros e Bruno Mariano de Farias, no município de Paranaíba/MS..

Paranaíba/MS, 03 de abril de 2020.

JULIANA NONATO

Promotora de Justiça

EDITAL Nº 0021/2020/01PJ/PBA

A 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Paranaíba/MS, torna pública a instauração de PP - Procedimento Preparatório que está à disposição de quem possa interessar na Rua José Robalinho da Silva, 215 – Jardim Santa Mônica, Paranaíba-MS.

PP - Procedimento Preparatório nº 06.2020.00000286-1

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar.

Assunto: Apurar eventual situação de abandono em relação aos menores Gabriel Entony Alves Machado e Cristian Alves Machado.

Paranaíba/MS, 03 de abril de 2020.

JULIANA NONATO

Promotora de Justiça

COMARCAS DE PRIMEIRA ENTRÂNCIA**BANDEIRANTES****EDITAL N. 0003/2020/PJ/BND**

A Promotoria de Justiça de Bandeirantes-MS torna pública a instauração do Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na Avenida Francisco Antonio de Souza, n. 1.460, Centro, Edifício do Fórum, no Município de Bandeirantes/MS.

Inquérito Civil nº 06.2020.00000520-3

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Maiza Mara Fretes Mendes

Assunto: apurar possível acumulação indevida de cargo público por parte da Conselheira Tutelar Maiza Mara Fretes Mendes.

Bandeirantes/MS, 14 de abril de 2020.

PAULO HENRIQUE MENDONÇA DE FREITAS

Promotor de Justiça

GLÓRIA DE DOURADOS**EDITAL Nº 0003/2020/PJ/GDS****EDITAL DE CIÊNCIA DE ELIMINAÇÃO DE DOCUMENTOS**

O Promotor de Justiça da comarca de Glória de Dourados/MS faz saber, a quem possa interessar, que, a partir do 5º (quinto) dia subsequente à data da publicação deste Edital, no Diário Eletrônico do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, se não houver oposição, eliminará os documentos constantes na Lista de Eliminação de Documentos referente aos documentos da Promotoria de Justiça de Glória de Dourados, nos termos do artigo 12 da Resolução nº 025-2018-PGJ, de 06 de novembro de 2018.

Os interessados, que tiveram alguma oposição, deverão apresentá-la, por escrito, devidamente fundamentada, desde que tenham qualificação e demonstrem legitimidade para o referido questionamento, à Promotoria de Justiça de Glória de Dourados, localizada na Rua Rogério Luiz Rodrigues, s/n, Edifício do Fórum, CEP: 79.730-000, Glória de Dourados/MS.

Glória de Dourados/MS, 8 de abril de 2020.

ANTHONY ÁLLISON BRANDÃO SANTOS

Promotor de Justiça

PROVENIÊNCIA (Promotoria de Justiça da Comarca de Glória de Dourados)			PROCEDÊNCIA (Promotoria de Justiça da Comarca de Glória de Dourados)		
Órgão/Setor: PJ Glória de Dourados			Órgão/Setor: PJ Glória de Dourados		
LISTA DE ELIMINAÇÃO DE DOCUMENTOS Nº 013.2020					
CLASSE	SUB CLASSE	DOCUMENTO	JUSTIFICATIVA DA ELIMINAÇÃO	ANO INICIAL	ANO FINAL
200	050	Notícia de Fato nº 07/2016 Requeridos: Valdecir Xavier dos Santos Requerente: Ivone Medeiros de Alencar Área: Difuso Coletivo	Conforme disposto na Resolução nº 025/2018-PGJ, de 06.11.2018, os referidos documentos já cumpriram seu prazo de guarda	15.03.2016	13.05.2019
200	050	Notícia de Fato nº 09/2016 REquerente: Mariely Ramos Oliveira Requerido: O Município - Área: Difuso e coletivo		14.05.16	13.05.19
200	050	Notícia de Fato nº 10/2016 Requerente: Sebastião Geraldo Pellim		07.05.2014	07.05.2019

		-Requerido: O Município –Área: Difuso Coletivos		
200	050	Notícia de Fato nº 11/2016 Requerente: MPE Requerido: O Município, Área: Inf. E Juventude	13.05.2016	12.05.2019
200	050	Notícia de Fato nº 13/2016 - Requerido: O Município, Área: Inf. E Juventude	23.05.2016	22.05.2019
200	050	Notícia de Fato nº 14/2016- Requente: Cleci Vischinki Requerido: O Município - Inf. E Juventude	14.04.2016	13.04.2019
200	050	Notícia de Fato nº 15/2016 Requerente: Cláudio da Silva Moreira - Requerido: O Município - Difusos e Coletivo	10.06.2016	09.06.2019
200	066	Procedimento Administrativo nº 14/2015 - Requerido: A apurar -Infância e Juventude	10.10.2015	09.10.2019
200	050	Notícia de Fato nº 24/2016-Requerido: A apurar - Infância e Juventude	08.06.2016	07.06.2019
200	050	Notícia de Fato nº 16/2014 - Requerido A Apurar – Cível	08.10.2014	08.10.2017
200	050	Notícia de Fato nº 19/2016 - Requerente: Amélia Lázara Benedicto Requerido: O Município- Patrim. Público	10.06.2016	09.06.2019
200	050	Notícia de Fato nº 22/2016 - Amélia Lázara Benedicto Requerido: O Município - Patrim. Público	10.06.2016	09.06.2019
00	050	Notícia de Fato nº 20/2016 - Amélia Lázara Benedicto Requerido: O Município - Patrim. Público	10.06.2016	09.06.2019
200	050	Notícia de Fato nº 18/2016 - Amélia Lázara Benedicto Requerido: O Município - Patrim. Público	10.06.2016	09.06.2019
200	050	Notícia de Fato nº 39/2016 – Requerente: Ouvidoria d MPE Requerido: O Município – Área: Pat. Público	30.11.2016	29.11.2019
200	050	Notícia de Fato nº 44/2016 – Requerente: Ouvidoria d MPE Requerido: O Município – Área: Pat. Público	30.11.2016	29.11.2019
200	050	Notícia de Fato nº 41/2016 – Requerente: Almir Farias da Cunha - Requerido: Vale Consultoria Ltda e Letícia Ramalheiro da Silva	30.11.2016	29.11.2019
200	050	Notícia de Fato nº 45/2016 – Requerente: Conselho Tutelar-Requerido: A apurar – Área: Criminal	12.12.2016	12.12.2019
200	050	Notícia de Fato nº 31/2016 – Requerente: Sindicato o sServ. Publ. Municipal requerido: O Município – Área: Pat. Público	14.09.2016	14..09.2019
200	050	Notícia de Fato nº 28/2016 – Requerente: Roberto Costa Requerido: O Município – Área: Pat. Público	07.07.2016	07.07.2019
200	050	Notícia de Fato nº 37/2016 – Requerente: disque 100 Requerido: A apurar – Área: Inf. Juventude	12.09.2016	12.09.2019
200	050	Notícia de Fato nº 35/2016 – Requerente: Helena da Silva Ifran - Requerido: O Município – Área: Inf. E Juventude	29.09.2016	29.09.2019
000	001	Controle Processo - Carga Vara Única	2014 / 2015 / 2016	2016 / 2017 / 2018
200	050	Notícia de Fato nº 27/2016 – Requerente: Adriana Leandra Labegaline- Requerido: O Município – Área: Pat. Público	28.06.2016	28.06.2019
200	050	Notícia de Fato nº 29/2016 – Requerente: Ednalva Viera da Silva - Requerido: O Município – Área: Pat. Público	26.08.2016	26.08.2019
200	050	Notícia de Fato nº 30/2016 – Requerente: Ouvidoria do MPE Requerido: A apurar – Área: Criminal	12.08.2016	12.08.2019
200	050	Notícia de Fato nº 32/2016 – Requerente: Almir Farias da Cunha, Requerido: Câmara Municipal	30.08.2016	30.08.2019

		de Vereadores – Área: Pat. Público			
200	050	Notícia de Fato nº 36/2016 – Requerente: Luiz Gonzaga Ferreira Monteiro Requerido: Empresa de Transportes Viação Motta – Área: Pessoa com deficiência		10.10.2016	10.10.2019
200	050	Notícia de Fato nº 40/2016 – Requerente: Ivente Mendes dos Santos, Requerido: O Município – Área: Inf. Juventude		08.12.2016	08.12.2019
200	050	Notícia de Fato nº 43/2016 – Requerente: Ouvidoria d MPE Requerido: O Município – Área: Pat. Público		02.12.2016	02.12.2019
000	001	Controle de Correspondência		2017	2019
000	002	Ofícios Expedidos		2017	2019
000	003	Ofícios Recebidos (Dique 100)		2014	2016
200	015	Comunicação de Flagrante (cópia)		2018	2019
000	001	Controle de processos		2011	2013
200	066	PA nº 04/2015 – Requerente: Célia Cristina dos Santos Souza-Requerido: Riquinho - Área: Pessoa com deficiência		09.09.2015	09.09.2019
	066	PA nº 07/2015 – Requerente: Ezequiel Reginaldo da Silva – Requerido: O município – Área: Idoso		15.06.2015	15.06.2019
200	066	PA nº 09/2015- Requerente: Danielli Aparecida Vita Costa- Requerido: O Estado e o Município – Ação Judicial nº0800298-22.2015.8.12.0034		14.04.2015	14.04.2019
200	066	PA nº 11/2015-Requerente: Asilo São Vicente de Paula, Requerido: A apurar – Área - Idoso		14.08.2015	14.08.2019
200	066	PA 12/2015 – Requerente: MPE – Requerido: A Apura – Área do Idoso		20.08.2015	20.08.2019
200	066	PA 16/2015 – Requerente: Conselho Tutelar- Requerido: A apurar – Área Infância e Juventude		06.10.2015	06.10.2019
200	050	NF 01/2015 – Requerente: Conselho Tutelar – Requerido: Greicy Ap. Arsênio – rea – Inf. Juventude		06.03.2015	06.03.2018
200	050	NF 03/2015 – Requerente: Ouvidoria MPE – Requerido : A apurar – área:		27.02.2015	27.02.2018
200	050	NF nº 04/2015-Requerente: Delegacia de Polfíca - Requerido: A apurar -Área: Criminal		31.03.2015	31.03.2018
200	050	NF nº 06/2015 – Requerente: C.Tutelar – Requerido: Erli Mará dos Santos -Área: Inf. Juventude – Autos Judicial nº 0800295-67.2015.8.+12.0034		14.04.2015	14.04.2018
200	050	NF nº 09/2015 – Requerente:Ouvidoria do MPE - Requerido: A Apurar		21.05.2015	21.05.2018
200	050	NF nº 10/2015- Requerente: Ouvidoria MPE – Requerido: A apurar – Área Criminal		05.05.2015	05.05.2018
200	050	NF nº 11/2015 – Requerente: PGJ – Requerido Apurar – Área: Patrim. Público		29.05.2015	29.05.2018
200	050	NF nº 12/2015 - Requerente: Secretaria de Estado de Saúde – Requerido: A apurar – Patrim. Público e Social - Ação Judicial nº 0800367-54.2015.8.12.0034		29.05.2015	29.05.2018
200	050	NF nº 16/2015 – Requerente: Elson Gerônimo da Silva - Requerido: A apurar - Idoso		19.06.2015	19.06.2018
200	050	NF 17/2015 – Requerente: Érika França Fernandes – A Apurar – Pessoa com deficiência		31.07.2015	31.07.2018
200	050	NF nº 19/2015 – Requerente: MPE – Requerido: O Município – Área; Patrim. Público e Social		11.09.2015	11.09.2018
200	050	NF nº 18/2015 – Requenrete: MPE - Requerido: A apurar – Acessibilidade Escolas – Inf e Juventude		21.09.2015	21.09.2018
200	050	NF nº 20/2015 – Requerente: Sec. Direitos Humanos - Requerido : A apurar – Área: Drieitos Humanos		25.08.2015	25.08.2018
200	050	Nf nº 22/2015 – Requerente: Câmara Mun. Vereadores – Requerido: O Município – Área patrim. Público e Social		30.09.2015	30.09.2018

200	050	NF nº 23/2015 – Requerente: Cons. Tutelar – Requerido: Leandra de Matos Santos - Área: Inf. Juventude		30.09.2015	30.09.2018
200	050	NF nº 26/2015 – Requerente: Rejane Barbosa de Castro Silva – Requerido: A Apurar – Área: Inf. E Juventude		13.10.2015	13.10.2018
200	050	NF nº 28/2015 – Requerente: MPF - Requerido: O Município – Área: Patrim. Público Social		16.09.2015	16.09.2018
200	050	NF nº 24/2015 – Requerente: MPE – Requerido: O Município – Área Inf e Juventude		08.10.2015	08.10.2018
200	066	PA nº 03/2015 - Requerente: Armando Nunes da Rocha – Requerido: O Município e o Estado – Ação Judicial nº 0800101-67.2015.8.12.0034		17.03.2015	17.03.2018
<p>Responsável pelo preenchimento: Rosângela Gomes de Oliveira Castro, Técnica I, matrícula 800440-4. Data do preenchimento: 19/03/2020</p>					